UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELARIANA CRISTINA PEDROSO GONÇALVES BARROS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

CÁCERES – MT
2020

ELARIANA CRISTINA PEDROSO GONÇALVES BARROS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador professor Dr. Sandro Benedito Sguarezi.

CÁCERES – MT

2020

© by Elariana Cristina Pedroso Gonçalves Barros, 2020.

BARROS, Elariana Cristina Pedroso Gonç.
B277p Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae: Possibilidades e Limites da Participação da Agricultura Familiar na Operacionalização do Programa em uma Escola da Rede Estadual de Tangará da Serra -Mt / Elariana Cristina Pedroso Gonç Barros – Cáceres, 2020.
103 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: Sandro Benedito Sguarezi

1. Política Pública. 2. Educação. 3. Pnae. 4. Alimentação Escolar. I. Elariana Cristina Pedroso Gonç Barros. II. Programa Nacional de Alimentação Escolar-Pnae: Possibilidades e Limites da Participação da Agricultura Familiar na Operacionalização do Programa em uma Escola da Rede Estadual de Tangará da Serra
-Mt: .

CDU 371.217.2

Ficha catalográfica elaborada por Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

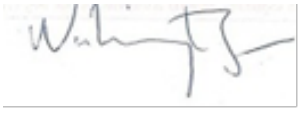
ELARIANA CRISTINA PEDROSO GONÇALVES BARROS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: POSSIBILIDADES E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA EM UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi (Orientador – PPGEdu/UNEMAT)



Prof. Dr. Washington José de Souza (Membro Externo – PPGA/UFRN)

Prof.ª Drª. Marilda de Oliveira Costa (Membro Interno – PPGEdu/UNEMAT)

APROVADA EM: 31/03/2020

Dedico esta dissertação a Deus, meu escudo e minha fortaleza;

Á minha amada "Cidinha Morena", por seu amparo e proteção;

Aos meus pais, Manoel (in memoriam) e Eridan, pelo amor incondicional que recebi;

Aos meus filhos, Caroline e Gustavo, que são a melhor parte de mim e razão para persistir;

Ao meu esposo, Sebastião, por seu companheirismo e cumplicidade absolutos;

Ao meu irmão, irmã, cunhada e sobrinhos, por me apoiarem em todos os momentos, pois, mesmo distantes, sempre estiveram perto através de suas boas intenções;

Enfim, dedico à minha família, que contribuiu e me apoiou para que eu fosse em busca de meu objetivo.

Agradeço

A Deus;

Ao meu orientador, professor Dr. Sandro Sguarezi, por ter me acompanhado no percurso do mestrado, por sua paciência e orientação;

Aos membros da banca de qualificação, pelas contribuições e considerações;

À coordenação do PPGEdu/Unemat, professores e funcionários;

À Secretaria de Estado de Educação, por conceder-me a licença para qualificação profissional;

Aos profissionais da educação participantes da pesquisa por terem partilhado suas vivências;

A toda equipe da escola estadual por ter me recebido como pesquisadora;

A toda equipe da Assessoria Pedagógica do Município de Tangará da Serra – MT, por ter sido prestativa quando solicitada;

A todas as amizades que construí no mestrado, em especial a Elenilda, Maria Gabriela, Rosane, Sandra, José Humberto, Ana Flávia, Pryscyla, Adriana, Salette e Maria José, pelo apoio, incentivo e prazerosa convivência;

Em especial, à minha amiga pessoal Krys Ellem, sua amizade e confiança me trouxeram até aqui;

À minha família, pais, esposo e filhos por serem meu porto seguro;

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me apoiaram e sonharam junto comigo.

Escola...
É o lugar onde se faz amigos;
não se trata só de prédios,
salas, quartos, programa, horários, conceitos...
Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.
O diretor é gente, o coordenador é gente,
o professor é gente, o aluno é gente,
cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor
na medida em que cada um
se comporte como colega,
amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada
de gente por todos os lados".
Nada de conviver com
as pessoas e depois descobrir
que não tem amizade a ninguém,
nada de ser como tijolo que forma a parede,
indiferente, frio, só.
Importante na escola não é só estudar,
não é só trabalhar,
é também criar laços de amizade,
é criar ambiente de camaradagem,
é conviver, é se "amarrar nela"!
Ora, é lógico...
numa escola assim
vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer,
fazer amigos, educar-se
ser feliz.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar o processo de operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da Lei 11.947/2009 na visão de gestores públicos educacional e escolar que operam essa política no âmbito das escolas estaduais no Estado de Mato Grosso. Este é o mais antigo programa – política pública – do Estado brasileiro e um dos maiores do mundo na área de alimentação escolar. Teve início na década de 1950 e, ao longo do tempo, passou por inúmeras adequações. Em 2009, a nova lei determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. A pesquisa problematiza: quais as possibilidades e limites na operacionalização e implementação do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE em Mato Grosso? Como avançar no aperfeiçoamento da sua gestão? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e explicativa. Em relação aos procedimentos técnicos, refere-se à pesquisa de campo. A empiria foi realizada em uma escola pública estadual do município de Tangará da Serra – MT e teve como instrumento a entrevista em profundidade. Os dados coletados foram tratados por meio da análise de conteúdo utilizando o software Iramuteq. O aporte teórico utilizado para analisar os dados da pesquisa está à luz das políticas públicas sobre educação e alimentação escolar. Os resultados da pesquisa mostram a trajetória da operacionalização do PNAE e apontam como principais limites a necessidade de formação para os gestores das unidades escolares, bem como para os agricultores familiares, a fim de capacitá-los para a execução do programa, e a necessidade da promoção de ações pedagógicas na unidade escolar pesquisada para promover a adoção de hábitos saudáveis na alimentação dos alunos, aponta também necessidade de revisão nos valores *per capita* repassados para unidades executoras. As possibilidades apresentam a inclusão no PPP da unidades escolares ações pedagógicas visando desenvolver hábitos de alimentação saudável e ainda realizar formação específica para os executores do PNAE no espaço da "Sala de Educadores".

Palavras-chave: Política pública. Educação. PNAE. Alimentação escolar.

ABSTRACT

The objective of the study was to analyze the operationalization process of the National School Feeding Program (PNAE) from Law 11.947 / 2009 in the view of public educational and school managers, who operate this policy in the scope of state schools in the State of Mato Grosso-MT. This is the oldest program - public policy - of the Brazilian State and one of the largest in the world in the area of school meals, it started in the 1950s and over time has undergone numerous adjustments. In 2009, the new law determines that at least 30% of PNAE resources must be used to purchase products from family farming. The research questions: what are the possibilities and limits in the operationalization and implementation of the National School Feeding Program - PNAE in Mato Grosso? How to advance in improving your management? It is a qualitative research, of a descriptive and explanatory nature. Regarding technical procedures, it refers to field research. The empiric was carried out in a state public school in the municipality of Tangará da Serra-MT and had as instruments the in-depth interview. The collected data were treated through content analysis using the Iramuteq software. The theoretical contribution used to analyze the research data is in the light of public policies on education and school feeding. The research results show the trajectory of the operationalization of the PNAE and point out as main limits the need for training for the managers of the school units, as well as for family farmers in order to enable them to execute the program, and the need for promotion of pedagogical actions in the research school unit to promote the adoption of healthy habits in the students' diet, the need to review the values *per capita* passed on to executing units and how possibilities present the inclusion in the PPP of school units pedagogical actions aimed at developing healthy eating habits and also carry out specific training for PNAE executors in the “Educators Room”.

Keywords: Public policy. Education. PNAE. School feeding.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM – Banco Mundial

BTDC – Banco de Teses e Dissertações da Capes

CAE – Câmara Alimentação Escolar

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDCE – Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEDUC – Secretaria Estadual de Educação

SIGEDUCA – Sistema de Gerenciamento da Educação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo da quantidade de produções encontradas conforme grau acadêmico 19
Quadro 2 – Quantitativo de publicações por ano 20
Quadro 3 – Quantitativo das áreas do conhecimento 20
Quadro 4 – Quantitativo de publicação por Instituição de Pós-Graduação 21
Quadro 5 – Produções científicas selecionadas para análise 23
Quadro 6 – Sujeitos participantes da pesquisa..... 30
Quadro 7 – Estratégias e instrumentos para coleta dos dados 32
Quadro 8 – Matrículas na educação básica em Tangará da Serra 35
Quadro 9 – Base legal do PNAE..... 51
Quadro 10 – Agentes participantes do PNAE..... 52
Quaro 11 – Valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx de acordo com a modalidade de ensino, com complementação de valor do estado..... 53
Quadro 12 – Perfil dos participantes da pesquisa 72
Quadro 13 – Opinião dos entrevistados – possibilidades e limites na execução do PNAE.... 88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo do PNAE 49
Figura 2 – Tela do sistema de gerenciamento de informações – Seduc – módulo GPO – Alimentação Escolar..... 56
Figura 3 – Forma de gestão – centralizada 63
Figura 4 – Forma de gestão – semidescentralizada 64
Figura 5 – Forma de gestão – descentralizada-escolarizada 64
Figura 6 – Execução do PNAE nas escolas da Rede Estadual de Mato Grosso 65
Figura 7 – Etapas para compras da agricultura familiar para o PNAE 66
Figura 8 – Categorias da agricultura familiar 66
Figura 9 – Cardápio 12ª semana – Cardápio Indígena/Quilombola – período parcial/ano letivo 2019 68
Figura 10 – Ficha técnica de preparo – cardápio Indígena/Quilombola – Mojica de Peixe e Arroz..... 69
Figura 11 – Sujeitos envolvidos no PNAE 70
Figura 12 – Processo de aquisição de gêneros da agricultura familiar 71
Figura 13 – Dendograma com a porcentagem em cada classe e palavras 74
Figura 14 – Nuvem de palavras – entrevistas 84
Figura 15 – Análise de similitude dos termos mais fortemente relacionados nas entrevistas..... 86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

1.1 Motivação para a pesquisa 14

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 16

2.1 Balanço de produção 16

2.1.1 Descrevendo os caminhos do balanço da pesquisa 18

2.2 Metodologia – como se fez o caminho da dissertação 27

2.3 *Lócus* da pesquisa 33

2.4 Caracterização da unidade escolar pesquisada 35

3 O PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA 39

3.1 Políticas públicas 39

3.2 Políticas públicas educacionais no Brasil 42

4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA 48

4.1 Um breve histórico do PNAE 48

4.2 PNAE – O que diz a Lei 11.947/2009 51

4.3 O PNAE e a agricultura familiar 56

4.4 Gestão do PNAE 63

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 72

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 90

REFERÊNCIAS 94

PÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO 99

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTORES AMBITO ESTADUAL 100

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - GESTOR ESCOLA ESTADUAL 102

PARECER CIRCUNSTANCIADO CONSELHO DE ÉTICA E PESQUISA - CEP 104

1 INTRODUÇÃO

Cada indivíduo concebe o mundo de acordo com suas experiências. Suas vivências irão construir a visão de mundo desse sujeito que percebe, descobre e entende o universo através de seus sentidos. O que tem significado para si tem relação com seu mundo. Essa relação do sujeito com o mundo está determinada num tempo e num espaço, bem como pela vida ou experiências dele. Sua forma de ver o mundo vai depender de suas relações de família, de onde nasceu, de suas condições de vida, do poder social e econômico.

A partir desse contexto, do questionamento da realidade, da necessidade de respostas para um problema, surge a pesquisa como uma curiosidade de vida, nasce de uma necessidade que move o homem na busca de respostas para sua realidade. Pesquisa é um instrumento de produzir conhecimento que se torna fundamental para potencializar a ciência.

> Em educação a pesquisa se reveste de algumas características específicas. Porque pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, sem seu próprio processo de vida. O conhecimento a ser gerado aqui, raramente – e bem ortodoxamente poderíamos afirmar nunca – pode ser obtido por uma pesquisa estritamente experimental onde todos os fatores da situação podem ser controlados (GATTI, 2002, p. 12).

Por serem pesquisas em que os objetos de estudo são as pessoas, suas relações de seus cotidianos e as interações entre si, não há como atender exatamente as exigências e rigores das ciências naturais, pois os modos de realizar as pesquisas são distintos. São fenômenos dinâmicos e requerem outras formas de estudos, de análises e reflexões, porém sem desconsiderar os critérios que avaliam as pesquisas, como validade, plausibilidade, fidedignidade, credibilidade, generalização, transparência, e ainda considerando as críticas e sugestões, primando pela qualidade em busca do rigor.

Considerando que cada um percebe a partir do seu ponto de vista, ou seja, representa o mundo real de acordo com o que vive, portanto, sujeitos representam de modo diferente, e as representações do real não são iguais. Um Sujeito avalia o Objeto de conhecimento conforme seu olhar, sua perspectiva, e o conhece a partir de uma vivência ou experiência. Porém isso não pode ser considerado com um relativismo geral, pois apesar das diferentes percepções do mundo, há teorias sobre como o conhecimento se desenvolve, e essas não são diferentes para cada indivíduo.

Essa avaliação do objeto do conhecimento leva a um posicionamento a respeito dessa vivência, a pesquisa considera a educação como um processo emancipador e significativo, através do qual os sujeitos tomam consciência de seu papel como cidadãos autônomos comprometidos com a mudança social e com a luta por melhores condições de vida.

Conforme Freire (1997) assevera, uma educação emancipatória para a autonomia requer uma formação cada vez mais significativa e consciente, durante toda a vida dos indivíduos. Reafirma-se aqui

a importância da consistência do trabalho educativo numa perspectiva de democracia, conjunto e compromisso.

Nas últimas décadas, o Brasil indicou um retorno do interesse pela temática das políticas públicas, propagando assim a importância dessa área de conhecimento, assim como das instituições, normas e modelos que conduzem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Esse retorno do interesse deve-se, em grande parte, às limitações financeiras e políticas que estão sendo impostas aos Estados, motivando a busca pela elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas. Assim, a educação é entendida como política pública e, portanto, inserida no conjunto das ordenações e intervenções do Estado.

Cada país, conforme suas características históricas, promove reformas em seus sistemas educacionais com a intenção de torná-los mais eficientes e justos para preparar cidadania capaz de enfrentar a revolução que está ocorrendo no processo produtivo e em seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. A educação, neste caso, expressa uma nova relação entre desenvolvimento e democracia como um dos fatores que podem contribuir para associar o crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida e a consolidação dos valores democráticos.

1.1 Motivação para a pesquisa

Desde 2009, com a entrada em vigor da Lei nº 11.947/2009, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar para serem ofertados na merenda, constitui-se uma relação institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar. Porém os gestores escolares nem sempre conseguem cumprir essa determinação, assim apresenta-se a problemática desta pesquisa. Torna-se um dos desafios das equipes gestoras nas escolas públicas executar essa aplicação como estabelece a referida lei.

Minha vivência[1] como pesquisadora e meu trabalho na gestão da escola ocupando a função de secretária há quatorze anos e por três mandatos como presidente do CDCE, vivenciando o cotidiano do chão da escola e preocupada com o olhar para o todo, de modo sistemático, procurando atender às dimensões pedagógica, financeira, administrativa da escola, e ainda, comprometida com a construção de uma educação significativa, despertaram o interesse em desenvolver esta pesquisa. Nesse período, percebendo as aflições dos gestores quanto ao atendimento às exigências legais de diversos programas do governo que financiam a educação nas escolas públicas, surgiu o interesse em pesquisar sobre a temática, abordando mais especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que disponibiliza os recursos para aquisição da alimentação escolar ofertada diariamente aos alunos das escolas públicas.

Percebo, em meu cotidiano, a preocupação dos gestores em cumprir exigências legais, a apreensão com os atrasos dos recursos que não chegam no momento planejado e uma série de outros fatores que

[1] O tratamento será realizado em 1ª pessoa do singular, por se referir ao percurso profissional da pesquisadora.

interferem na qualidade dos serviços executados. Então, escolhi estudar essa problemática de modo a identificar as fragilidades e as possibilidades de melhoria na operacionalização desse programa, e para isso, torna-se indispensável compreender o funcionamento dessa política e como se deu sua implementação, de modo a buscar o aperfeiçoamento na sua gestão.

Diante desse contexto, o objetivo central da pesquisa foi analisar o processo de operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da Lei 11.947/2009 na visão de gestores públicos educacional e escolar que operam essa política no âmbito das escolas estaduais no Estado de Mato Grosso, com o propósito de sistematizar desafios, avanços, possibilidades e limites a partir da exigência de compras da agricultura familiar instituída pela Lei 11.947/2009, tomando como campo de observação uma escola estadual de Tangará da Serra.

Por isso, a pesquisa tem relevância para mostrar aos gestores escolares e agricultores familiares a adequada operacionalização do programa e a necessidade de formação para poderem, efetivamente, participar dele, bem como mostrar os benefícios que todos podem desfrutar e as oportunidades que surgem a partir de sua concretização.

A pesquisa é relevante também para mim como pesquisadora, pois além de contribuir para meu crescimento pessoal e intelectual, sem dúvida possibilitou desenvolvimento na formação e atuação profissional, o que pode ser alcançado por meio da pesquisa e prática dos conceitos abordados. Por fim, é necessário considerar que a universidade, por sua vez, possui a missão de garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conhecimento alcançado pela pesquisadora e o resultado da pesquisa serviram para tornar pública a realidade vivenciada no contexto apresentado, com o intuito de contribuir com a resolução da problemática pesquisada.

A fim de poder melhor situar o leitor, a dissertação foi organizada em seções, sendo que a primeira delas, a introdução, busca evidenciar os conceitos de educação, além de apresentar a motivação para a pesquisa.

Na segunda seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos que deram base ao desenvolvimento da pesquisa intitulada “Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: possibilidades e limites da gestão do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da Serra – MT”. No decorrer da seção, são apresentados o balanço de produção e a metodologia empregada, apontando as fases para coleta de dados, os critérios de escolha dos sujeitos participantes, o lócus da pesquisa e a caraterização da unidade escolar selecionada para esta investigação.

A terceira seção, nomeada “O PNAE como política pública”, traz o conceito de políticas públicas e trata da implementação das políticas públicas educacionais no Brasil.

A quarta seção, cujo tema é “Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: uma política pública para educação básica”, discorre historicamente sobre o programa de alimentação escolar, traz

especificamente o que diz a Lei 11.947/2009, apresenta a relação entre o PNAE e a agricultura familiar e exibe detalhes importantes sobre sua gestão.

A quinta seção exibe os resultados e discussões obtidos acerca da temática pesquisada.

Por fim, apresentamos as considerações finais, no sentido de pontuar nosso entendimento quanto ao resultado da pesquisa do ponto de vista de um olhar inacabado, não que a pesquisa não tenha conseguido atingir o objetivo proposto, mas pelo fato de que, ao completar a investigação, observa-s ainda há muito o que se investigar em relação ao PNAE no estado de Mato Grosso e no restante do país.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são descritos os caminhos teórico-metodológicos percorridos na pesquisa intitulada "Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: possibilidades e limites da gestão do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da Serra – MT". Apresenta-se a metodologia empregada, os instrumentos utilizados para coleta de dados, o lócus da investigação, o processo de escolha dos sujeitos participantes e as entrevistas. Primeiramente, a fim de investigar o que está sendo produzido sobre a temática, foi utilizada a ferramenta do balanço de produção.

2.1 Balanço de produção

O balanço de produção pode ser considerado como um procedimento inicial da pesquisa científica, a fim de que, metodologicamente, o pesquisador se aproxime, investigue e conheça a temática ou fenômeno estudado. Possibilita, assim, apreciar o que vem sendo desenvolvido sobre o assunto, identificar se suas dúvidas já foram respondidas por outras pesquisas, percebendo também as lacunas existentes nas produções já publicadas. Colabora com a identificação e seleção das produções que poderão subsidiar a futura pesquisa e, consequentemente, um melhor desenvolvimento de conceitos e padrões para as produções científicas.

Nesta fase inicial de busca, a organização é imprescindível para a classificação do material bibliográfico selecionado para realizar a pesquisa científica, considerando o volume de publicações disponíveis na Internet. O levantamento bibliográfico torna-se indispensável,

> Consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins em relação ao que se deseja conhecer [...] O levantamento bibliográfico, como qualquer outra etapa da realização de um trabalho científico, é fruto de uma atividade metódica [...] um dos recursos fundamentais, na atualidade, é a Internet; além de disponibilizar grande quantidade de material produzido nos mais diversos países (MOROZ, GIANFALDONI, 2006, p. 31,32).

Ainda nesse sentido, Milhomem (2010) destaca que, em relação à diversidade de informações que estão disponíveis na Internet, é necessário cautela e atenção à credibilidade da base a ser consultada. O contexto em que instituições têm tornado acessíveis suas publicações permite aos pesquisadores de diversas regiões e países o acesso a suas bases de dados. Assim, a utilização de uma base de dados com crédito traz também confiabilidade à pesquisa realizada.

O balanço de produção aqui apresentado foi realizado através de consultas *on-line* à base de dados (acesso livre) dos Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES, onde encontram-se à disposição pesquisas em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* a partir de 1987, as quais compõem a base de dados e se responsabilizam pela confiabilidade dos dados apresentados, estando sujeitos às leis de direitos autorais.

Na primeira consulta à base de dados, percebem-se as diferentes formas de filtros, permitindo fazer múltiplas buscas, tais como: tipo, ano de publicação, grande área do conhecimento, área de concentração, autores, instituições e outros.

Para iniciar a utilização da ferramenta de busca foi necessário definir os descritores/palavras-chaves que delimitam toda a pesquisa. Para que essa escolha de descritores seja eficiente é fundamental a percepção do pesquisador quanto aos termos mais representativos da temática estudada, pois essa seleção é determinante no retorno das produções e da proximidade com o tema pesquisado. Desse modo, para a realização deste balanço de produção, definiu-se por utilizar quatro descritores individualmente destacados com aspas: “PNAE”; “Alimentação Escolar”; “Merenda Escolar” e “Agricultura Familiar”. Destaca-se ainda que, após as buscas por descritores separadamente, foi realizada uma busca unificando os quatro descritores, também separados por aspas, como segue, “PNAE”, “Alimentação Escolar”, “Merenda Escolar”, “Agricultura Familiar”, caracterizando-se assim como um quinto descritor, ou seja, para a continuidade das buscas, optou-se por utilizar os resultados que retornaram ao serem aplicados os quatro unificados, pois dessa forma seria possível analisar um maior número de publicações sem correr o risco de desconsiderar alguma produção relevante para a temática, pois a partir deste ponto foram analisadas de modo mais aprofundado.

A seguir, se faz importante apresentar algumas considerações iniciais referentes à temática pesquisada. Considera-se, então, a atuação da pesquisadora durante anos junto à equipe gestora de uma escola pública que, percebendo as aflições dos gestores quanto ao atendimento às exigências legais de diversos programas do governo voltados ao financiamento da educação, decidiu buscar mais sobre o assunto. Surgiu assim o interesse em pesquisar sobre a temática, abordando mais especificamente o Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE – Lei Nº 11.947/2009, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar para serem ofertados na merenda escolar, com o intuito de incentivar a agricultura familiar e oferecer aos alunos alimentação escolar de qualidade. Entretanto, nem sempre os gestores escolares conseguem cumprir essa determinação, o que vem a tornar-se um desafio. Dessa forma, a pesquisa propôs estudar essa problemática e identificar as fragilidades e possibilidades de melhoria.

2.1.1 Descrevendo os caminhos do balanço da pesquisa

Tendo definido os descritores conforme explicado anteriormente (“PNAE”, “Alimentação Escolar”, “Merenda Escolar”, “Agricultura Familiar” e os 4 unificados), os graus acadêmicos das produções científicas (Mestrado e Doutorado), delimitado o recorte temporal no período de 2014 a 2018, definidas as áreas de concentração e, ainda, as instituições de nível superior, foram sendo refinadas as produções e organizadas em quadros (apresentados a seguir), por entender que essa forma de organização facilita a visualização e a análise dos resultados encontrados.

O quadro 1 apresenta o número total de produções científicas encontradas na primeira busca, ressaltando que foram utilizadas aspas (“ ”) para especificar os descritores definidos, os quais foram pesquisados quatro separadamente, um a um, e ainda foram pesquisados de modo unificado esses mesmos descritores em uma única busca, caracterizando um quinto descritor. Aplicando o primeiro filtro, estão disponíveis alguns graus acadêmicos, porém, para delimitar o número de publicações, foram selecionados para a pesquisa apenas trabalhos do tipo dissertação de mestrado e tese de doutorado, devido à especialidade desses níveis.

Quadro 1 – Demonstrativo da quantidade de publicações científicas encontradas conforme grau acadêmico

Descritores	Produções encontradas			
	Geral[2]	Dissertação[3]	Tese	Total[4]
PNAE	350	245	41	286
Alimentação Escolar	573	408	79	487
Merenda Escolar	228	171	24	195
Agricultura Familiar	4.856	3.554	923	4.477
4 descritores unificados	5.353	3.910	995	4.905

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES (julho de 2018).

Os dados expostos no quadro acima mostram que, dos quatro descritores utilizados, o descritor “Agricultura Familiar” apresenta o maior número de publicações, sendo 4.856 no geral de todos os graus acadêmicos, e refinando para 3.554 teses de doutorado e 923 dissertações de mestrado. Esse maior número de produções do descritor “Agricultura Familiar” justifica-se porque se refere a um descritor mais abrangente, presente em várias áreas, ao passo que, ao pesquisar “Merenda Escolar”, como é um descritor onde aparecem menos pesquisas, a busca fica restrita ao ambiente educacional. Assim, é possível perceber que há maior produção de dissertações, o que sugere que as Pós-Graduações *stricto sensu* em nível de mestrado têm estudado mais sobre a temática investigada, diferença que pode ser explicada pelo menor número de programas de doutorado no Brasil.

Dando prosseguimento às buscas, foi aplicado o filtro temporal. Definiu-se por pesquisar as produções científicas publicadas nos últimos cinco anos, de 2014 a 2018, por considerar que as produções realizadas nesse período são mais recentes e representam melhor o panorama das pesquisas sobre a temática, conforme resultado apresentado no quadro 2, reduzindo assim o quantitativo de produções.

[2] A coluna “Geral” apresenta a quantidade de produções que retornaram após a primeira busca, apenas inserindo os descritores, ainda sem aplicar nenhum dos filtros.

[3] As colunas “Dissertação” e “Tese” apresentam as quantidades de produções que retornaram após aplicação do primeiro filtro – grau acadêmico.

[4] A coluna “Total” representa a soma entre as quantidades das dissertações e teses.

Quadro 2 – Quantitativo de publicações por ano

Descritores	Ano de publicação					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total[5]
PNAE	39	48	45	54	7	193
Alimentação Escolar	62	66	61	77	10	276
Merenda Escolar	20	21	16	22	5	84
Agricultura Familiar	418	419	459	434	88	1.818
4 descritores unificados	456	465	492	477	95	1.985

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES (julho de 2018).

O quadro 2 mostra a distribuição da produção científica por ano de publicação, no qual percebe-se que, gradativamente, ano a ano vem aumentando as publicações até 2017. Destaca-se ainda que, em 2018, consta um menor número de produções, fato que se justifica devido à pesquisa ter sido realizada ainda no primeiro semestre do ano. Dentre os descritores com maior número de publicações, continua em evidência a busca com os "4 descritores unificados" com 1.985 trabalhos, seguido por "Agricultura Familiar" com 1.818 pesquisas publicadas.

Após o filtro temporal acima, que já havia reduzido o quantitativo das produções, a base de dados possibilita ainda refinar as buscas por área de conhecimento, conforme quadro 3, permitindo mais especificidade na delimitação da temática, apresentando um menor número de publicações.

Quadro 3 – Quantitativo das áreas do conhecimento

Descritores	Grande área do conhecimento	Área do conhecimento	Área de avaliação	Área de concentração
	Ciências Humanas	Educação	Educação	Educação
PNAE	37	7	7	3
Alimentação Escolar	50	22	22	9
Merenda Escolar	10	2	2	2
Agricultura Familiar	336	31	31	15
4 descritores unificados	371	50	50	24

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES (julho de 2018).

Os dados do quadro 3 exibem a distribuição das pesquisas conforme os filtros de área do conhecimento, sendo selecionada a grande área do conhecimento das Ciências Humanas por ser a área do Programa. Em seguida, foram aplicados os filtros da área do conhecimento, área de avaliação e área de concentração, definindo em todos esses filtros a área da "Educação" para dar mais especificidade à pesquisa. O resultado demonstra que, mais uma vez, a busca utilizando os quatro descritores unificados apresentou maior número de publicações na seleção final, trazendo 24 publicações.

[5] A coluna "Total" representa a soma das produções do período pesquisado.

O quadro 4 exibe a distribuição dessas publicações por Instituição de Pós-Graduação por todo o país, tanto dos descritores pesquisados separadamente quanto da busca que utilizou os descritores unificados.

Quadro 4 – Quantitativo de publicações por Instituição de Pós-Graduação

Descritores	Instituições																	
	La Salle	URI	UNB	UNEMAT	UNISUL	UNICAMP	UEPG	UNICENTRO	UFMT	UNIR	UFSC	UFMS	UFU	UFMA	UFPA	UFRGS	UTP	TOTAL
PNAE	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	3
Alimentação Escolar	1	1	--	--	--	--	--	--	--	1	1	--	--	1	2	1	--	8
Merenda Escolar	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2
Agricultura Familiar	--	--	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1			1	1	15
4 descritores unificados	1	2	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	2	2	1	24

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES (julho de 2018).

Considerando a busca que utilizou os descritores unificados, por ter apresentado maior número de publicações, 24 no total, verifica-se, no quadro 4, a procedência dos trabalhos sobre a temática, examinando sua distribuição nos diversos programas de Pós-Graduação em Educação. Observa-se que, das instituições que foram apresentadas no resultado da busca, algumas publicaram duas produções científicas cada, nas quais estão presentes os descritores da pesquisa. Conforme o resultado, são: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI (RS), a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO (PR), a Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT (MT), Universidade Federal de Rondônia – UNIR (RO), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC), Universidade Federal do Pará – UFPA (PA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (RS). Dessas instituições, quatro estão localizadas na Região Sul, possuidoras de programas de pós-graduação já estabilizados, com linhas de pesquisas bem definidas que privilegiam o tema analisado.

Cabe ainda justificar que, para a continuidade das buscas, optou-se por utilizar os resultados que retornaram ao serem aplicados os quatro descritores unificados, pois dessa forma seria possível analisar um maior número de publicações e sem correr o risco de desconsiderar alguma produção relevante para a temática, pois a partir deste ponto serão analisadas de modo mais aprofundado.

Prosseguindo a pesquisa e considerando que a busca com os descritores unificados apresentou maior número de publicações, analisaram-se os detalhes destas produções. Cabe, então, destacar que foram desconsiderados os resumos cujos títulos não tinham relação direta com a temática da pesquisa e

que não traziam dados relevantes. Portanto, de um total de 24 produções retornadas, e considerando os resumos voltados especificamente com os descritores da pesquisa, identifica-se que apenas quatro publicações, ou seja 16,66% dos resumos demonstraram ser relevantes neste balanço de produção por abordarem o tema da pesquisa de modo mais específico.

Percebe-se que nem sempre a leitura dos resumos das produções científicas que retornam ao aplicar os filtros da pesquisa possibilitam a classificação e análise do conteúdo dos trabalhos de modo adequado, pois alguns resumos apresentam problemas, sendo que

> A tarefa de leitura e interpretação dos dados deve ser vista dentro dos limites do critério e da fonte utilizada. Obedeceu-se à classificação do pesquisador por ser ele considerado o melhor credenciado para enquadrar seu trabalho. Com isso, pode-se estar descartando pesquisas que tratam do tema [...], mas que, por motivos especiais, não foram categorizadas como tal por seu autor. Além disso, reconhece-se que a qualidade dos resumos [...] deixa a desejar, pois não há um padrão definido a seguir, o que leva uns a serem muito sucintos e outros, incompletos, dificultando e, em alguns casos, até prejudicando a análise e interpretação do seu conteúdo (LÜDKE e ANDRÉ, 2007, p. 17).

Corroborando com essa percepção, Ferreira (2002) assegura que,

> [...] o que temos, então, ao assumirmos os resumos das dissertações e teses presentes nos catálogos como lugar de consulta e de pesquisa, é que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles (os resumos) explicável não só pelas representações diferentes que cada autor do resumo tem deste gênero discursivo, mas também por diferenças resultantes do confronto dessas representações com algumas características peculiares da situação comunicacional, como alterações no suporte material, regras das entidades responsáveis pela divulgação daquele resumo, entre outras várias. (FERREIRA, 2002, p. 264).

Neste processo de análise mais aprofundada, foi realizada leitura dos resumos considerando títulos, conteúdos, objetos de pesquisa, metodologias adotadas, bem como os principais resultados encontrados nas pesquisas. Destaca-se ainda o detalhe das quatro produções selecionadas serem dissertações de mestrado, pois ao analisar as teses de doutorado percebeu-se que estas apresentam algum dos descritores no resumo, porém o enfoque não é pertinente ao interesse da pesquisa em curso.

Destaca-se, no quadro 5, a seguir, as quatro produções científicas que tiveram maior importância e foram selecionadas para dar continuidade à análise de modo mais aprofundado, apresentando cada uma delas.

Quadro 5 – Produções científicas selecionadas para análise

Produções científicas selecionadas						
Nº	Instituição de Ensino	Título	Autor	Orientador	Tipo de Trabalho	Ano
1	Centro Universitário La Salle	Responsabilidades da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da 27ª CRE do Rio Grande do Sul e a prestação de contas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Débora Cristina Costa de Rosso	Evaldo Luis Pauly	Mestrado em Educação	2016
3	Universidade Federal do Maranhão	Programa Municipal de Alimentação Escolar: análise do processo de gestão e implementação em São Luís – MA	Alexsander Ferreira Carneiro	Francisca das Chagas Silva Lima	Mestrado em Educação	2017
7	Universidade Federal de Uberlândia	A formação para o trabalho da agricultura familiar camponesa: os limites e desafios nos processos de resistência para a produção e comercialização na cidade de Uberlândia	José Eduardo Fernandes	Carlos Alberto Lucena	Mestrado em Educação	2015
9	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar	Tais Fatima Soder	Cenio Back Weyh	Mestrado em Educação	2017

Fonte: Quadro elaborado pela autora – dados extraídos do Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES (julho de 2018).

O quadro 5 demonstra os detalhes das quatro produções científicas definidas como relevantes para a pesquisa, por abordarem, diretamente, processos de gestão do PNAE e acesso da agricultura familiar ao Programa após a instituição da Lei 11.947/2009. Assim, após seleção, analisaram-se os resumos buscando afinidades com a temática. A seguir, apresentamos os resumos das publicações selecionadas na pesquisa.

A pesquisa de Rosso (2016), intitulada *Responsabilidades da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da 27ª CRE do Rio Grande do Sul e a prestação de contas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),* promoveu uma análise situacional de questões sobre financiamento federal para a educação básica, com ênfase na burocratização da prestação de contas dos programas de incentivo à educação, exemplificando com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com orçamento dispensado pelo FNDE e sob a responsabilidade do gestor escolar. Apresentou, ainda, o campo escolhido para estudo, que foi a 27ª Coordenadoria de Educação do Rio Grande do Sul, e demonstrou que a atual forma de vínculo orçamentário para a educação básica, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), resulta em uma relação tensa e burocrática na prestação de contas na escola estadual, através da gestão democrática. O fato implica em sobrecarga de trabalho para o diretor escolar e num resultado negativo na promoção social e cognitiva do aluno matriculado nessas instituições, pois a merenda recebida na escola é parte importante na rotina escolar dos turnos, é momento em que é realmente sanada a fome de alguns alunos que contam com esse benefício diário, e que na restrição considerável no valor do orçamento disponibilizado e as limitações burocráticas para aquisição alimentar, se torna escassa ou insuficiente.

A produção analisada acima torna-se relevante por destacar a burocratização da prestação de contas do PNAE com um dos entraves a serem enfrentados pelos gestores, destacando também a questão da restrição do valor dos recursos disponibilizados, impactando na qualidade da alimentação ofertada aos alunos.

A pesquisa de Carneiro (2017), intitulada *Programa Municipal de Alimentação Escolar: análise do processo de gestão e implementação em São Luís – MA,* trata sobre o Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE), da Rede Municipal de Ensino de São Luís – MA, com destaque para as concepções de gestão e implementação e para o controle social, através do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). No percurso metodológico, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental, empírica, descritiva analítica e abordagem qualitativa. Entre os autores referenciados destacam-se: Marx, Kosik, Bobbio, Mészarós, Amartya Sen, Saviani, Castro, Turpin, Vasconcelos, Abreu, Stefanini, Vieira, Peixinho, Gentili, Gohn, Rego, Lima e Sousa, Cury, Pipitone, Lima, Antunes, Coimbra, Cury, entre outros. Buscou-se apreender os sentidos que orientam a gestão e a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em nível nacional e na rede de ensino de São Luís – MA. Na exposição do texto dissertativo, além da introdução e conclusão, foram desenvolvidas quatro seções. Os resultados da pesquisa demonstram os acertos e limites do PMAE – São Luís, ressaltando sua contribuição no atendimento das necessidades dos alunos, além dos reflexos no desempenho escolar. Destaca-se que, mesmo com os avanços registrados, faz-se necessária a adoção de estratégias de superação das dificuldades encontradas, dentre as quais se destaca a perspectiva burocrática da gestão, evidenciando-se a necessidade de melhor articulação entre a gestão do PMAE e os demais atores que participam da implementação do programa.

A referida pesquisa demonstra ser relevante pela metodologia utilizada e pelos autores que embasaram o referencial teórico, indicando assim a possibilidade de um caminho a ser percorrido no desenvolvimento da dissertação.

A pesquisa de Fernandes (2015), intitulada *A formação para o trabalho da agricultura familiar camponesa: os limites e desafios nos processos de resistência para a produção e comercialização na cidade de Uberlândia,* destaca que a educação tem um papel fundamental, tanto para inculcar a ideia hegemônica como um processo "natural" de organização de sociedade por parte da burguesia, como para se contrapor, romper e superar os valores burgueses por parte dos trabalhadores. Assim, a educação é um dos caminhos que apontam para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Dentre essas alternativas, existem projetos desenvolvidos no âmbito de incubadoras universitárias destinadas a apoiar grupos de trabalhadores autogestionários que queiram organizar-se coletivamente para o enfrentamento das relações com o mercado e a superação conjunta das dificuldades. Dentro da perspectiva da incubação, como as entidades indutoras de transferência de conhecimento que atuam no âmbito da Economia Solidária exercem essa tarefa de formar os trabalhadores em direção à construção da emancipação econômica. O objetivo geral dessa dissertação é analisar os limites e desafios enfrentados por um grupo

de trabalhadores da agricultura familiar camponesa incubados no CIEPS/UFU, a partir da década de 2010, para apropriar-se de tecnologias de produção e comercialização por meio de processos de formação para o trabalho. A proposta para a construção de um coletivo de formação para o CIEPS tem a orientação na necessidade de pensar numa lógica de formação que tenha dois eixos fundamentais, ou seja, um de técnica, e outro eixo alicerçado na formação política ampla e que possibilite a formação da consciência de classe, e que ambas tenham a articulação entre prática e teoria. O aprofundamento nos processos educacionais e a relação com a apropriação de conhecimento técnico articulado com a formação política por parte dos trabalhadores ainda é um desafio para as relações solidárias, mas que jamais deve deixar de ser prioridade no caminho da construção da emancipação humana.

A produção acima apresenta a perspectiva da incubação no âmbito da economia solidária, destacando a proposta de construção de um coletivo de formação como um desafio, fato que desperta o interesse para aprofundar sua análise.

A pesquisa de Soder (2017), intitulada *O Processo de Gestão da Educação Alimentar e Nutricional em Contexto Escolar*, considerou que a EAN representa atualmente uma das mais importantes práticas e estratégias de incentivo à incorporação da alimentação saudável de maneira emancipatória e preservando a cultura e autonomia dos indivíduos, objetivou-se investigar as potencialidades e limites da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva da gestão em âmbito escolar, enquanto estratégia promotora da saúde, no contexto das atuais políticas públicas. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo com abordagem hermenêutica. Quanto aos fins, envolve a pesquisa descritiva exploratória; quanto aos meios, pesquisa de campo. Os dados foram coletados através de entrevistas gravadas nos meses de julho e agosto de 2016 com secretários de educação e nutricionistas responsáveis técnicos pela merenda escolar de alguns municípios do Médio e Alto Uruguai – RS, isto é, considerando uma escolha da amostra probabilística, com amostragem aleatória simples. A análise de conteúdo foi escolhida como estratégia para discussão dos dados obtidos na pesquisa de campo. Realizou-se a entrevista de 12 sujeitos, e após, obteve-se a categorização das falas em oito eixos: Percepções sobre as ações na escola; O que poderia ser feito; Potencialidades e Contribuições; Relação existente entre os setores da educação e da saúde a partir das políticas públicas; Desafios e limites; Fortalecimento através de políticas públicas; Objetivos sociais; e Coordenação das ações. Diante do exposto, os sujeitos identificaram as principais potencialidades ao abordarem a autonomia e o processo de formação dos atores que promovem a alimentação saudável, o próprio incentivo ao consumo de alimentos regionais que também promove a reativação das hortas escolares. Identificaram também o ambiente familiar e escolar como potenciais influências na formação dos hábitos alimentares. Alguns dos sujeitos consideraram a merenda escolar como uma ação de Educação Alimentar e Nutricional, e desta forma o caráter assistencial da alimentação escolar foi identificado como uma potencialidade. Entre os limites encontrados destacam-se: a inadequação da carga horária do nutricionista com consequente excedente de trabalho e falta de tempo; deficiência de recursos didáticos pedagógicos e financeiros; falta de incentivo e de profissionais capacitados; hábito alimentar inadequado,

comportamento consumidor, uso de agrotóxicos e oferta de tais alimentos calóricos; custo da alimentação saudável; resistência dos pais e alunos às orientações da equipe de saúde e do nutricionista; condições socioeconômicas das famílias; hábitos culturais e preferências alimentares; insuficiência na fiscalização das ações e desatualização dos valores federais repassados aos municípios para a alimentação escolar. Quanto à gestão dessas ações, geralmente são realizadas pelo nutricionista, principalmente ações de maior abrangência, seguidas do professor, segundo os relatos. Conclui-se que a escola se apresenta como ambiente favorável para o desenvolvimento de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional problematizadoras, dialógicas, e por considerarem a realidade local, fomentando para a necessidade de gestão e adequado planejamento destas ações para que sua efetividade transpareça, não configurando um hiato entre a teoria e a prática.

A pesquisa acima torna-se relevante por apresentar, através da entrevista que realizou, as percepções dos sujeitos envolvidos no processo, tanto das potencialidades quanto das limitações encontradas.

Constatou-se, através das análises desenvolvidas neste artigo, por meio de resumos selecionados a partir do Banco de Teses da CAPES, que as produções científicas sobre a temática são extremamente relevantes, pois demonstram que há uma preocupação em superar os desafios detectados nas pesquisas, no sentido de auxiliar a dirimir a burocratização na gestão dos recursos do programa, valorizar a agricultura familiar e, ainda, estimular a alimentação saudável por meio da criação de hábitos saudáveis a partir da merenda escolar.

A investigação verificou que, tradicionalmente, o PNAE sempre estimulou a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar. Mas a partir de 2009, com a entrada em vigor da Lei nº 11.947/2009, estabeleceu-se uma relação institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar, isso veio a fortalecer, a valorizar o trabalho do agricultor familiar e a potencializar o desenvolvimento local por encurtar circuitos de comercialização. Esse processo minimiza custos e aumenta a renda dos agricultores, melhora a qualidade dos produtos por serem servidos frescos, mais saudáveis e mais saborosos nos pratos dos alunos.

Isto posto, almeja-se que a pesquisa apresente aos sujeitos envolvidos, que são os gestores das escolas e os agricultores familiares, uma produção com relevância social, conforme assegura Severino (2006):

> Nesse contexto conceitual abrangente da educação, há que se concluir que a pesquisa no campo educacional tem igualmente um compromisso radical com a consolidação da cidadania. Por isso, além de privilegiar temáticas socialmente relevantes em suas linhas de pesquisa, os pós-graduandos, os seus docentes e o próprio Programa, como lugar institucional de produção de pesquisa, como sujeito social e coletivo que é, não podem perder de vista essa finalidade intrínseca e imanente do conhecimento: contribuir intencionalizadamente para a emancipação dos homens, investindo forças construtivas das práticas reais e mediadoras da existência histórica. Só assim torna ética sua atuação profissional e científica (SEVERINO, 2006, p. 83).

Assim, espera-se que a pesquisa contribua a fim de superar as dificuldades detectadas, cumprindo seu papel social.

O balanço de produção demonstrou a relevância da realização da pesquisa bibliométrica como procedimento inicial de pesquisa, obtendo, assim, um mapeamento das produções científicas relacionadas à temática investigada, possibilitando uma visão mais ampla de investigações sobre o tema estudado. Este trabalho buscou identificar, na base de dados da CAPES, produções científicas que procuram compreender a relação dos produtores da agricultura familiar com o acesso e efetiva participação no programa PNAE, para, a partir das contribuições desses sujeitos, propor ações que possam promover a melhoria da gestão dos recursos do programa de alimentação escolar. Importante destacar, ainda, que essas buscas provavelmente podem não ter apresentado todos os resumos que tratam do assunto, pois utilizou-se apenas uma base de dados e determinados descritores. A seguir, vamos tratar dos caminhos metodológicos da pesquisa.

2.2 Metodologia – como se fez o caminho da dissertação

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir da Lei 11.947/2009 na visão de gestores públicos educacional e escolar que operam essa política no âmbito das escolas estaduais no Estado de Mato Grosso. Para alcançar o objetivo principal, foram definidos os objetivos específicos, conforme segue: analisar como os gestores públicos (no âmbito da Seduc, CEAE e CAE) concebem o PNAE e como têm buscado operacionalizá-lo; identificar os procedimentos para a participação da agricultura familiar no PNAE; apontar quais os principais desafios enfrentados no processo de operacionalização do PNAE na visão dos gestores em âmbito local (assessores pedagógicos) de Tangará da Serra – MT; analisar os desafios para a operacionalização do PNAE na visão dos gestores escolares.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, mediante a coleta de dados de campo. Caracteriza-se por descritiva por realizar a coleta de dados padronizada e elencar as principais características e ações do programa PNAE nas escolas públicas, não apenas superficialmente, expondo dados. Essa descrição de fenômenos pode ser considerada a principal razão para a pesquisa se enquadrar como descritiva, assim como a busca por justificar os dados descritos a fim de possibilitar a compreensão da realidade de forma profunda.

De acordo com Lüdke e André (2007), a pesquisa qualitativa fornece elementos para obtenção de dados descritivos, que podem ser obtidos a partir do contato direto do pesquisador com a fonte a ser estudada. O arcabouço epistemológico de pesquisa em Educação é vasto, e, conforme Lüdke e André (2007) afirmam, a pesquisa qualitativa vem ocupando um reconhecido lugar face às recentes questões levantadas pelos desafios da pesquisa educacional.

Zanella (2012, p. 73) salienta que pesquisa qualitativa é aquela “que tem por base conhecimentos teóricos empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade”. A pesquisa ora apresentada se enquadra nesse contexto, uma vez que tem como embasamento as considerações dos gestores das escolas pesquisadas, bem como dos produtores da agricultura familiar, acerca dos objetivos apontados.

Para atender a proposta da pesquisa, utilizaram-se, em relação aos procedimentos técnicos, as pesquisas de campo.

A pesquisa de campo tem a fonte de dados no próprio campo em que ocorrem os fenômenos. No caso da pesquisa em Educação, o campo são os espaços educativos – escolas públicas (TOLZONI–REIS, 2009, p. 39). Dessa forma, caracteriza-se pelas investigações em que se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. Deste modo, este tipo de pesquisa ajuda a construir uma relação com os sujeitos da pesquisa, a visualizar e compreender o espaço vivenciado pelos mesmos, ajudando o pesquisador a se envolver no espaço da pesquisa, assim, tornando-a significativa.

Segundo Pereira Filho (2013), pesquisar pressupõe construir conhecimentos, e essa construção se dá principalmente a partir da relação do pesquisador com o objeto de pesquisa, relação esta que se dá, entre outros, com a utilização de instrumentos de coleta de dados, como a observação, o questionário e a entrevista. Assim, na presente pesquisa, foram utilizadas as técnicas: questionários, entrevista semiestruturada e roda de conversa.

Considera ainda que:

> Entrevista caracteriza-se pelo contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, considerando principalmente aquelas informações julgadas relevantes para o desenvolvimento da pesquisa, e os sujeitos poderão contribuir no processo de construção do conhecimento que se pretende (PEREIRA FILHO, 2013, p. 46).

Para o autor, entrevista semiestruturada é um misto de questões abertas e estruturadas, onde se tem a preocupação de definir um roteiro, porém flexível, abrindo margem para que questões que não estejam previamente definidas possam ser tratadas na entrevista.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 80) nos afirmam o seguinte:

> Entrevista – Essa constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada.

Na pesquisa de campo, a entrevista tem como público servidores da Secretaria Estadual de Educação que compõem a equipe técnica responsável pelo PNAE/MT (1 secretária de educação, 1 representante do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, 1 da Coordenadoria de Alimentação Escolar), 1 assessor pedagógico de Tangará da Serra e 1 gestor da escola estadual selecionada para a pesquisa, considerando que esses sujeitos tenham participado da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Desse modo, a técnica da entrevista, em consonância com as demais técnicas selecionadas, fornece maior confiabilidade ao trabalho. Para a realização das entrevistas, estas foram pré-

agendadas por telefone e acertadas conforme disponibilidade dos sujeitos participantes, que determinaram local, data e horário para a realização das mesmas, sendo que cada entrevista teve aproximadamente quarenta minutos de duração. Foi utilizado um gravador de áudio para a coleta das respostas, com o consentimento previamente obtido pelos sujeitos da pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada junto à equipe técnica responsável pelo programa na Secretaria Estadual de Educação, e também junto ao gestor de uma escola pública estadual de Tangará da Serra – MT, que oferta ensino fundamental e médio. E ainda, como a legislação orienta, que as escolas recebam os recursos do PNAE conforme o número de alunos matriculados, justifica-se que a escola de ensino médio, por ter maior número de alunos, recebe recursos de maior valor do programa, tido então como critério de inclusão na atual pesquisa. Assim, dentre as escolas que atendem ao ensino médio no município de Tangará da Serra – MT, a escola foi selecionada para pesquisa por atender aos quesitos pré-estabelecidos pela metodologia da investigação, e ao contato prévio da pesquisadora, mostrou aceitação e interesse pelo desenvolvimento do estudo.

Em seguida, apresenta-se também, como critério de inclusão de sujeitos à pesquisa, a equipe técnica da Secretaria Estadual de Educação, representada nas figuras da ex-Secretária de Educação, do membro do Conselho Estadual de Alimentação Escolar e do coordenador da Coordenadoria de Alimentação Escolar responsável pelo PNAE em Mato Grosso, sujeitos esses que participam da operacionalização do PNAE. A pesquisa ainda incluiu como sujeito a gestora de uma escola estadual do município de Tangará da Serra, bem como a assessora pedagógica que acompanha a operacionalização do PNAE junto às demais escolas da rede estadual.

No que se refere à seleção dos participantes, optamos por amostragem intencional não probabilística. Conforme Fontanella (2011), essa justifica-se pelo fato de que permite ao pesquisador definir o conjunto que subsidiará a análise e interpretação dos dados que considera mais representativos. Para a referida pesquisa, quando se trata de definir o conjunto que subsidiará a análise e interpretação dos dados o valida o uso da intencionalidade do pesquisador. “Nas amostras não probabilísticas (intencionais), tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o *corpus* a ser estudado” (FONTANELLA, 2011, p. 389).

Desse modo, para responder às entrevistas, foram selecionados os sujeitos da pesquisa, dentre eles, os representantes da esfera estadual e local que atuam na operacionalização do PNAE. Foram selecionados como parte da amostra: 3 representantes da gestão do PNAE, na esfera estadual (ex-Secretária de Educação, membros do CEAE, membros da CAE); na esfera local, 1 assessor pedagógico das escolas estaduais e 1 gestor de escola local, totalizando cinco entrevistados, conforme o quadro 6.

Quadro 6 – Sujeitos participantes da pesquisa.

Nível	Sujeito	Critérios de inclusão
Gestão do PNAE na esfera Estadual	1 Secretária de Estado de Educação (SEDUC); 1 Membro do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE); 1 Membro da Câmara de Alimentação Escolar (CAE).	Atuação na gestão da SEDUC; Atuação no CEAE; Atuação na CAE.
Gestão do PNAE no âmbito local – Tangará da Serra – MT	1 Assessor Pedagógico; 1 Gestor de escola estadual.	Atuação na gestão da Assessoria Pedagógica das escolas estaduais; Atuação na gestão de escola estadual; Atuação na execução do PNAE na escola estadual.

Fonte: organizado pela autora.

Cabe aqui destacar a garantia do anonimato dos sujeitos da pesquisa, de acordo com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa, ao qual a pesquisa foi submetida e aprovada. O contato com os sujeitos deu-se através de solicitações feitas com a devida antecedência e por visita à escola, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa.

Em seguida, passou-se à organização dos dados. Conforme afirma Goldenberg (2004), após a realização da coleta de dados, é o momento de organizar os dados e iniciar a análise de todo o material produzido durante as etapas de pesquisa a campo. Neste caso, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009), como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, buscando compreender criticamente o sentido das comunicações, as significações explícitas ou ocultas, visando trazer maior profundidade quanto aos dados, em busca de alcançar os objetivos propostos.

Para tanto, a análise de conteúdo foi iniciada após a transcrição das entrevistas e depoimentos, seguida da leitura das falas dos sujeitos nas entrevistas e, ainda, dos documentos coletados. Cabe lembrar que, neste momento da pesquisa, foi de suma importância colocar-me à disposição com atitudes flexíveis e abertas.

A partir da pesquisa exploratória, das leituras e da coleta de dados, iniciam-se as interpretações das informações coletadas, procurando fazer relação com as informações obtidas através das entrevistas, à luz da pesquisa documental, possibilitando a triangulação, ou seja, a comparação de um dado obtido através de diferentes informantes, em situações variadas e em momentos diferentes (LUDKE e ANDRÉ, 2007, p. 52), imprimindo maior confiabilidade e visibilidade aos resultados da pesquisa.

Os dados levantados a partir de outras fontes (entrevistas, produções acadêmicas e demais documentos), devido ao seu grande volume, foram operacionalizados e analisados com o auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados, o Iramuteq, um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas

sobre *corpus* textuais e sobre tabelas de indivíduos/palavras. Cabe destacar que a utilização do Iramuteq no âmbito da pesquisa em educação é inédito, pois é mais utilizado na área da saúde.

O quadro 7 apresenta os objetivos e respectivos procedimentos e instrumentos que vão em busca de alcançar o objetivo geral da pesquisa.

Quadro 7 – Estratégias e instrumentos para coleta dos dados

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Procedimentos para obtenção dos dados	Instrumentos para obtenção dos dados e Sujeitos
Analisar o processo de operacionalização do PNAE a partir da Lei 11.947/2009 na visão do gestor público educacional e escolar que operam essa política no âmbito das escolas estaduais. (Pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória)		Pesquisa de campo	Balanço de produção na base disponível no banco de dados de livre acesso, na página do Catálogos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES);
			Pesquisas científicas sobre PNAE, na base de dados *Scielo*.
			Consultar e analisar:
			Manuais e documentos de orientação, como a Cartilha do PNAE;
			Instruções normativas na página oficial da Secretaria de Estado de Educação;
			Lei Nº 11.947 de 16/06/2009, editais de chamada pública;
			Demais documentação específica sobre o programa.
	Analisar como os gestores públicos (no âmbito da Seduc, CEAE e CAE) concebem o PNAE e como têm buscado operacionalizá-lo;	Pesquisa de campo	Realizar entrevista em profundidade com membros da gestão estadual que fizeram e/ou fazem parte da gestão, que já atuam com o PNAE na Secretaria Estadual de Educação ou Conselho Estadual de Alimentação Escolar que acompanharam a formulação/implementação, no período de implantação das chamadas públicas para o PNAE e apoiadoras e que tenham acompanhado esse período de transição.
	Identificar os procedimentos para a participação da agricultura familiar no PNAE;	Pesquisa de campo	Identificar, na Lei Nº 11.947 de 16/06/2009, editais de chamada pública;
			Demais documentação específica sobre o programa.
	Apontar quais os principais desafios enfrentados no processo de operacionalização do PNAE na visão dos gestores em âmbito local (assessores pedagógicos) de Tangará da Serra – MT;	Pesquisa de campo	Realizar entrevista com membros da gestão local, dentre eles: Assessoria Pedagógica que implementou o processo.
	Analisar os desafios para operacionalização do PNAE na visão dos gestores escolares.	Pesquisa de campo	Realizar entrevista com gestor de escola estadual que executa o programa.

Fonte: organizado pela autora.

Espera-se que os resultados e os benefícios da investigação pelo conjunto de dados e informações, que serão colocados à disposição de toda a sociedade e do Estado, mais especificamente, forneçam embasamento para a Secretaria de Estado de Educação, Assessorias Pedagógicas, escolas pesquisadas que se interessarem em conhecer, discutir, analisar e propor reflexões acerca da operacionalização do PNAE nas instituições foco do estudo, e oportunizem a melhoria das políticas públicas.

Outras pesquisas podem surgir a partir desta, complementando ou até mesmo contradizendo os resultados, mas, de todo modo, ampliando as possibilidades e reflexões, o que beneficia toda a população e contribui para a construção do conhecimento da realidade vivenciada nestes espaços, abrindo possibilidades de transformação, caso sejam necessárias.

Políticas públicas podem ser analisadas a partir dos resultados que a pesquisa encontrar, sendo mantidas ou melhoradas a partir de estudos complementares que os órgãos responsáveis por estas julgarem pertinentes. E, dessa forma, a participação da comunidade no entendimento dos resultados tenderá a motivar a constante colaboração da sociedade nos assuntos referentes à educação escolar na perspectiva de avaliação e controle social dessas políticas públicas.

Na próxima subseção, apresentaremos o *lócus* da pesquisa.

2.3 *Lócus* da pesquisa

O artigo 208, inciso VII da Constituição Federal, afirma que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de "atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 1988, p. 108). Portanto, é dever do Estado oferecer condições mínimas de permanência na escola, inclusive fornecendo alimentação escolar de qualidade. Pois a educação não é tudo, mas, sem dúvida, é fundamental para um país oferecer possibilidades mais igualitárias, equitativas e justas a seus cidadãos e, assim, se desenvolver em conjunto, povo e nação.

Um fator de suma importância para assegurar boas condições de aprendizagem dos estudantes e permanência na escola é a merenda escolar. Viabilizada através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), a merenda é um dos meios de garantir uma alimentação saudável e balanceada, que possa contribuir na formação de hábitos alimentares mais adequados e saudáveis, assim como influenciar positivamente no rendimento escolar dos estudantes.

Mato Grosso, estado da região Centro Oeste, inicia o processo de descentralização dos recursos do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) a partir de 2009, através da homologação da Lei 11.947/2009. Seguindo as normas da legislação, no Estado de Mato Grosso, a aquisição dos produtos da alimentação escolar se dá através das modalidades Pregão e Chamada Pública, realizadas anualmente em cada município. Precisamente, é o interesse nesse processo de realização das chamadas públicas, de entender como se deu a operacionalização do programa a partir da homologação da lei, o objeto desta pesquisa. Para tanto, foi pesquisada uma escola da rede estadual que atende o ensino fundamental e médio, no município de Tangará da Serra, cujos gestores tenham participado da operacionalização do programa.

O município de Tangará da Serra está localizado a 240 quilômetros da capital Cuiabá, é a quinta cidade mais populosa do estado, com 101.764 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018. Emancipado politicamente em 13 de maio de 1976, apresenta

rápido crescimento populacional, economicamente se destaca no setor de prestação de serviços, agroindústria e agricultura, contando com comércio forte que atende a toda região. As empresas do município são estratificadas em indústria (6%), comércio (35,8%) e serviços (56,6%), totalizando 4.108 empresas ativas. O segmento das indústrias é representado por 261 empresas, enquanto o comércio, por 1.471 empresas, e, por fim, serviços, com a maioria, 2.326 empresas ativas. Destaca-se como município polo com importante potencial turístico, considerado um dos mais belos do Estado de Mato Grosso.

Segundo dados disponíveis na página da Prefeitura Municipal[6], da população total de Tangará da Serra, 90% reside na área urbana, o que representa 20.294 domicílios, com certo equilíbrio entre homens (56%) e mulheres (44%), extremamente jovens, dado que 36% de seus habitantes possuem menos de 19 anos e 50% menos de 40 anos.

Por ser cidade polo também na área educacional, 8,43% da população está cursando o ensino superior, e 4,87% dos moradores possuem nível superior (incluindo bacharéis, licenciados e tecnólogos). Todos os anos diversas pessoas migram para o município em busca da conquista de uma faculdade, esse fator movimenta o comércio e os eventos locais, e explica, em parte, a população jovem que reside em Tangará da Serra.

O município possui características de cidade universitária, uma vez que possui diversas instituições de ensino superior com uma grande oferta de cursos de bacharelado e licenciaturas, em instituições públicas e particulares. A rede municipal é composta por 14 centros de educação infantil, 22 Centros Municipais de Ensino Fundamental e, ainda, 15 Escolas Indígenas, com 10.945 alunos matriculados. Tangará da Serra conta ainda com as escolas públicas da rede estadual, possui 20 escolas estaduais que ofertam o ensino fundamental, médio e EJA, destas, 13 são urbanas e 7 são escolas rurais, que, juntas, atenderam a 9.891 alunos, conforme números divulgados na página oficial do INEP, segundo o Censo Escolar de 2018, informado pelas instituições escolares.

Em 2014, houve a implantação do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que atende cerca de 300 alunos em cursos do ensino médio profissionalizante. No ensino público, destaca-se a atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), que oferta cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. No ensino privado, a cidade conta com instituições particulares, como a Universidade de Cuiabá (UNIC), que oferta cerca de dez cursos, a Faculdade FAEST/UniSerra, especializada no curso de Pedagogia e que também oferta o curso presencial em Psicologia. Além de instituições de ensino à distância, como UNOPAR, UNIGRAN, Anhanguera, Instituto Tayano de Educação e UniCesumar, instituições que contribuem para o desenvolvimento do município.

Para o levantamento de dados acerca do número de matrículas no município, foram revisados documentos disponíveis e páginas eletrônicas na internet, de órgãos oficiais, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da

[6] Dados extraídos da página oficial da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra – www.tangaradaserra.mt.gov.br

Educação (FNDE), conforme apresenta o quadro 8, no qual foi organizado o número de alunos matriculados em cada etapa da educação básica.

Quadro 8 – Matrículas na educação básica em Tangará da Serra

Etapa	Estadual		Municipal		Particular	Federal	Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural			
Creche			1.768	70	298		2.136
Pré-escola			1.948	169	286		2.403
Ens. Fund. I	1.449	329	3.986	303	691		6.758
Ens. Fund. II	2.011	345	2.526	175	482		5.541
Médio	2.599	329			250		3.178
EJA	1.916	267					2.183
Ed. Profissional	646					301	947
Subtotal	8.621	1.270	10.228	717			
Total de alunos	9.891		10.945		2.007	301	23.144

Fonte: organizado pela autora – Dados Censo 2018/INEP

Deste universo de unidades escolares, a pesquisa selecionou uma escola da rede pública estadual que oferta o ensino fundamental e médio, sendo uma escola urbana. Assim, visando assegurar o sigilo quanto às identidades dos sujeitos e instituições participantes da pesquisa, optou-se por nomear a escola com nome fictício, a escola estadual será identificada como Escola da Vida, seguida de uma breve caracterização.

2.4 Caracterização da unidade escolar pesquisada

A Escola da Vida, durante quase trinta anos, tinha como endereço a rua Arlindo Lopes da Silva, n° 909, setor N, no Centro de Tangará da Serra. Mas nem sempre foi assim. Nos anos inicias, funcionou como extensão da "Escola Estadual 13 de Maio", sendo esta uma das escolas pioneiras da cidade, ofertando ensino público estadual. Essa escola estava situada na região central do município, e com o decorrer do tempo, a cidade foi expandindo, e surgia a necessidade de ampliar o atendimento escolar para os bairros do município. Assim, na década de 1980, na antiga Vila Mineira, posterior Centro e atual Jardim Europa, aproximadamente a quatro quilômetros da escola matriz, foi construído o primeiro espaço da Escola da Vida (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 01).

Em 1981, foram construídas seis salas de aula. O professor Luís Carmona, na época diretor da escola matriz, respondia também pela direção da Escola da Vida, até mesmo porque, na época, o novo prédio era uma extensão da escola anterior. Devido a solicitações da comunidade local, em 12 de novembro de 1984 os prédios foram desmembrados e a Escola da Vida oficialmente foi criada. Isso ocorreu no período em que o senhor Júlio José de Campos era governador do Estado de Mato Grosso (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 01).

Por meio do Decreto n° 992 de 22 de novembro de 1984, foi criada e autorizada a funcionar sob a denominação de “Escola Estadual de 1° Grau ...”. ...” A denominação da recém-criada escola foi uma homenagem a um professor da escola matriz, falecido acidentalmente no dia 15 de junho de 1984, com apenas 38 anos de idade. Com o passar dos anos, a escola passou a atender toda a Educação Básica (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 01).

Para primeira diretora da nova unidade de ensino foi indicada a professora Irene Judite Weisheimer. A unidade escolar se desenvolvia, a demanda de alunos foi aumentando. Surgiu então a necessidade de ampliar as instalações, o que foi feito mediante parcerias com o município e com a comunidade escolar, que auxiliou a escola a arrecadar recursos próprios, oriundos de festas e promoções. Desse modo, foram construídas mais seis salas de aula para atender à procura da comunidade, totalizando doze salas de aula (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 01).

A rotina da Escola da Vida sempre foi de muita luta, assim como nas outras escolas públicas, muitos entraves foram enfrentados. Todavia, a comunidade escolar sempre incorporou esses desafios como algo que impulsionava a todos a se unirem para desenvolver cada vez mais um trabalho com maior qualidade, dentro das possibilidades (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

Uma das maiores problemáticas que assolou a Escola da Vida durante anos culminou em fortes acontecimentos no ano de 2013. A estrutura física da instituição nunca havia passado por reformas, pequenos reparos eram feitos à medida que era possível, mas isso foi insuficiente para mantê-la em adequadas condições de funcionamento (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

Mesmo com anos de reivindicações junto aos governos do estado, pois foram quase dez anos de luta para conseguir uma infraestrutura melhor, os movimentos não tiveram êxito. Até que, no ano de 2013, o Corpo de Bombeiros interditou parcialmente o prédio da escola. Seis salas de aula e a biblioteca ofereciam risco aos educandos e profissionais da educação, sendo proibido o acesso a esses espaços em pleno decorrer do ano letivo (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

Nesse ano de 2013, a unidade escolar funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno, nas modalidades de Ensino Fundamental, organizadas por Ciclos de Formação Humana (1º, 2º e 3º ciclo), e Ensino Médio Regular. O prédio da escola era composto por doze salas de aula, uma sala de articulação e um laboratório de informática, atendendo aproximadamente 950 alunos divididos em 31 turmas. A instituição possuía um quadro de 42 professores, sendo 27 efetivos e 15 contratados. Todos os professores tinham licenciatura plena e a grande maioria também possuía especialização *lato sensu*. Só o que faltava era estrutura física. Em cinco períodos de aula alternativos para atender todos os alunos, esse ano letivo foi concluído com sucesso (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

No ano de 2014, a Escola da Vida foi parcialmente demolida (a parte interditada pelo Corpo de Bombeiros) e reconstruída. A outra parte foi totalmente reformada, nem parece a mesma. As obras duraram cerca de dois anos. Nesse período, as aulas tiveram de ocorrer em outro espaço. O problema é que inexistia na cidade um prédio que comportasse todos os 950 alunos. A melhor solução encontrada

pela equipe gestora, comunidade escolar e Secretaria de Estado de Educação foi realizar uma parceria com outras instituições de ensino, garantindo vagas em outras escolas da rede pública estadual para aproximadamente 70% dos educandos. Com isso, a equipe de funcionários efetivos também foi realocada em outras unidades de ensino (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 03).

Enquanto a obra estava sendo realizada, nos anos letivos de 2014 e 2015, a Escola atendeu a seus alunos em um prédio locado pelo Estado, localizado a rua Deputado Hitler Sansão, nº 1038-W, Jardim do Lago, o qual possuía apenas seis salas de aula e uma sala de administrativo, onde funcionavam secretaria, direção, coordenação, sala dos professores e atendimento aos alunos. Nos períodos matutino e vespertino, eram atendidos o 1° e 2° Ciclos do Ensino Fundamental, organizados por Ciclos de Formação Humana, e o Ensino Médio Regular, totalizando onze turmas, aproximadamente 310 alunos. Esse prédio era compartilhado com uma faculdade, por isso, no período noturno, a escola não podia funcionar (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 03).

Enfim a obra do novo prédio foi concluída, e, em fevereiro de 2016, a Escola da Vida retornou ao seu endereço de origem com capacidade de atendimento para 32 turmas nos três turnos de funcionamento. A escola ocupa uma quadra inteira, e mesmo permanecendo no endereço de criação, a entrada principal da unidade de ensino mudou de lado, estando agora situada a Avenida Ismael José do Nascimento, nº 892, setor N, Jardim Europa.

A partir do ano letivo de 2017, não houve demanda para atendimento no período noturno, ficando a escola com atividades apenas no diurno, atendendo entre manhã e tarde as turmas do ensino fundamental e médio. Neste ano letivo, atende a trinta turmas, sendo 18 do Ensino Fundamental, organizadas por Ciclos de Formação Humana (do 4º ano ao 9º ano), e doze turmas do Ensino Médio, totalizando aproximadamente 950 alunos (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

A estrutura física da escola é composta por quinze salas de aula, 1 biblioteca, 1 laboratório de Informática Educativa (LIED), 1 Sala de Recursos Multifuncionais, 1 Sala de Articulação da Aprendizagem, cinco laboratórios (Linguagem, Matemática, Física, Biologia e Química), quadra poliesportiva coberta, cozinha industrial, refeitório amplo e salas administrativas. No quadro lotacionograma da mesma constam aproximadamente 72 funcionários, entre pessoal de apoio, técnico-administrativo e professores (ESCOLA DA VIDA, 2017d, p. 02).

A Escola da Vida é uma instituição educacional comprometida com o acesso, permanência e qualidade do ensino ofertado. A equipe de profissionais está sempre aberta a ouvir e a discutir com a família o que diz respeito ao desenvolvimento do aluno. Compreende que a relação escola e família é crucial no processo de ensino e aprendizagem. E mais, são cônscios da importância do papel da família e do professor na formação de sujeitos.

A equipe de profissionais da escola preocupa-se em construir estratégias que contribuam para a sociabilidade dos alunos e de suas famílias. A escola tem como prática a realização de uma reunião de pais e professores no início do ano letivo. Prática essa que se repete ao final de cada bimestre, quando as

famílias são uma vez mais convidadas a comparecerem à escola a fim de tomarem conhecimento do desempenho escolar dos alunos durante aquele período.

Comprometida em ofertar educação de qualidade aos seus alunos, a Escola da Vida atenta por acolhê-los de modo adequado, inclusive no aspecto da alimentação escolar, seguindo os preceitos da legislação, busca superar os desafios que se impõem, a fim de garantir alimentação escolar de qualidade durante o período em que os alunos permanecerem na escola.

3 O PNAE COMO POLÍTICA PÚBLICA

Esta seção que abre a fundamentação teórica de todo o estudo aborda aspectos importantes que a literatura da área educacional traz sobre a temática Políticas Públicas. O subtítulo 3.1, identificado como Políticas Públicas, aborda brevemente a definição do termo, apoiado, em especial, na autora Souza (2006). A subseção 3.2, Políticas públicas educacionais no Brasil, baseia-se em autores como Peroni (2003) e Libâneo (2018).

3.1 Políticas públicas

De modo geral, as políticas públicas são consideradas como um conjunto de programas e ações, concebidos pelo Estado para assegurar e colocar em prática direitos dos cidadãos que estão garantidos na Constituição Federal e em outras leis, e para atender demandas da população, podendo ser divididas entre políticas de Estado e políticas de governo. As políticas de Estado são asseguradas pela Constituição, devendo ser efetivadas independente dos políticos, já as políticas de governo são próprias de cada governante, podendo ter continuidade ou não, dependendo da alternância política.

A discussão sobre as políticas públicas tomou, nas últimas décadas, uma dimensão muito ampla, haja visto o avanço das condições democráticas e a diversidade de arranjos institucionais de governos, que se tornaram necessários para se fazer a governabilidade. Sendo assim, as políticas públicas são decisivas para a implementação de direitos pelo Estado. Assim, é o Estado, por meio de suas instituições, que promove a concretização dos direitos sociais com o implemento desse instrumento que são as políticas públicas.

As políticas públicas são um foco mais específico do tratamento da educação, que, em geral, se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar, onde é indispensável a existência de um ambiente próprio do fazer educacional que é a escola, que funciona como uma comunidade composta por alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado. Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que recaem no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Essas decisões referem-se a diversas questões, como construção do prédio, contratação de profissionais, formação docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar etc. Sendo assim, políticas públicas educacionais são aquelas que ajustam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.

Alguns modelos explicativos acerca de políticas públicas foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que refletirá na vida dos cidadãos. Diversos foram os modelos apresentados, e o levantamento dos principais é importante porque pode conduzir os gestores públicos no momento de elaborar uma determinada política pública.

Acerca do Ciclo de políticas públicas, Souza (2006) afirma que essa tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública possui as seguintes fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

De acordo com Souza (2006), ao definirem suas agendas para elaboração das políticas públicas, os governos consideram três aspectos: o primeiro focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles; o segundo aspecto focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema; o terceiro aspecto focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão etc., e invisíveis, ou seja, acadêmicos e burocracia. Segundo essa perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda, e os invisíveis, as alternativas.

De modo geral, pode-se sintetizar política pública como

> Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p. 26).

Se considerar que a política pública é um campo abrangente, ou área que coloca diversas outras áreas em totalidades organizadas, desse modo comporta diversos "olhares" de várias áreas distintas, e após formuladas e estabelecidas, se dividem em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando colocadas em prática, são submetidas ao acompanhamento e avaliação.

A autora destaca ainda que,

> Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 36).

Diante disso, pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

O entendimento dos modelos e das teorias sobre política pública pode permitir ao analista melhor compreender o problema para o qual a política pública foi desenhada, seus possíveis conflitos, a trajetória seguida e o papel dos indivíduos, grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública (SOUZA, 2006, p. 40).

Conforme Höfling (2001), as políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. Isso reflete claramente os conflitos existentes nesse processo, como um jogo de interesses.

Para desenvolver a análise de uma política pública é relevante que se adote um mecanismo que oriente e sirva de base na investigação e na compreensão da política.

> A análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social; o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. Considerar esse conjunto de influências implica levar em consideração o fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, a influência das agências multilaterais, as arquiteturas político-partidárias nacionais e locais, bem como a influência de indivíduos, grupos e redes políticas (MAINARDES, 2006, p. 10).

De acordo com Souza (2006, p. 28), "dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos". Um importante modelo que vem sendo adotado como referência para a análise de políticas públicas é a "abordagem do ciclo de políticas" que, de acordo com Mainardes (2006, p. 48), "tem sido utilizada em diferentes países, como referencial analítico consistente para políticas educacionais".

> Esta abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível (MAINARDES, 2006, p. 49).

O ciclo de políticas constitui-se em importante referencial que objetiva oferecer uma estrutura conceitual que supera os modelos lineares de análise, na medida em que os seus formuladores entendem que o processo político é complexo e envolve uma variedade de contextos. Nesta perspectiva, as políticas são consideradas como um ciclo contínuo, com contextos ligados e inter-relacionados, sem dimensão temporal nem sequencial e não constituem etapas lineares (MAINARDES, 2006, p. 157).

Mainardes (2006, p. 55) destaca que "este contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com os problemas identificados, principalmente as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada".

A abordagem do ciclo de políticas possibilita a análise do caminho completo de uma política, destaca a necessidade de se pesquisar tanto o aspecto macrocontextual quanto microcontextual, permite a

utilização de diferentes estratégias de coleta de dados e pode ser associada a outros referenciais teóricos mais específicos.

Assim, é possível demonstrar as contribuições da abordagem do ciclo de políticas como referencial analítico para a investigação das políticas educacionais, visto que o estudo das políticas educacionais em desenvolvimento no Brasil demanda um esforço de análise combinada que envolve a compreensão do atual momento do capitalismo e suas reconfigurações, as alterações que provoca no papel do Estado, bem como as contradições que provoca. Propõe superar a aceitação passiva e acrítica de medidas que distorcem, regulam, controlam e transformam as instituições educacionais e as pessoas que nelas atuam, com destaque aos gestores e professores, em executores de políticas elaboradas pelos formuladores centrais.

Acredita-se que são muitas as contribuições que a abordagem do ciclo de políticas pode oferecer ao desenvolvimento dos estudos no campo das políticas públicas educacionais. Este modelo é um referencial que apresenta conceitos relevantes e contribui como fundamento para uma análise metodológica consistente, pois permite que a pesquisa seja concretizada observando os diferentes contextos do desenvolvimento das políticas (macro e micro) e, com isso, possibilita a realização de análises próprias para este campo de estudos, conferindo-lhe maior densidade e legitimidade.

Ao pesquisar sobre a temática da política educacional brasileira, é fundamental essa compreensão dos interesses presentes em todo o processo, como abordaremos no tópico a seguir.

3.2 Políticas públicas educacionais no Brasil

Os anos 1990 ficaram marcados, para os países da América Latina, como aqueles em que se aprofundou o processo de sua inserção no mercado globalizado e pela aplicação de políticas neoliberais. Como produto desse movimento, houve uma profunda reforma do Estado, redefinindo-se os limites entre o público e o privado. Peroni (2003), em sua análise, define o foco nos três pilares da política educacional do período dos anos 1990, sendo: financiamento – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); avaliação institucional e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, os quais decorrem da internacionalização da política neoliberal e da orientação das instituições financeiras multilaterais para os países pobres.

Ao evidenciar as consequências para a educação dessa redefinição do papel do Estado nesse período, no Brasil, a autora afirma que

> Os projetos de política educacional apontaram para um processo de centralização por parte do Governo Federal do controle ideológico da educação através dos Parâmetros Curriculares e da Avaliação Institucional, e ao mesmo tempo, para um processo de descentralização da oferta e dos recursos, inclusive desobrigando a União para com o financiamento da educação básica. [...] Movimento de descentralização acompanhado por mecanismos que levaram à privatização, terceirização e publicização dos serviços púbicos (transferência da gestão administrativa da esfera pública para a esfera privada), constatados na elaboração dos projetos de Avaliação Institucional, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PERONI, 2003, p. 12).

Em se tratando de políticas educacionais, é possível perceber um movimento antagônico, pois ao mesmo tempo em que propõem medidas que descentralizam a coordenação de certas políticas, há outras que centralizam o poder do Estado no sentido do controle.

> Nos anos 1980, culminando com o período constituinte, as políticas tinham como eixo principal a democratização da escola mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão [...] nos anos 1990, ocorreu a mudança dessa centralidade, passando a enfatizar-se a qualidade, entendida como produtividade, e o eixo deslocou-se para a busca da maior eficiência e eficácia via autonomia da escola, controle de qualidade, descentralização de responsabilidades e terceirização de serviços (PERONI, 2003, p. 75).

O foco central das políticas educacionais passa a ser a busca por resultados que demonstrem a eficiência das escolas, no sentido de exercer com autonomia sua função pedagógica, demonstrando qualidade através dos resultados alcançados por meio das avaliações institucionais. A preocupação passa ser com dados estatísticos. As escolas, por sua vez, devem "aceitar" esse discurso e trabalharem para conquistar os melhores resultados.

O Estado, assim, exerce seu poder centralizador, definindo as diretrizes educacionais nacionais, desconsiderando as particularidades das escolas públicas. A tensão descentralização/centralização constitui as bases da política educacional dos anos 90.

Assim, ao discutir as políticas educacionais brasileiras, é essencial compreender como se deu o processo histórico que embasa as políticas sociais, por isso é imprescindível entender o cenário político que determinou tais políticas.

> No Brasil, os organismos internacionais, governos, ministros de Estado, bancos, corporações e grupos empresariais transnacionais propõem e articulam políticas, acordos, convênios e protocolos com os governos de outros países, atuando como guardiões dos interesses do capital financeiro internacional. Desse modo, para estes homens de negócios do capital, os serviços públicos nos setores de Educação e Saúde podem ser ofertados por empresários, pois os mecanismos de mercado potencializam seus resultados e os colocam nos circuitos das práticas competitivas mercantis.[...] E para sustentar este preceito neoliberal, de forma sistemática, a imprensa internacional e nacional passou a veicular e divulgar indicadores estatísticos da Educação apontando a má qualidade do ensino fotografada nos indicadores obtidos nos testes e exames. Esta mesma imprensa passou a divulgar, também, as vantagens e potencialidades dos grupos empresariais educacionais para expandir os negócios rentáveis, além de maior flexibilidade nos contratos, parcerias e relações de trabalho (LIBÂNEO, 2018, p. 9).

As orientações dessas organizações internacionais se inserem em um processo maior de mudanças, que visam transformar a educação, como direito do cidadão, em um serviço oferecido pela escola pública, visando resultados quantificáveis, mensuráveis e hierarquizantes para compor *rankings* classificatórios.

Os resultados escolares irão influenciar diretamente a organização curricular e restringir o trabalho do professor, ferir a autonomia da escola na busca da preparação dos alunos para tais avaliações, a fim de obter melhores notas nesse "ranqueamento" da educação brasileira.

> A interferência dos organismos internacionais no gerenciamento da educação brasileira, que orientou no sentido da descentralização, da privatização e da responsabilização, foi analisada por vários autores do campo da educação no Brasil. Entre estes, Fonseca (2001), Oliveira (2001), Bianchetti (1997), Melo (2004) e Silva (2002) chamam atenção para o fato de que a descentralização, em seus diversos vieses apresentados nas últimas décadas do século XX, reforça as estratégias de avanço das políticas neoliberais (LOCATELLI, 2011, p 2).

Essas políticas neoliberais impactam diretamente no cotidiano da escola e na vida da comunidade escolar. Assim, relatos de gestores escolares, que atuam efetivamente nas escolas públicas de educação básica, demonstram que os governos estaduais subscrevem as políticas das agências multilaterais, traduzindo-as como se fossem necessidades regionais e locais que carregam os critérios de qualidade que estão subjacentes às metas quantificáveis, índices, desempenho e resultados a serem alcançados pela escola pública.

Impõem-se propostas economicistas e gerencialistas orientadas por mecanismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que reduzem a formação escolar à preparação para o mercado de trabalho e demonstram que finalidades educativas baseadas na obrigação de resultados e testes padronizados resultam desastrosos para os alunos pobres.

Fica claro, assim, a subordinação das políticas educacionais brasileiras às orientações e estratégias educacionais elaboradas pelos organismos multilaterais, que propagam a necessidade da reconfiguração destas políticas, incentivando e impulsionando a produtividade e competitividade a serviço do mercado globalizado.

A política educacional causa a acentuação das desigualdades sociais, produz a exclusão social dos pobres dentro da própria escola ao impor critérios de qualidade de ensino estabelecidos pelos organismos internacionais, ocasiona o desgaste da qualidade do ensino público e desconsidera toda e qualquer particularidade das escolas e suas realidades locais.

Conforme Locatelli (2011, p. 1), o movimento de descentralização na educação brasileira era como uma iniciativa situada no contexto geral de mudanças e interesses que marcaram a política macroeconômica do país, porém revestida de uma imagem que lhe relacionava à autonomia, ao controle popular e à democratização.

Constata-se, assim, que esse compromisso com a qualidade está vinculado ao conceito de qualidade do mercado, e isso avança para o processo de avaliação. As avaliações de larga escala que estão direcionando as políticas educacionais brasileiras, seguindo orientações de organismos multilaterais, se inserem em um procedimento maior de modificações, que visam transformar a educação como direito do cidadão em mero serviço oferecido pela escola pública, visando alcançar resultados quantificáveis e mensuráveis que estabelecem *rankings* classificatórios. Portanto, nesse contexto competitivo, fica clara a relação entre trabalho e educação, demonstrando de que forma a "internacionalização" das políticas educacionais está comprometendo e desgastando essa relação em países com imensa desigualdade social,

como o Brasil. Esse processo de descentralização de que comporta responsabilidade, contraditoriamente carrega o cerceamento da autonomia da escola, não atende a realidade brasileira, daí a sua fragilidade.

> Demonstra suas grandes fragilidades e mesmo os aspectos que revelam sua inviabilidade. Sendo assim, o processo de descentralização propagado e realizado no campo da política educacional brasileira, nos anos 1990, ganha sentido quando tomado na sua intrínseca relação com o ideal de privatização e de responsabilização defendidos pela fração burguesa hegemônica. Para que os governos locais assumissem a responsabilidade sobre a educação básica (mais propriamente pelo ensino fundamental), deveriam fazê-lo a partir das condições a eles impostas. Isso incluiu, principalmente, buscar ampliar o atendimento da demanda por educação com o uso mais 'racional' dos recursos. Ou seja, aumentar o número de vagas nas escolas municipais sem que houvesse um aumento do aporte financeiro por parte do governo central (LOCATELLI, 2011, p. 3).

Desse modo, essa adesão às propostas dos organismos multilaterais acentua as desigualdades sociais e a percepção de que o papel da escola pública seja somente servir ao sistema econômico neoliberal, aumentando a exclusão social dos pobres, dando continuidade e reproduzindo-a dentro da própria escola.

Avaliando esse processo de adesão às políticas dos organismos multilaterais, percebe-se que na educação esse foi um movimento muito silencioso e continua sendo, pois permanece escamoteado através de "orientações, normas ou exigências" feitas às escolas públicas, como no caso dos programas de repasse de recursos do Governo Federal às instituições escolares.

Em relação às políticas públicas educacionais, Höfling (2001) afirma que os entraves que se fazem presentes de modo reiterado são os mesmos, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Porém a necessidade de se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, para que possam de fato alcançar índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação.

A autora sustenta ainda que,

> Mais do que oferecer 'serviços' sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais. Numa sociedade extremamente desigual e heterogênea como a brasileira, a política educacional deve desempenhar importante papel ao mesmo tempo em relação à democratização da estrutura ocupacional que se estabeleceu, e à formação do cidadão, do sujeito em termos mais significativos do que torná-lo 'competitivo frente à ordem mundial globalizada' (HÖFLING, 2001, p. 40).

Assim, a considerar além da implantação de políticas públicas para tender as necessidades das diversas áreas que precisam ser atendidas, muito mais importante do que isso é preocupar-se em construir direitos sociais, oportunizando a formação do cidadão que irá lutar para conquistar seus direitos.

A partir da redemocratização do país nos anos 1990, as políticas públicas inauguram uma nova fase de participação da sociedade, seja no acompanhamento, na fiscalização e no desenvolvimento das ações governamentais. Nesse sentido, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

foi implementado o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) para que a sociedade organizada possa acompanhar a implementação do programa e também fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros.

Esse movimento de descentralização tem início com a apresentação do Plano Diretor da reforma do Estado nos anos de 1990, no qual houve uma modificação que não ocorreu por acaso, em que passa a ser obrigatório que todas as escolas para receber os recursos deveriam possuir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), significa dizer que elas teriam que se tornar de direito privado, caso contrário não receberiam recursos do Governo Federal. Esse fato caracteriza a descentralização dos recursos, que seriam a partir de então destinados diretamente às escolas, a partir de então denominadas Unidades Executoras (UEx), e seus respectivos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar (CDCE), os quais são responsáveis legais para a execução desses recursos e posterior prestação de contas aos órgãos competentes do governo. Essa relação entre responsabilidade e autonomia permeia todo esse processo de descentralização, possui características que não são de todo negativas ou prejudiciais, importa ter clareza e ciência dos interesses que estão envolvidos, atuando de modo consciente.

Às políticas públicas educacionais se incluem todas as medidas e decisões que são adotadas pelo governo em relação ao ensino e à educação no país. São propostas, estudadas e criadas a partir de leis que são votadas pelos membros do Poder Legislativo em cada uma das esferas de governo: federal, estadual e municipal. Os cidadãos podem e devem participar da formação das políticas públicas.

Uma das maneiras de participar da criação das políticas públicas é pela participação nos conselhos de políticas públicas. Os conselhos são formados por representantes do governo e por cidadãos. São espaços de discussão em que as pessoas opinam, falam sobre suas necessidades e propõem mudanças que possam trazer mais benefícios para a educação. Com base nessas necessidades, são elaborados diversos programas para assegurar o atendimento em diversos aspectos da educação, desde o direito ao acesso, a permanência e a qualidade da educação como um todo.

Cabe aqui destacar que o PNAE, como programa que faz parte da política pública educacional, ainda resiste ao desmonte da política neoliberal. Neste sentido, Fagnani (2017) demonstra que

> O período 2016-18 pode representar o fim do mencionado ciclo de construção da cidadania social (1988-15). A radicalização do projeto liberal, derrotado nas últimas quatro eleições, caminha no sentido de levar ao extremo a reforma do Estado iniciada nos anos de 1990. O objetivo é 'privatizar tudo o que for possível', tanto na infraestrutura econômica quanto na infraestrutura social (FAGNANI, 2017, p. 10).

Nesse sentido, explica a política do desmonte dos direitos sociais e a preocupação em abolir as conquistas sociais que significariam a construção de uma cidadania social.

> Na prática, o 'Novo Regime Fiscal' acaba com as vinculações constitucionais de recursos para educação e saúde. No caso da educação, como se sabe, o artigo 212 da Constituição de 1988 assegurou a vinculação de receitas fiscais dos três níveis de governo, reforçando uma prática inaugurada pela Constituição de 1934 (FAGNANI, 2017, p. 14).

Porém os ataques a essas políticas vêm aumentando assombrosamente, assim não há como assegurar até quando haverá continuidade.

> As sinalizações sobre a proposta de Reforma Tributária, que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional, não apontam no sentido da correção da injustiça fiscal. O propósito é unicamente simplificar a estrutura de impostos e embute ameaças de desmonte das bases de financiamento das políticas sociais conquistadas pela Constituição de 1988. A criação do Imposto de Valor Adicionado (IVA) extinguirá as principais fontes de financiamento da área social asseguradas pelo artigo 195 da Constituição. A concretização dessas mudanças fragilizará o financiamento da educação (FAGNANI, 2017, p. 17).

As reformas propostas, econômicas e fiscais, indicam a concretização de um panorama nada animador para as políticas sociais, sugerem absolutamente o oposto aos direitos sociais assegurados na Constituição de 88, vislumbrando o desmonte das bases do seu financiamento.

Desse modo, percebe-se que o programa da alimentação escolar não foi desmantelado ainda por se tratar de um programa descentralizado, por ter vinculação constitucional, com dotação orçamentária bem definida, e possuir critérios claros considerando o número de alunos matriculados nas escolas públicas, porém, no atual cenário político e econômico do país, essa garantia constitucional está ameaçada.

Na próxima seção, abordaremos especificamente do Programa Nacional da Alimentação Escolar, um dos programas educacionais mais antigos que vem sendo executado desde meados da década de 1950.

4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Esta seção apresenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar, seu histórico, e destaca-se como uma parte que apresenta conceitos essenciais da temática em questão. Legislação e dados do FNDE foram algumas das referências que subsidiaram essa discussão teórica.

4.1 Um breve histórico do PNAE

Na Constituição Federal de 1988, foram inscritos alguns avanços, como a ampliação do legislativo. Citamos o redesenho do papel do município e a descentralização das políticas sociais. Mecanismos de cooperação foram delineados e ampliadas as competências do município na área social, ao ser definida como princípio de organização a descentralização nas áreas sociais: saúde, assistência social programas de apoio à educação (alimentação escolar, livro didático, transporte escolar).

> Assim, apesar da ideia de autonomia, expressa na compreensão da descentralização política, não se pode fazer uma afirmação direta ou qualquer generalização que coloque a descentralização como pressuposto básico da democracia ou da autonomia, como também não é aconselhável que se atribua ao conceito de centralização a noção de autoritarismo, numa relação antitética com o termo descentralização, passando a tomar este último como sinônimo de liberdade e soberania. Tal compreensão toma a realidade a partir de uma visão maniqueísta, que separa o lado positivo do negativo, sendo o positivo buscado e desejado em função da democracia e das liberdades individuais, enquanto o negativo representa o totalitarismo e a repressão aos direitos individuais. No entanto, a realidade tem mostrado que, na prática, revelam-se contradições e incertezas que desmascaram essa concepção. No campo da organização estatal, a centralização e a descentralização fazem parte de uma mesma realidade, entrecruzando as ações e o imaginário que compõem a realidade política e administrativa (LOCATELLI, 2011, p. 3).

Segundo Almeida (2019, p. 121), o Programa de Alimentação Escolar surgiu na década de 40. Nesse período, o Instituto de Nutrição defendeu a proposta do Governo Federal de proporcionar alimentos às escolas. Todavia, não foi possível conseguir isso por falta de disponibilidade de recursos financeiros.

Considerando o gerenciamento do programa, é possível perceber mudanças ao longo do tempo, mas somente no ano de 1994 efetivou-se a descentralização dos recursos para execução do programa.

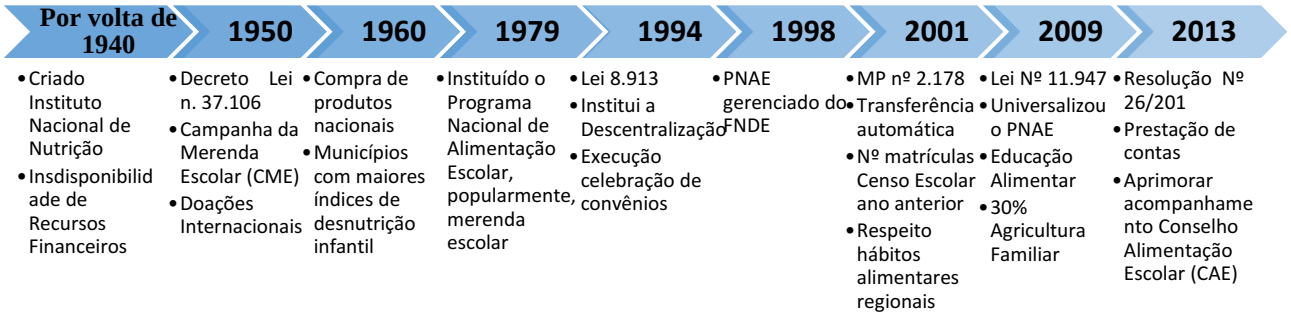
> Desde sua criação até o ano 1993, a execução do programa foi gerenciada de maneira centralizada, isto é, o órgão de governo era o responsável pela aquisição dos gêneros alimentícios especializados, para assegurar o controle de qualidade, e era também responsável pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional, dentre outras atribuições. Em 1994, a descentralização dos recursos para a execução do programa foi instituída pela Lei 8.913, de 07/12/94, mediante a celebração de convênios com os municípios e com a participação dos departamentos de educação dos estados e Distrito Federal, delegando a responsabilidade em servir aos estudantes das redes estaduais e redes municipais aos municípios que não aderissem à descentralização (ALMEIDA, 2019, p. 122).

Como amostra desse processo de descentralização de política pública proposto pelo governo, destacamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que pertence a uma política social do

Governo Federal e busca desenvolver ações promotoras de saúde e de formação de hábitos e práticas alimentares saudáveis nas comunidades local e escolar.

Um breve histórico do programa está representado na figura 1 para demonstrar a evolução dessa política pública, que data antes dos anos de 1950.

Figura 1 – Linha do tempo do PNAE



Fonte: elaborado pela autora.

Almeida (2019, p. 123) assegura que a consolidação da descentralização, sob a gestão do FNDE, foi declarada através da Medida Provisória nº 1.784 de 14/12/98. Nela, a transferência é feita diretamente a todos os municípios e departamentos de educação de forma automática, sem necessidade de firmar acordos ou outros instrumentos similares, o que permite uma maior flexibilidade no processo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo, é um programa que apresenta aspectos positivos, pois é inclusivo para agricultores organizados. Para Ribeiro, Ceratti e Broch (2013, p. 1), o PNAE proporciona incentivo e desenvolvimento da pequena propriedade rural, criando mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local nos municípios brasileiros.

Dessa forma, modificações relevantes têm sido percebidas na operacionalização do Programa, que influenciam na melhoria da qualidade dos serviços. De acordo com Borges (2005), as mudanças na organização de compras, implantação de produção alternativa de alimentos e utilização de maior volume de alimentos *in natura* foram os mecanismos incorporados ao PNAE, especialmente nas duas últimas décadas.

O PNAE é uma das políticas estratégicas para a promoção da Segurança Alimentar Nacional (SAN) das crianças e jovens que cursam a Educação Básica, sendo que esta política precisa ser parte integrante do projeto de educação pública no Brasil (FBSSAN, 2009). A escola pública é um ambiente privilegiado para a promoção da alimentação saudável e adequada, associada à sua função precípua de educar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (FBSSAN, 2009, p. 58).

É importante explicitar a relação entre segurança alimentar e soberania alimentar:

> Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e que cabe ao Estado o dever de promover os recursos para que as pessoas se alimentem. Para executar essa política, os governos se utilizam de diversos mecanismos: distribuição de alimentos, cestas básicas, tíquetes de

> refeições, instalação de refeitórios populares, além de programas de renda mínima e de cartões para receber ajuda mensal em dinheiro, como é o caso, no Brasil, do programa Bolsa Família. Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Este conceito revela uma política mais ampla do que a segurança alimentar, pois parte do princípio de que para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos. (...) Portanto as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser direcionadas para garantir os recursos e condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (STEDILE e CARVALHO, 2012, p. 716).

Os autores asseguram que os conceitos de soberania alimentar e de segurança alimentar têm sido defendidos nas últimas duas décadas como medidas públicas necessárias para combater os problemas mais trágicos da humanidade: a fome, a desnutrição e a alimentação aquém das necessidades básicas para a sobrevivência digna. Assim, percebe-se a estreita relação destes com o Programa Nacional da Alimentação Escolar, que traz em sua sexta diretriz:

Art. 2º - São diretrizes da alimentação escolar:

> VI – O direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (FNDE, 2014).

A obrigatoriedade do Estado em oferecer alimentação escolar é cumprida pela política pública PNAE, mas somente com a implementação da Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009 passou a atender toda a Educação Básica, além da educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e também as entidades filantrópicas conveniadas com os estados e municípios que ofereçam essas modalidades de ensino, como assegurado na terceira diretriz do programa: III – A universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.

O programa caracteriza-se por ser universal, opera com recursos exclusivamente públicos e promove o direito humano à alimentação adequada. O PNAE oferta alimentação escolar, visando contribuir no crescimento, desenvolvimento e aprendizagem do aluno, valorizando os alimentos locais e incentivando a formação de bons hábitos alimentares (FBSSAN, 2009).

Segundo dados oficiais do governo, na página do FNDE,

> O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, implementado em 1955, é uma das políticas públicas mais antigas do país e o maior programa de alimentação escolar do mundo, sendo o único que atende 100% dos alunos das escolas públicas. São mais de 50 milhões de refeições servidas todos os dias para alunos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos de todos os cantos do país, mesmo nos locais de mais difícil acesso. As comunidades indígenas e quilombolas também são atendidas pelo programa. Para isso, o programa conta com mais de 6 mil nutricionistas e 80 mil conselheiros de alimentação escolar, e o investimento no programa será de mais de 4 bilhões de reais. Além disso, pelo menos 30% desse investimento deve ir para aquisição de alimentos da agricultura familiar (FNDE, 2018).

Tradicionalmente, o PNAE sempre estimulou a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, porém em 2009, com a entrada em vigor da Lei nº 11.947/2009,

constitui-se uma relação institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar que visa fortalecer essa relação. Trata-se de valorizar o agricultor familiar, potencializar o desenvolvimento local, encurtar circuitos de comercialização, diminuir custos, aumentar a qualidade dos produtos e servir um alimento mais fresquinho, mais saudável e mais saboroso no prato dos alunos.

Na sequência, apresenta-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar de modo mais detalhado.

4.2 PNAE – O que diz a Lei 11.947/2009

O Programa Nacional de Alimentação Escolar possui uma base de sustentação legal, ou seja, existem leis que o regulamentam, conforme os documentos legais (Quadro 9):

Quadro 9 – Base legal do PNAE

LEGISLAÇÃO	TRATA SOBRE
Constituição Federal de 1988, artigo 208	Dever do Estado com a educação.
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos alunos da educação básica.
Resolução FNDE/CD n° 38/2009	Estabelecer as normas para a execução técnica e administrativa do PNAE e para a transferência de recursos financeiros.
Resolução FNDE/CD n° 67/2009	Altera o valor *per capita* para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Resolução FNDE/CD n° 08/2012	Altera os valores *per capita* da educação infantil, do PNAE
Resolução FNDE/CD n° 25/2012	Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de junho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). "Art. 24. O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP/ano. (NR)"
Resolução CFN n° 465/2010	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências

Fonte: FNDE (2019)

A Constituição Federal é a lei maior de nosso país. Em seu artigo 208, inciso VII, ela descreve que o dever do Estado com a educação será efetivado com a garantia de: VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde. Sendo assim, a alimentação escolar é um direito do estudante, garantido pela Constituição Federal, e ninguém tem o direito de retirá-la.

Desde 1998, o PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia do Ministério da Educação (MEC) e tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Tudo isso deve ser feito por meio de ações de educação alimentar e nutricional e pela oferta de refeições que garantam as necessidades nutricionais dos estudantes, durante sua permanência em sala de aula.

Para compreender a operacionalização do programa é importante identificar os agentes que participam do funcionamento do PNAE.

Quadro 10 – Agentes participantes do PNAE

FNDE
• É o órgão responsável pela transferência dos recursos do Governo Federal. Cabe lembrar que esse recurso é complementar, tendo de ser completado pelos estados, municípios e Distrito Federal. O FNDE é responsável, também, pela normatização, coordenação, monitoramento, execução do programa, dentre outras ações.
Entidades Executoras - EEx
• São, nos estados e no Distrito Federal, as Secretarias Estaduais de Educação, e, nos municípios, as Prefeituras Municipais e, também, as escolas federais. Essas instituições são responsáveis pelo recebimento e pela execução do dinheiro transferido pelo FNDE.

Fonte: FNDE

Cada Entidade Executora possui uma função específica no PNAE:

a) Secretarias Estaduais de Educação: são responsáveis pelo atendimento às escolas públicas estaduais e às do Distrito Federal. Pode ser que essas secretarias também atendam escolas estaduais indígenas e quilombolas, caso haja, em sua jurisdição.

b) Prefeituras Municipais: são responsáveis pelo atendimento das escolas públicas municipais, escolas filantrópicas, comunitárias, quilombolas e indígenas. Podem também ser responsáveis pelas escolas estaduais, caso haja solicitação pelas Secretarias Estaduais de Educação.

c) Escolas Federais: são responsáveis pelo recebimento dos recursos, quando optam por oferecer alimentação, esses são passados diretamente para elas. São escolas federais, por exemplo, as Escolas Militares e os Institutos Federais de Educação.

O valor repassado é baseado no censo escolar do ano anterior. O censo informa ao FNDE o número de estudantes matriculados na creche, pré-escola, ensino fundamental, escolas filantrópicas e comunitárias e, também, os estudantes das escolas quilombolas e indígenas. A partir desses dados, é calculado quanto cada estado, município e o Distrito Federal deverão receber por estudante matriculado.

Para que a Entidade Executora saiba o valor financeiro que receberá anualmente para cada modalidade de atendimento, ela deverá: multiplicar o número de alunos declarados no Censo Escolar do ano anterior pelo valor *per capita* estabelecido e pelo número de dias letivos. Então, a fórmula é: VT = A x C x D (sendo: VT = valor transferido por nível/modalidade de atendimento, anualmente; A = número de alunos declarados no Censo Escolar, no ano anterior, por nível/modalidade de atendimento; C = valor *per capita* diário por aluno, devidamente definido por resolução do FNDE; D = número de dias de atendimento).

Atualmente, as entidades executoras e as escolas federais recebem o seguinte valor por aluno/dia do FNDE, é importante observar que os alunos de cada modalidade de ensino têm valor específico, como no quadro 11.

Quadro 11 – Valor *per capita* por dia letivo transferido pelo FNDE às EEx de acordo com a modalidade de ensino, com complementação de valor do estado

VALORES *PER CAPITA* 2019					
ANO	ETAPAS DE ENSINO	MODALIDADE	*PER CAPITA* FEDERAL	*PER CAPITA* ESTADUAL	TOTAL
2019	CRECHE	PNAE – CRECHE	R$ 1,07	R$ 1,40	R$ 2,47
	PRÉ ESCOLA	PNAE – PRÉ-ESCOLA	R$ 0,53	R$ 1,87	R$ 2,40
	ENSINO FUNDAMENTAL	PNAE – ENS. FUNDAMENTAL	R$ 0,36	R$ 0,10	R$ 0,46
		PNAE – ENS. FUND. INTEGRAL	R$ 1,07	R$ 5,72	R$ 6,79
		PNAE – ENS. FUND. CAMPO	R$ 0,36	R$ 0,24	R$ 0,60
		PNAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL	R$ 0,36	R$ 6,43	R$ 6,79
		PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	R$ 0,71	-	R$ 0,71
	ENSINO MÉDIO	PNAE – ENS. MÉDIO	R$ 0,36	R$ 0,10	R$ 0,46
		PNAE – ENS. MÉDIO INTEGRADO	R$ 0,36	R$ 0,40	R$ 0,76
		PNAE – ENS. MÉDIO EDUC. CAMPO	R$ 0,36	R$ 0,24	R$ 0,60
		PNAE – ENS. MÉDIO INTEGRAL	R$ 1,07	R$ 7,04	R$ 8,11
		PNAE – PROGRAMA FOMENTO ENS. MÉDIO INTEGRAL	R$ 2,00	R$ 6,11	R$ 8,11
	EJA	PNAE – EJA	R$ 0,32	R$ 0,10	R$ 0,42
		PNAE – EJA CAMPO	R$ 0,32	R$ 0,24	R$ 0,56
	INDÍGENA	PNAE – INDÍGENA	R$ 0,64	R$ 0,10	R$ 0,74
		PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	R$ 0,43	-	-
	QUILOMBOLA	PNAE – QUILOMBOLA	R$ 0,64	R$ 0,10	R$ 0,74
		PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	R$ 0,43	-	-
	ATENDIMENTO ENSINO ESPECIALIZADO	PNAE – AEE	R$ 0,53	R$ -	R$ 0,53
	Nº ESCOLAS	767			

Fonte: Seduc/MT – CAE (2019)

O Estado de Mato Grosso faz a complementação dos valores recebidos do Governo Federal, como na quinta coluna em destaque, apresenta os valores repassados às escolas no ano letivo de 2019.

Para operacionalização do PNAE existem outros órgãos e entidades que participam cada qual com suas funções bem definidas, são eles:

• Conselho de Alimentação Escolar (CAE): é um órgão colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes da sociedade civil, pais de alunos, trabalhadores da área da educação (professores, alunos maiores de 18 anos e qualquer outro funcionário da escola) e, também, por representantes do poder executivo (prefeitura ou secretaria estadual). Tem o objetivo de fiscalizar a execução de toda a alimentação escolar, ou seja, desde o recebimento do recurso federal até a distribuição das refeições nas escolas.

• Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno: como órgãos fiscalizadores externos.

• Ministério Público da União: é o órgão responsável pela apuração de denúncias em parceria com o FNDE.

• Conselho Federal e Regional de Nutricionistas: são responsáveis pela fiscalização do exercício do nutricionista, inclusive na alimentação escolar.

• Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANES: são Universidades Federais ou Institutos de Educação Superior que atuam em parceria com o FNDE para aprimorar a execução do PNAE, realizando pesquisas, capacitações e projetos de extensão.

A Lei nº 11.947/2009, que trata sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar para serem ofertados na merenda.

O objetivo do programa está no Art. 4º: O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

No PNAE, a aquisição de alimentos da agricultura familiar ocorre de forma diferenciada, podendo ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local. Observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, segundo a Lei nº. 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

Há uma exigência adicional para alimentos que passem por algum tipo de transformação, sendo necessário apresentação do laudo da vigilância sanitária e todas as normas de adequação de uma grande indústria, dificultando o acesso de camponeses ao mercado institucional. É necessária e urgente a criação de uma legislação adequada as agroindustriais familiares, de modo que os camponeses possam se adaptar e ampliar as possibilidades de acessar essa política.

O recurso é depositado em conta específica da merenda escolar, na agência do Banco do Brasil, em nome do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) de cada escola, a partir de fevereiro do ano letivo. No decorrer do ano, as escolas recebem dez repasses, depositados direto em conta específica da merenda escolar, com base no número de alunos matriculados. Os dados com o número de alunos matriculados são repassados em tempo real pelo Sistema Integrado de Gestão Educacional (Sigeduca).

No Estado de Mato Grosso, o Sigeduca dinamizou o processo de distribuição do recurso às escolas estaduais, pois o sistema de gerenciamento possibilita a constante atualização de quantidade de alunos regularmente matriculados na unidade, evitando o desperdício de dinheiro.

A Instrução Normativa GS/SEDUC nº 5 de 11/09/2019 fundamenta os critérios exigidos para contemplação de fornecedores, em seu Capítulo II – dos participantes do programa e das suas competências:

> Art. 4º Participam do Programa de Escolarização de Recursos Financeiros da Alimentação Escolar:
> IV – As Escolas Estaduais e os CDCEs, responsáveis por: a) Utilizar os cardápios constantes no Instrumento Licitatório, inseridos no Módulo de Gestão de Planejamento e Orçamento (GPO), sub módulo – Alimentação Escolar, do Sigeduca;
> [...] g) Exigir que os Profissionais de Apoio em Nutrição Escolar façam o Registro Diário da Alimentação Escolar Servida, para posterior inserção no campo 'merendas servidas', no módulo GPO;
> [...] p) Inserir os dados referentes às Notas Fiscais, transferência eletrônica ou excepcionalmente, cheques emitidos e a execução de cardápio mensalmente no Sistema GPO.

Os gestores da escola estaduais possuem perfil de acesso no Sigeduca, o qual gerencia as informações da unidade escolar. A alimentação escolar está alocada no módulo Gestão de Planejamento e Orçamento, o gestor deverá selecionar a opção Alimentação Escolar, com acesso disponibilizado como uma série de informações, como demonstra a figura 2.

O sistema possui diversas funções, necessárias ao gestor para a operacionalização do PNAE nas escolas estaduais, como o número de alunos informados no censo escolar, valores dos repasses, quantitativo do programa, seleção e execução dos cardápios, relatórios de listas de compras, relatórios de planejamento e, ainda, prestação de contas dos recursos recebidos do programa. Com o acesso a essas informações do sistema de gerenciamento, os gestores das escolas estaduais dispõem de ferramentas para operacionalizar o programa, contando com acompanhamento dos ténicos da coordenadoria de alimentação escolar.

Figura 2 – Tela do sistema de gerenciamento de informação – Seduc – módulo GPO – Alimentação Escolar

Fonte: Seduc – MT (2019)

A Lei 11.947/2009 assegura que deve ser executado em duas modalidades de compra. O processo de aquisição dos gêneros alimentícios é feito mediante Processo Licitatório, na modalidade Pregão, por meio do Sistema de Registro de Preços – (SRP), nos termos da Lei 8.666/93 e na modalidade Chamada Pública, para os produtores da agricultura familiar.

Para a realização do Pregão, que é uma das modalidades de compra dos produtos da alimentação escolar, deve ser composta uma Câmara de Negócios, sendo responsabilidade das assessorias pedagógicas de cada município, tendo com principais funções a elaboração, publicação e divulgação dos editais para o convite aos fornecedores, a realização da modalidade da tomada de preços junto aos pequenos produtores para fornecimentos de produtos da agricultura familiar e, ainda, estabelecer junto às escolas os quantitativos dos produtos a serem adquiridos. Nessa modalidade, a empresa vencedora contempla as especificações estabelecidas para os produtos e o menor preço.

A alimentação escolar é uma obrigação dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Eles devem garantir a efetivação do direito à alimentação para os alunos matriculados nas creches, pré-escolas, escolas do ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos da rede pública, além das qualificadas como filantrópicas e comunitárias, inclusive as de educação especial e as localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos que constem do Censo Escolar, realizado pelo Ministério da

Educação, atendendo, assim, a todas as especificidades e diversidades culturais presentes nas escolas, conforme consta no art. 5º, como segue no quinto parágrafo,

> § 5º Para os fins deste artigo, a critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:
> I – creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;
> II – creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Assegurando a diversidade, conforme seu Art. 12:

> Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Portanto, o PNAE é de responsabilidade constitucional compartilhada entre todos os entes federados, e executado em conjunto com a sociedade organizada, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar e por toda a comunidade escolar (alunos, professores, gestores públicos, técnicos, pais), além dos camponeses, nutricionistas, manipuladores de alimentos, entre outros.

O PNAE tem contribuído para fortalecer a agricultura do país e oferecer uma alimentação adequada a milhares de alunos da rede pública de ensino, imprescindível ao desenvolvimento intelectual, e ao possibilitar aos agricultores familiares uma alternativa mais segura de geração de renda, a partir da comercialização no mercado institucional.

São oportunidades necessárias para a diminuição das desigualdades socioeconômicas no país, especialmente no universo rural. É preciso sensibilizar cada vez mais a execução das políticas públicas, como o PNAE, fomentando um setor tão importante no Brasil, que é a agricultura familiar.

Um aspecto importante é que o PNAE evidencia a discussão sobre o cuidado com o meio ambiente. Esse debate pode ser aprofundado nas práticas de organização das hortas escolares, ocasiões em que o aluno poderá compreender seu papel como cidadão responsável pela preservação da natureza.

Por fim, vale ressaltar que o PNAE, além da oferta de refeições, deve prever a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo escolar, por meio da abordagem dos temas acerca da alimentação, nutrição e desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, visando garantir o caráter pedagógico da alimentação escolar.

Na próxima subseção, buscamos conceituar agricultura familiar e caracterizar o agricultor familiar, o qual identifica-se como agente produtivo de papel fundamental no contexto da operacionalização do programa em estudo.

4.3 O PNAE e a agricultura familiar

A bibliografia mostra que não há concordância quanto à existência de um conceito único que possa caracterizar o termo agricultura familiar.

> Agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Quando o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996) ou quando cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso 'operacional' do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. Já no meio acadêmico, encontramos diversas reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo (ALTAFIN, 2007, p. 2).

Observa-se que as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Nessa linha, a agricultura familiar apresenta-se como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares (ALTAFIN, 2007).

No Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes, Martins (1986) lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira. No Nordeste, denomina-se tabaréu. Em diferentes regiões do país encontra-se o caboclo. Assim, percebe-se o uso de palavras com duplo sentido, depreciativas, ofensivas, que induzem ao preconceito, caracterizando o agricultor como uma pessoa atrasada, ingênua e rústica, relacionando-o à preguiça e pouca vontade para o trabalho. De acordo com Martins (1986), houve uma distorção de conceito devido ao fato de, no Brasil, termos uma história urbana, uma história dos que participam do pacto político, do qual o camponês é excluído e pelo qual é visto como um ator inferior, não essencial.

Atualmente, houve alguma mudança nesse pensamento preconceituoso, visto que

> A recente historiografia brasileira tem buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante, identificando suas especificidades e diferentes configurações. Baseado nas pesquisas desses historiadores, focadas especialmente no período colonial e no Império, resume a importância de cinco 'grupos' que estão na origem da nossa agricultura familiar: os índios; os escravos africanos, os mestiços; os brancos não herdeiros; e os imigrantes europeus (ALTAFIN, 2007, p. 5).

Constata-se que cada grupo étnico teve seu papel e sua contribuição, de acordo com seu modo de vida na agricultura do país, colaborando para o que hoje apresenta-se na atualidade do termo agricultor familiar.

Altafin (2007) explica ainda que, com o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, uma realidade diferente da descrita acima emerge com a retomada da organização dos movimentos sociais no campo, alguns com representação nacional e outros de ação apenas local ou microrregional.

É imprescindível destacar a atuação de entidades como

> O movimento sindical dos trabalhadores rurais, aglutinado em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, se expande e muda sua forma de intervenção. A entidade ganha mais visibilidade ao abrir o foco de atuação, até então centrado em reivindicações trabalhistas, para a esfera de demandas por terra e por políticas agrícolas específicas, que passam a compor a pauta de seus congressos e manifestações. Esse espaço de intervenção é dividido com novos grupos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os grupos que reúnem seringueiros e outros que integram os chamados povos da floresta. [...]. Com diferentes orientações, esses grupos organizados pressionam o Estado por políticas que os inclua no processo de desenvolvimento do país, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo. Dessa forma, na década de 1990, observamos a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar (ALTAFIN, 2007, p. 16).

É nessa circunstância que o termo agricultura familiar se fortalece e se populariza nos diferentes setores da sociedade. Segundo Altafin (2007), ele é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão-de-obra e de gestão empregadas. Sem dúvida a atuação dos movimentos sociais e sindicais conquista essa visibilidade, organizados, tornam-se fortes para pressionar o estado por políticas públicas específicas para esse grupo de agricultores familiares, historicamente alijado de direitos sociais.

Segundo Delma Pessanha Neves (2012)

> Como termo de mobilização política, a agricultura familiar corresponde a enfeixamentos de sentidos ideológicos para legitimar processos de transferência de recursos públicos, consequentemente diferenciados daqueles que apenas contemplem o restrito sentido da reprodução do capital; ou de recursos que circulem na contramão de processos de concentração de meios de produção. Por isso mesmo, na definição do segmento de produtores vinculados à agricultura familiar, integram-se, como questão fundamental do debate político, as acusações ou defesas do caráter social daquelas transferências de recursos na forma de créditos com tratados a juros subsidiados.

Como demonstrado na citação acima, os traços que constituem os agentes produtivos que foram identificados como agricultores familiares não se encontram somente nas relações com os termos agricultura e família, mas nos diversos aspectos de constituição de uma categoria socioeconômica (dotada especialmente de direitos sociais e previdenciários), ou em projetos societários concorrentes.

Neves destaca ainda que,

> Levando-se em conta esses emaranhados de sentidos, faz-se necessário reconhecer que tanto agricultor familiar – categoria socioprofissional e agente social correspondentes ao distintivo segmento da agricultura familiar – quanto agricultura familiar são termos classificatórios construídos como produtos de ação política. São termos cujos sentidos designados devem se adequar a dinâmicas que se desdobram nos campos de luta que elaboram categorizações positivas e negativas (NEVES, 2012).

Então, consequentemente, frente às lutas políticas para a construção social dessa categoria socioeconômica – agricultor familiar, ou do exercício de instituir uma organização desejada, cabe recuperar o caráter social desse grupo de agricultores familiares e confirmar que esses termos indicam uma denominação social, um grupo que tem sua força política porque cria posições e direitos correspondentes.

Caracteriza-se agricultura familiar aquela em que a família possui o controle sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela realização do trabalho, no qual as unidades produtivas, o trabalho e a propriedade estão ligados à família.

Conforme a Lei nº 11.326/2006, agricultor familiar é o empreendedor familiar rural, que pratica atividade no meio rural, possui área menor a 4 módulos fiscais[7], mão-de-obra da própria família, renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento pela própria família.

Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. A identificação deste agricultor familiar se dá através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), trata-se de um documento de identificação do agricultor familiar, pois é através dele que o Governo Federal reconhece o agricultor familiar e as suas organizações, possibilitando o acesso às políticas públicas específicas para a agricultura familiar.

Segundo Denardi (2013), a agricultura familiar teve uma rápida expansão por todo o país, no entanto, está longe ainda de implantar o domínio como forma de produzir no campo. Percebe-se que alguns entraves acabam por comprometer essa apropriação e domínio da produção, pois surgem aspectos como dificuldade de acesso à informação, capacitação e novas tecnologias de produção, falta de recursos e incentivos financeiros e a própria infraestrutura precária das pequenas propriedades rurais.

Decisivamente, a valorização desse sujeito identificado e caraterizado como agricultor familiar perpassa atualmente pela operacionalização do PNAE.

As lutas pelas conquistas de terras fizeram com que os agricultores familiares se tornassem responsáveis por boa parcela da produção de alimentos no Brasil. Sguarezi (2018) explica que

> A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um fator determinante que permitiu o avanço de muitas conquistas ligadas à luta pela terra. Porém esses avanços não transformaram as estruturas do campo brasileiro. [...] mesmo assim tais agricultores, assentados ou não assentados, ligados à Agricultura Familiar, são responsáveis por significativa parcela de produção de alimentos no país. Resumir a agricultura familiar à produção de alimentos é muito, mas não é tudo (SGUAREZI, 2018, p. 26).

A relação do PNAE com a Agricultura Familiar trata, pois, de valorizar o agricultor familiar, possibilitando o desenvolvimento local, diminuindo circuitos de comercialização e custos e aumentando a qualidade dos produtos, apesar de apresentar fragilidades que carecem ser sanadas a partir da participação ativa de cada um dos sujeitos que atuam nas diversas fases da execução do programa.

[7] Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Em Tangará da Serra – MT, o módulo rural é de 80 hectares.

Apresentando a finalidade da alimentação escolar, que deve ser considerada como um dos fundamentos para uma educação de qualidade. Demonstrando a ligação do tema alimentação com a educação, bem como a relevância dessa temática no contexto escolar, visto que para aprender, entre outros fatores, a criança tem que estar bem alimentada.

Diante disso, percebe-se que, além de valorizar e estimular a agricultura familiar, outra função social do PNAE é, sem dúvida, oferecer alimentos adequados, em quantidade e qualidade, para satisfazer as necessidades nutricionais do estudante no período em que ele permanecer na escola, além de contribuir para aquisição de hábitos e práticas alimentares saudáveis. Assim, a alimentação escolar é um direito humano e social de todas as crianças e adolescentes que estão nas escolas, e um dever do Estado (governos federal, estadual, distrital e municipal). Esse dever do Estado é efetivado mediante a execução do PNAE.

A Lei 11.947/09, em seu artigo 14, estabelece a obrigatoriedade para o Estado de complementar os recursos financeiros transferidos pelo FNDE, assim como determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE deverão ser aplicados na aquisição de produtos da agricultura familiar.

No atual panorama brasileiro, destacam-se as políticas públicas que determinam a criação de mercados para produtos da agricultura familiar, com o intuito de fortalecê-la, possibilitando a fixação dos pequenos produtores no campo. Destacam-se como principais vantagens da aquisição de produtos da agricultura familiar a segurança alimentar e nutricional na alimentação escolar diária e o estímulo para o desenvolvimento sustentável.

A agricultura em nosso estado ainda enfrenta desafios de ordem social, econômica e ambiental,

> O Estado de Mato Grosso não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país, que fez do Mato Grosso um Estado rico por natureza (formado por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia) e excludente por opção, visto que o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais (SGUAREZI, BÓGUS, 2012, p. 26).

Nesse sentido, desperta-se para a temática da pesquisa em relação a analisar o contexto no qual se encontram os produtores da agricultura familiar, conhecer o perfil desses produtores, suas restrições, aptidões e potencialidades, bem como, quais os principais desafios a serem enfrentados e as possibilidades de melhoria, para que haja a real e efetiva participação no Programa, trazendo benefícios para os agentes envolvidos em todo o processo, produtores da agricultura familiar e comunidades escolares. Só assim poderão se beneficiar das políticas governamentais que priorizam a agricultura familiar como instrumento de inclusão social e fonte geradora de renda, através da produção de alimento de qualidade para a oferta da alimentação saudável e de ótima aceitação pela comunidade escolar.

Segundo dados publicados na página do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar do Brasil é a oitava maior produtora de alimentos do mundo. Se considerada a produção agrícola nacional, o país salta para a quinta posição, com faturamento anual de US$ 84,6 bi. O levantamento feito pelo portal Governo do Brasil mostra que a agricultura familiar tem um peso importante para a economia brasileira. Com um faturamento anual de US$ 55,2 bilhões, caso o país tivesse só a produção familiar,

ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial, entre os maiores produtores de alimentos. De acordo com o último censo agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do país e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo (MDA, 2018).

Os dados oficiais demonstram ainda o peso da agricultura familiar, indicando que produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (BRASIL, MDA, 2018).

Por meio da normatização, no âmbito do PNAE, da aquisição de produtos da agricultura familiar, o programa aponta para o mercado a opção pela compra de produtos que sejam menos nocivos ao meio ambiente, portanto, considera a questão socioeconômica como foco nos processos de escolha dos fornecedores. Desse modo, é possível perceber as vantagens, tanto para os estudantes da rede pública, quanto aos agricultores familiares, com a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Percebe-se que a agricultura familiar tem alcançado melhorias expressivas nos últimos anos, pois passou a ser reconhecida por sua colaboração com a soberania e segurança alimentar e nutricional, resultando possibilidade estratégica de mudança nos hábitos alimentares. Esse reconhecimento é perceptível nas políticas públicas para a agricultura familiar, com destaque principalmente no mercado das compras institucionais, possíveis através de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

Diferentemente do PAA, que é um programa de governo e que está sendo desmantelado, o PNAE é uma lei de Estado e uma política pública, portanto está mais fortalecido institucionalmente, mas também corre o risco de haver retrocessos.

Segundo Dias e Souza (2014, p. 282), o PAA e o PNAE são políticas fundadas no papel redistributivo do Estado, conforme concepção de redistribuição, que visa ao fomento e incremento à produção da agricultura familiar no país, por intermédio de programas de aquisição com garantia de preços diferenciados.

O PAA, instituído pela Lei 10.696/2003, passou por regulamentação através de diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775/2012. De acordo com esse Decreto, o PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a produção da agricultura familiar. Para o alcance dessas finalidades, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Para alcançar essas finalidades, o PAA é desenvolvido em cinco

modalidades diferentes, a saber: doações simultâneas; compra direta; formação de estoques; PAA leite e compra institucional.

Portanto, prontamente o PAA contempla dois públicos: os fornecedores – agricultores familiares, que atendam aos requisitos previstos na Lei nº 11.326/2006; e os consumidores – pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e as acolhidas pela rede socioassistencial.

Assim, tanto o PNAE quanto o PAA são políticas que destacam os benefícios das compras públicas, como o de proteção social, diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico e sustentável do mercado local. Porém, para realizar essa compra institucional dispensando a licitação, deve-se considerar que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado local e os princípios constitucionais. Essa medida da dispensa de licitação procura simplificar o processo de compras públicas da agricultura familiar para alimentação escolar, considerando a lógica de produção dos agricultores familiares a preços justos e, principalmente, oferecer aos estudantes alimentos saudáveis e frescos.

Na sequência, apresentamos as possíveis formas de gestão do programa.

4.4 Gestão do PNAE

Para a operacionalização do PNAE, as unidades executoras podem optar por uma das formas de gestão: centralizada, semidescentralizada ou semiescolarizada; descentralizada ou escolarizada.

A figura 3 ilustra a primeira forma de gestão: a centralizada.

Figura 3 – Forma de gestão centralizada

Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

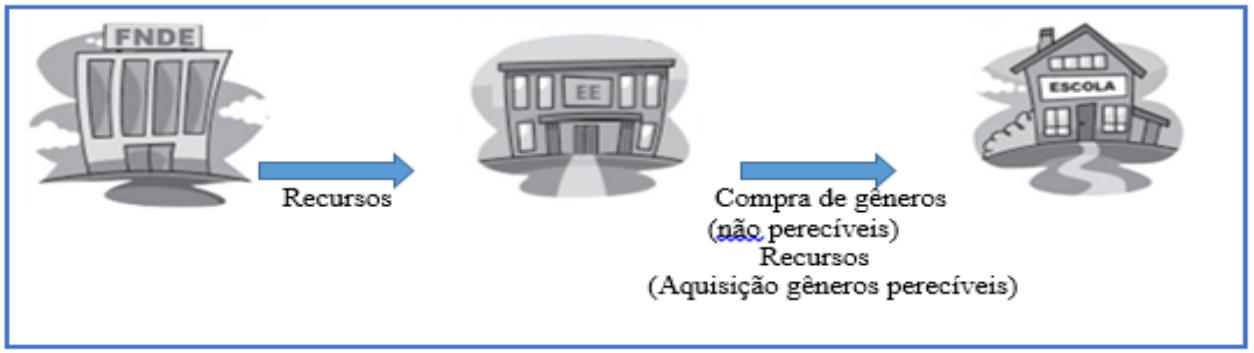
Nessa forma de gestão, o FNDE envia os recursos financeiros às EEx, por meio de depósitos em contas específicas, abertas para receber os recursos do PNAE. As EEx, por sua vez, compram os alimentos de acordo com as regras estabelecidas pela legislação pertinente e distribuem para sua rede escolar.

A segunda forma de gestão (Figura 4) é a semidescentralizada ou semiescolarizada. Nesse caso, o processo de repasse de recursos financeiros é quase idêntico à gestão centralizada, uma vez que os recursos também são depositados em contas específicas das EEx pelo FNDE. Porém nem todo recurso financeiro permanece na EEx. Nesta forma de gestão

a) a EEx compra e distribui os gêneros alimentícios não perecíveis para todas as escolas de sua rede; e

b) repassa parte dos recursos financeiros para as escolas adquirirem os gêneros alimentícios perecíveis.

Figura 4 – Forma de gestão semidescentralizada



Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

Finalmente, a terceira forma de gestão dos recursos do Programa é a descentralizada.

O FNDE repassa os recursos financeiros para as UEx, que, por sua vez, efetuam a transferência para as escolas da rede beneficiada pelo PNAE. Cada escola efetua a aquisição dos gêneros alimentícios a serem utilizados na preparação do cardápio da alimentação escolar, obedecendo à legislação específica sobre a compra e seguindo a supervisão do setor responsável pelo Programa nas UEx (Figura 5).

Figura 5 – Forma de gestão descentralizada-escolarizada

Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

Nessa terceira forma de gestão do programa, a descentralizada, que é praticada no Estado de Mato Grosso, percebe-se a apreensão dos gestores em cumprir essa exigência legal, além de outras ocorrências, como os atrasos nos repasses dos recursos e uma série de outros fatores que interferem na operacionalização do programa.

A Lei 11.947/2009, art.5º, § 2º, dispõe que os recursos destinados ao PNAE deverão ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios. Dessa forma, a EEx poderá contratar empresas de serviços para fornecimento de refeições exclusivamente com recursos próprios. O processo de contratação da prestação de serviços deve ser desvinculado do processo de compras de gêneros alimentícios.

Partindo do princípio que o FNDE efetua a transferência dos recursos financeiros do PNAE diretamente às EEx, essas deverão adotar um conjunto de providências citadas na Resolução CD/FNDE nº 26/2013, para que as escolas possam atender diretamente aos alunos matriculados na educação básica de sua rede, seja ela estadual, municipal ou distrital.

Veja, a seguir, as principais medidas:

I – Realização do devido processo licitatório e/ou aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou do empreendedor familiar rural, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art.14 da Lei nº 11.947/2009;

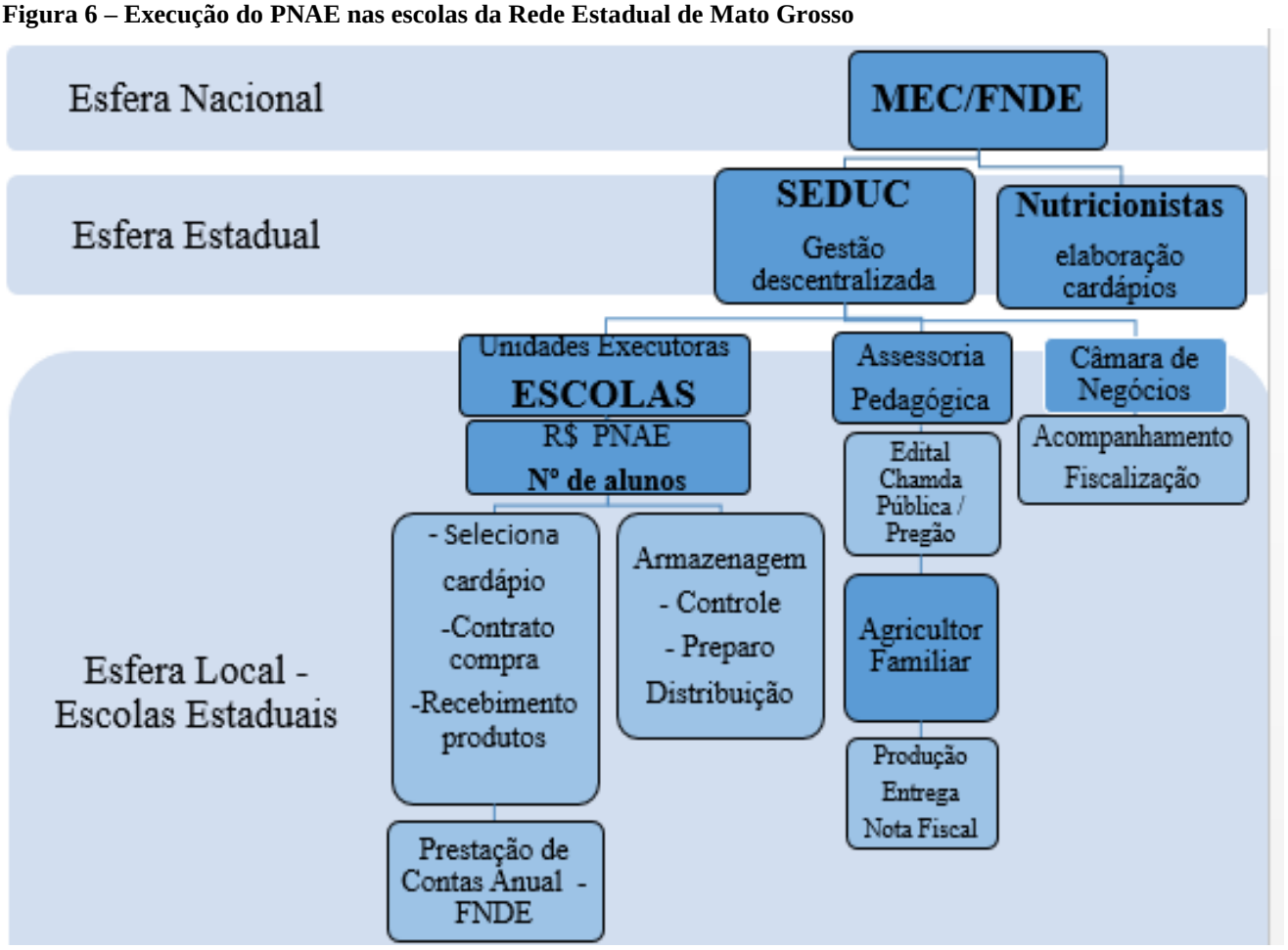
II – Ordenação de despesas, gestão e execução dos contratos administrativos;

III – Controle de estoque e armazenamento dos gêneros alimentícios; e

IV – Prestação de contas e demais atos relacionados à correta utilização dos recursos financeiros.

A figura 6 ilustra a forma de gestão descentralizada do programa, a qual todas as escolas públicas que pertencem à Rede Estadual de Mato Grosso devem executar.

Figura 6 – Execução do PNAE nas escolas da Rede Estadual de Mato Grosso



Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

Os gestores escolares nem sempre conseguem cumprir essa determinação, pois encontram dificuldades na aplicação dos recursos na agricultura familiar para atender a lei. A partir do exercício de 2010, o repasse dos recursos federais à conta do PNAE deveria prever destinação de 30% para compra da agricultura camponesa, no entanto, a prestação de contas ocorreu de forma manual, e muitos gestores alegaram que estavam se adequando à nova lei. No sítio web do FNDE não há dados sobre qual percentual foi utilizado na agricultura camponesa no exercício de 2010, os dados estão disponíveis somente a partir de 2011.

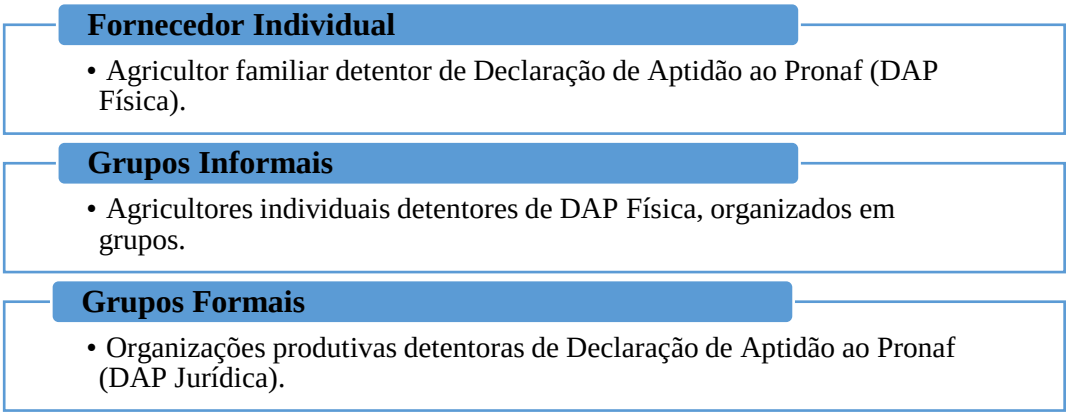
No processo de compras públicas, devido à dispensa da licitação, destacam-se a seguir, na figura 7, algumas etapas a serem cumpridas para garantir a eficiência e a transparência dessas compras públicas, diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Figura 7 – Etapas para compras da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

Faz-se necessário explicar que os agricultores familiares podem participar do processo de compras institucionais do Programa através das chamadas públicas como fornecedores de alimentos para a alimentação escolar nas seguintes condições: fornecedor individual, grupos informais de agricultores familiares e, ainda, se organizar como grupo formal, como ilustra a figura 8.

Figura 8 – Categorias da agricultura familiar



Fonte: organizado pela autora – fonte FNDE

As cooperativas são uma forma de organização formal que possibilitam aos agricultores familiares uma maior aproximação com o consumidor final, bem como dos mercados institucionais dos programas do governo.

> As cooperativas podem ser consideradas instituições capazes de agir estrategicamente na promoção da permanência dos agricultores no campo e condizem com uma nova forma de organização e mobilização da agricultura familiar, ampliando também as possibilidades e oportunidades, principalmente na medida em que as políticas para o desenvolvimento rural passaram a priorizar estratégias voltadas diretamente para a agricultura familiar. Destaca-se o papel fundamental das políticas públicas no desenvolvimento rural, em especial da agricultura familiar, evidenciando as políticas de acesso às compras governamentais. Sob esse enfoque, as pesquisas sobre a construção de mercados e a inserção dos produtores em cadeias mercantis estão entre as mais difundidas atualmente no meio rural, com destaque para as cadeias curtas. Estas objetivam a aproximação do produtor com o consumidor, eliminando os intermediários, tornando possível ao consumidor conhecer a origem dos produtos e integrando o produtor rural ao mercado de comercialização da produção. (MORAES, SCHWAB, 2019, p. 76).

As cooperativas desempenham uma função de importância econômica e social, enfocadas no sentido de contribuir e incentivar a agricultura familiar, desenvolvendo ações para a promoção dos trabalhadores além do desenvolvimento local e regional.

A completa operacionalização do PNAE exige a participação de diversos sujeitos, atuando como parceiros nos diversos segmentos de sua execução. Para tanto, é necessário um diálogo entre Entidade Executora (EEx), ou escola, com o agricultor, por meio das instituições locais com as quais os agricultores possuem vínculo, como secretaria municipal de agricultura, órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sindicatos de trabalhadores rurais, associações e/ou cooperativas de agricultura familiar. O objetivo é articular um trabalho entre essas instituições locais, possibilitando identificar os alimentos cultivados pela agricultura familiar na região, quando se produz cada espécie, assim como a quantidade produzida. Assim, de posse dessas informações iniciais e contínuo diálogo, torna-se possível estruturar o mapeamento da produção da agricultura familiar local, a fim de utilizar esses produtos no cardápio da alimentação escolar.

Outro sujeito que desempenha papel fundamental na operacionalização do programa é o nutricionista, como disposto nos artigos 11, 12 e 13 da Lei 11.947/2009:

> Art. 11. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.
> Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.
> Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

Os nutricionistas devem acompanhar a realização do mapeamento da produção agrícola local, assim terão oportunidade de se aproximar dos agricultores e conhecer como estão organizados, e a infraestrutura que dispõem para manusear, acondicionar e transportar os alimentos. Esse processo de aproximação favorece a diversificação na produção para atendimento às necessidades da alimentação escolar, que acaba por estimular a ampliação da agricultura familiar, trazendo vantagens para os agricultores.

No Estado de Mato Grosso, os nutricionistas elaboram os cardápios e disponibilizam no sistema SIGEDUCA, para que os gestores das escolas, juntamente com as merendeiras possam optar pelo cardápio que será executado durante todo o ano letivo.

> Após o planejamento e aprovação do cardápio pelo nutricionista, por meio do submódulo on-line Gestão de Planejamento e Orçamento (GPO), o sistema gera uma lista de compras, que será calculada com base no número total de alunos matriculados. No entanto, sabemos que nem todos os alunos realizam as refeições fornecidas pela escola e nem todas as escolas seguem o planejamento aprovado. É necessário adaptar o menu de programação à realidade da unidade escolar de acordo com o número de alunos atendidos e que as escolas utilizem os planos desenvolvidos pelos nutricionistas, pois são considerados os mais adequados (ALMEIDA, 2019, p. 339).

A figura 9 apresenta a descrição dos cardápios elaborados, que estão disponíveis na página da Seduc para acompanhamento da gestão escolar, com a composição nutricional completa. Da mesma forma, são detalhadas as composições nutricionais no módulo da Merenda Escolar para que as unidades escolares façam sua opção. Foram elaborados os cardápios e divididos em 30 semanas. Ainda constam cardápios específicos para Pré-escolas, Creches, Ensino Regular – Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena e Quilombola, Escola de Tempo Integral.

Figura 9 – Cardápio 12ª semana – Cardápio Indígena/Quilombola – período parcial / ano letivo 2019

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CARDÁPIOS - CARDÁPIO INDÍGENA/QUILOMBOLA - PERÍODO PARCIAL / ANO LETIVO 2019

Refeição	Lanche													
Horário	09:00hs/ 15:00hs/20:00hs		COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL											
		PREPARAÇÃO	Calorias	Carboidratos (g)	Proteínas (g)	Lipídios (g)	Fibras (g)	Vitamina A (RE)	Vitamina C (mg)	Ca (mg)	Mg (mg)	Fe (mg)	Zn (mg)	NA (mg)
12ª SEMANA	SEGUNDA-FEIRA	TORTA SSALGADA E SUCO CONCENTRADO DE FRUTA	230,00	27,22	10,04	8,69	1,36	15,07	10,06	83,26	13,51	1,34	0,91	431,32
	TERÇA-FEIRA	MOJICA DE PEIXE E ARROZ	117,47	14,69	6,64	3,16	0,94	1,50	1,10	5,68	6,78	0,10	0,37	412,34
	QUARTA-FEIRA	ARROZ C/ CARNE E FEIJÃO COM BETERRABA	211,96	28,85	10,02	6,03	2,51	0,30	0,65	11,56	18,00	1,02	2,62	417,29
	QUINTA-FEIRA	ARROZ E POLENTA COM MOLHO DE FRANGO	274,12	46,88	6,85	6,46	3,67	17,12	2,01	11,97	40,18	1,20	1,05	455,10
	SEXTA-FEIRA	BAIÃO DE DOIS COM CARNE AO MOLHO	248,56	33,05	9,41	4,78	3,36	4,53	1,45	13,48	14,05	0,87	2,39	427,58
		TOTAL	1082,12	150,68	42,97	29,11	11,84	38,52	15,27	125,94	92,53	4,54	7,33	2143,62

Fonte: página oficial Secretaria de Estado de Educação – Programa Alimentação Escolar – 2019

Apresenta-se um exemplo de cardápio indígena/quilombola, disponibilizado no sistema Sigeduca, que se refere à 12ª semana de aula do ano letivo de 2019, destaca-se que, na terça-feira, será servido Mojica de peixe e arroz. Ainda, na página oficial da Secretaria de Educação, são também disponibilizadas

as fichas técnicas de todos os cardápios elaborados, como o modo de preparo de cada refeição a ser preparada pelas merendeiras das escolas.

A imagem a seguir é da ficha técnica (figura 10) dos cardápios elaborados pelas nutricionistas, nela constam a quantidade necessária, a descrição nutricional de todos os ingredientes e modo de preparo de cada cardápio e o valor aproximado, de acordo com os valores praticados nos pregões e chamadas públicas. Este exemplo em destaque tem o custo final de cada porção de R$ 0,79.

Figura 10 – Ficha técnica de preparo – cardápio Indígena/Quilombola – Mojica de Peixe e Arroz

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

FICHA TÉCNICA DE PREPARO - CARDÁPIO INDÍGENA/QUILOMBOLA

Cardápio 4358 - MOJICA DE PEIXE E ARROZ

Período Parcial
Refeição: Lanche
Consistência: Normal
Horário servido: 09:00hs/ 15:00hs/20:00hs

					COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL											
INGREDIENTES	**PB (g)**	**PL (g)**	**FC/IC**	**Calorias**	**Carboidratos (g)**	**Proteínas (g)**	**Lipídios (g)**	**Fibras (g)**	**Vitamina A (RE)**	**Vitamina C (mg)**	**Ca (mg)**	**Mg (mg)**	**Fe (mg)**	**Zn (mg)**	**Na (mg)**	**Custo**
Arroz branco	40	46,6	2,33	59,65	13,09	1,17	0,09	0,75	-	-	1,86	0,93	0,05	0,23	0,47	R$ 0,13
Alho branco	2	0,92	1,08	1,04	0,22	0,06	0,00	0,04	-	0,29	1,67	0,23	0,02	0,01	0,05	R$ 0,05
Cebola	3	1,15	1,73	0,45	0,10	0,02	0,00	0,03	-	0,36	0,16	4,65	0,00	0,00	0,01	R$ 0,01
Cebolinha	1	0,84	1,18	0,17	0,03	0,02	0,00	0,03	-	-	0,67	0,21	0,01	0,00	0,02	R$ 0,01
Mandioca	10	3,81	1,31	4,76	1,15	0,02	0,01	0,06	-	-	0,15	0,08	0,00	0,02	0,04	R$ 0,03
Óleo vegetal (soja)	3	3	1	26,52	-	-	3,00	-	-	-	-	-	-	-	0,15	R$ 0,01
Peixe Pintado (cubos)	28	20	0,75	24,40	-	5,32	0,04	-	-	-	0,80	0,40	0,02	0,10	24,00	R$ 0,47
Sal	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	0,24	0,02	-	-	387,58	R$ 0,00
Coentro	0,05	0,04	1,1	0,12	0,02	0,01	0,00	0,01	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	R$ 0,00
Tomate salada	3	2,4	1,25	0,36	0,07	0,03	0,00	0,02	1,50	0,46	0,12	0,26	0,01	0,00	0,02	R$ 0,01
TOTAL				**117,47**	**14,69**	**6,64**	**3,16**	**0,94**	**1,50**	**1,10**	**5,68**	**6,78**	**0,10**	**0,37**	**412,34**	**R$ 0,73**

MODO DE PREPARO

1. Corte o peixe em cubos e tempere
2. Pique a mandioca em cubos e cozinhe com água suficiente para cozinhar o peixe;
3. Em uma panela com óleo doure a cebola e o alho, acrescente o colorau, o tomate e metade do coentro e da cebolinha;
4. Acrecente o peixe e refogue junto com os temperos;
5. Despois junte a mandioca com a água do cozimento e deixe o peixe cozinhar;
6. No final acrescente o restante do coentro e da cebolinha;

Para o Arroz:
1. Doure o alho. Junte o arroz e refogue-o. Acrescente água fervente.
2. Cozinhe-o até que os grãos estejam macios e água tenha secado por completo.

Fonte: Página oficial Secretaria de Estado de Educação – Programa Alimentação Escolar – 2019

Segundo Almeida (2009), está disponível no sistema de gerenciamento das informações da secretaria de educação uma série de funcionalidades que contribuem para a operacionalização do PNAE.

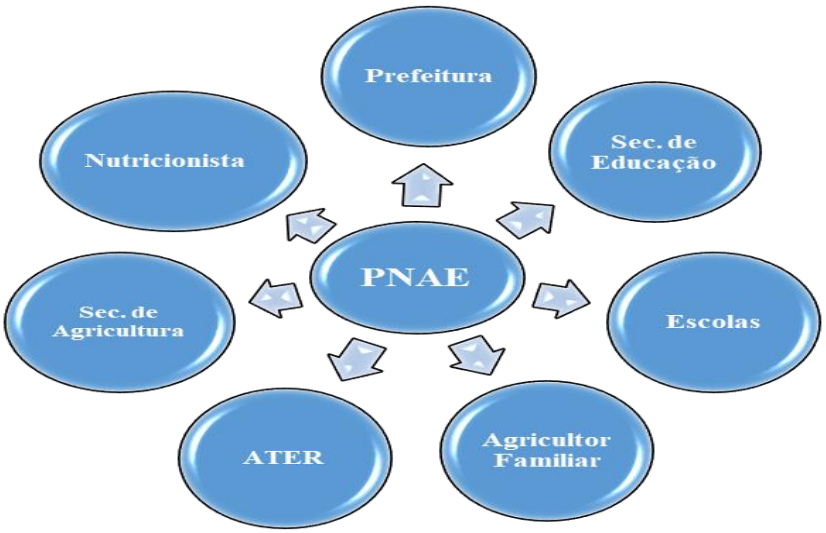
> O relatório diário é uma ferramenta necessária para calcular novamente a quantidade de ingredientes necessários para a preparação dos menus. O cálculo é feito pelo número médio de alunos que comem na escola. Ao selecionar o menu no sistema (GPO) com o número de alunos que são alimentados, é gerada a quantidade de ingredientes a serem utilizados. Exemplo: para preparar arroz e frango, a quantidade de ingredientes será: (*Per capita* significa a quantidade de comida por aluno)
> Arroz: *Per capita* x número de alunos
> 30 g x 150 alunos = 4.500 g = 4,5 kg de arroz
> Peito de frango: *Per capita* x N. de alunos
> 30 g x 150 alunos = 4.500g = 4,5 kg de peito de frango

A autora explica ainda que

> Os cardápios escolares passam pela aprovação do nutricionista / SEDUC por meio do SIGEDUCA / GPO, mas com as dificuldades que apresentam, devido às condições previstas no cumprimento dos cardápios, distanciando-se do planejado; entra em cena a estrela principal do cardápio 'merenda escolar' com suco ou leite e chocolate. O sistema de valores criado pelo homem segundo HERRERA (2010, p. 85): 'O homem não apenas come para satisfazer uma necessidade fisiológica, mas também, acima de tudo, para transformar essa circunstância em um ato cheio de conteúdo social'" (ALMEIDA, 2019, p. 11).

A figura 11 ilustra os sujeitos que devem estar presentes na fase de aquisição dos alimentos para a execução do programa, garantindo que essa interação seja contínua.

Figura 11 – Sujeitos envolvidos no PNAE

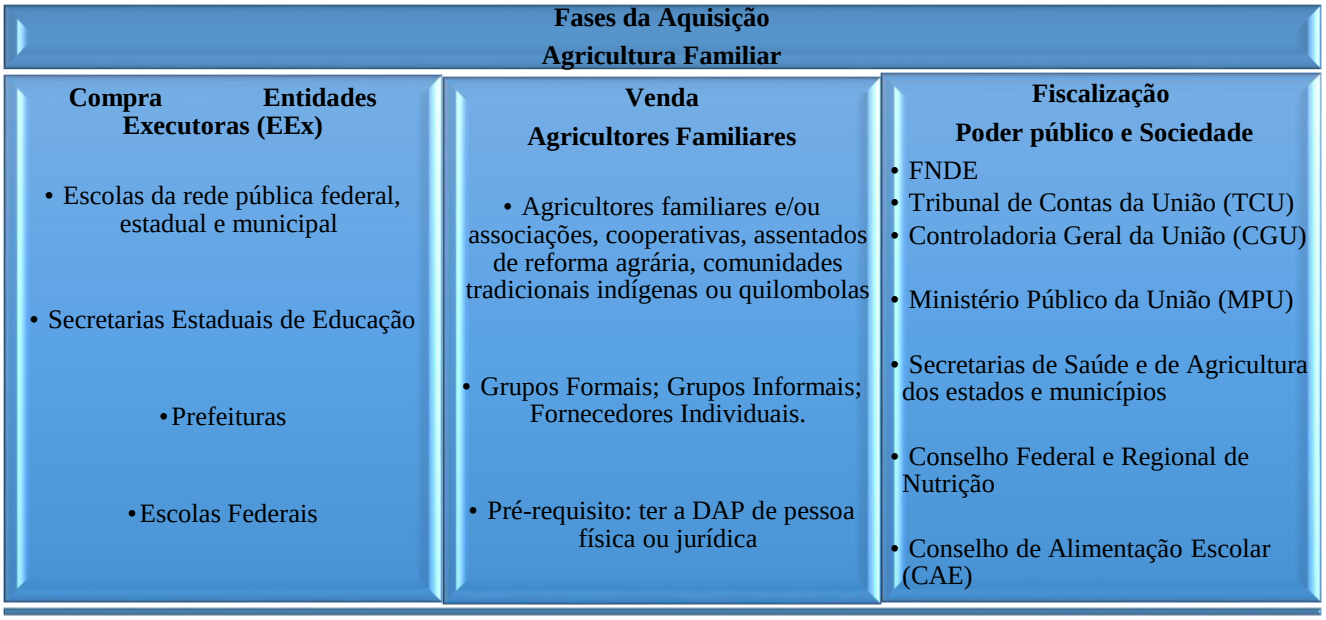


Fonte: organizado pela autora – dados FNDE

Os sujeitos envolvidos com a aquisição (Prefeitura, Secretaria de Educação ou escola) e os nutricionistas tomam conhecimento da produção local da agricultura familiar, trazem a necessidade da alimentação escolar para os produtores, e, assim, estes podem se organizar para a aquisição de gêneros da agricultura familiar para o PNAE.

Todo esse processo de aquisição de gêneros da agricultura familiar envolve ainda mais sujeitos e instituições, como ilustrado na figura 12:

Figura 12 – Processo de aquisição de gêneros da agricultura familiar



Fonte: organizado pela autora – dados FNDE

Evidencia-se a relevância da interação intersetorial que se constitui em função da operacionalização do PNAE, cada sujeito e/ou instituição com suas funções e responsabilidades bem definidas, para que cada um contribua de modo eficiente, com o intuito de alcançar os objetivos do programa. Percebe-se, assim, que ainda há muito a ser feito para enfrentar as dificuldades e alternativas para uma implementação plena do PNAE nos municípios e para que se possa avançar na compreensão sobre o modo de funcionamento dessas iniciativas e ampliar os seus resultados em favor da agricultura familiar. O PNAE tem contribuído para fortalecer a agricultura do país e oferecer uma alimentação adequada a milhares de alunos da rede pública de ensino, imprescindível ao desenvolvimento intelectual, possibilitando aos agricultores familiares uma alternativa mais segura de geração de renda a partir da comercialização no mercado institucional.

São oportunidades necessárias para a diminuição das desigualdades socioeconômicas no país, especialmente no universo rural. É preciso sensibilizar cada vez mais a execução das políticas públicas, como o PNAE, fomentando um setor tão importante no Brasil, que é a agricultura familiar.

Diante disso, transformações significativas têm sido percebidas na operacionalização do Programa, refletindo na melhoria da qualidade dos serviços. Alterações na sistemática de compras, implantação de produção alternativa de alimentos e utilização de maior volume de alimentos *in natura* foram os procedimentos incorporados ao PNAE, especialmente nas duas últimas décadas (BORGES, 2005). A seguir, traremos a seção dos resultados e discussões dos dados coletados, buscando explicitar a operacionalização do programa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos na pesquisa, além disso, faremos as discussões pertinentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e explicativa. Em relação aos procedimentos técnicos, refere-se à pesquisa de campo. Cabe aqui destacar a utilização de um *software* como ferramenta de apoio ao processamento de dados na pesquisa qualitativa. Este *software* livre é o Iramuteq, desenvolvido na linguagem *Python*, e utiliza funcionalidades providas pelo *software* estatístico *R*.

No Brasil, ele começou a ser utilizado em 2013 em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também adotaram seu uso, pois contribui para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, nas quais foi aplicado um roteiro semiestruturado. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e tiveram duração média de 40 minutos. Os dados coletados nas entrevistas contribuíram para subsidiar a análise qualitativa, proporcionando a identificação do perfil dos entrevistados e suas trajetórias pessoais e profissionais, como sintetizado no quadro 12:

Quadro 12 – Perfil dos participantes da pesquisa

Entrevistado/a	Sexo	Idade	Formação	Instituição	Experiência na educação	Acesso na função	Período de atuação no PNAE	Experiência com o PNAE
1 Secretária de Educação	F	56	Mestrado	Seduc	39 anos	8 anos	2007 – 2014	8 anos
2 Coordenador CAE	M	30	Especialização	CAE	9 anos	1 ano	2018 – 2019	1 ano
3 Gestora Escola	F	36	Especialização	Escola Estadual	12 anos	1 ano	2018 – 2019	1 ano
4 Técnico CEAE	M	42	Especialização	CEAE	20 anos	10 anos	2009 – 2019	10 anos
5 Asses. Pedagógica	F	38	Mestrado	Asses. Pedagógica	20 anos	1 ano	2018 – 2019	1 ano

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Tendo em vista a formação inicial dos sujeitos da pesquisa, verifica-se que os cinco participantes realizaram sua formação inicial nos cursos de licenciatura, porém os entrevistados não encerraram suas buscas por aperfeiçoamento, mas sim, procuraram por outros cursos. Para se aperfeiçoarem, os participantes realizaram também pós-graduação, destes, 3 possuem especialização e 2 possuem mestrado na área educacional.

Em relação à experiência profissional, pode-se inferir que os sujeitos da pesquisa atuaram, no mínimo, durante nove anos antes de ingressar na atual função que desempenham no momento da pesquisa. Dos participantes, três sujeitos têm experiência há mais de vinte anos, e dois estão na educação há mais de nove anos. Destaca-se que três dos entrevistados atuam diretamente com o PNAE há apenas um ano.

O Iramuteq realiza diversas formas de análises, como a classificação hierárquica descendente, as textuais clássicas, de especificidades, similitude e nuvem de palavras. O software é considerado ferramenta de processamentos de dados, e não um método de pesquisa, o que torna seus resultados instrumentos de exploração, busca e associação em material de pesquisa. O software representa uma oportunidade para que sejam empreendidas formas de análises estatísticas de textos qualitativos, produzidos por meio de entrevistas em profundidade, relatórios e documentos diversos (SOUZA et al., 2018).

Deve-se ponderar que o uso de *softwares* – tais como o Iramuteq – na condução de pesquisas qualitativas e na análise de dados textuais é algo muito útil, sobretudo porque permite uma fácil organização e sistematização das informações, facilitando todo o processo de investigação, análises e discussões inerentes à pesquisa a partir dos dados coletados (CAMARGO E JUSTO, 2013).

O Iramuteq é capaz de trazer informações lexográficas, que também incluem estatísticas básicas, como frequência e quantidade de palavras, e outras funções mais avançadas, tais como: (a) a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que permite a elaboração de *clusters* de palavras mais fortemente correlacionadas; (b) a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que apresenta um teste de hipótese a partir de certa probabilidade e de uma estatística qui-quadrado quanto ao nível de correlação dos termos em determinados *clusters* (classes de palavras); (c) a Análise de similitude, que permite uma maior compreensão de como as palavras recorrentes estão sendo relacionadas com outras palavras dentro do texto; e (d) a Nuvem de Palavras, que mostra, de forma gráfica, as palavras que mais se destacaram ao longo do *corpus* textual.

Registre-se, por ser oportuno, que o uso do *software* Iramuteq como ferramenta para a análise de dados textuais ainda é algo muito incipiente nas pesquisas no Brasil (CAMARGO E JUSTO, 2013).

Preparar o texto inicial na pesquisa qualitativa significa transcrever as entrevistas, que é um conjunto de textos e que constitui o *corpus* de análise. Portanto, as entrevistas originaram cinco textos organizados em um único arquivo. Nesta preparação do *corpus* textual as perguntas são suprimidas, mantendo-se somente as respostas de forma completa e referenciadas à pergunta.

A seguir, foi realizada a revisão de todo o arquivo, a correção de erros de digitação e pontuação, a uniformização das siglas e a junção de palavras compostas, que, se for incluído sem a separação pelos caracteres *underline*, em substituição aos espaços, é processado pelo sistema como se fossem palavras diferentes. Todas as observações devem ser realizadas de forma cuidadosa pelo pesquisador, para que o processamento seja feito com o maior aproveitamento das palavras compostas no *corpus*.

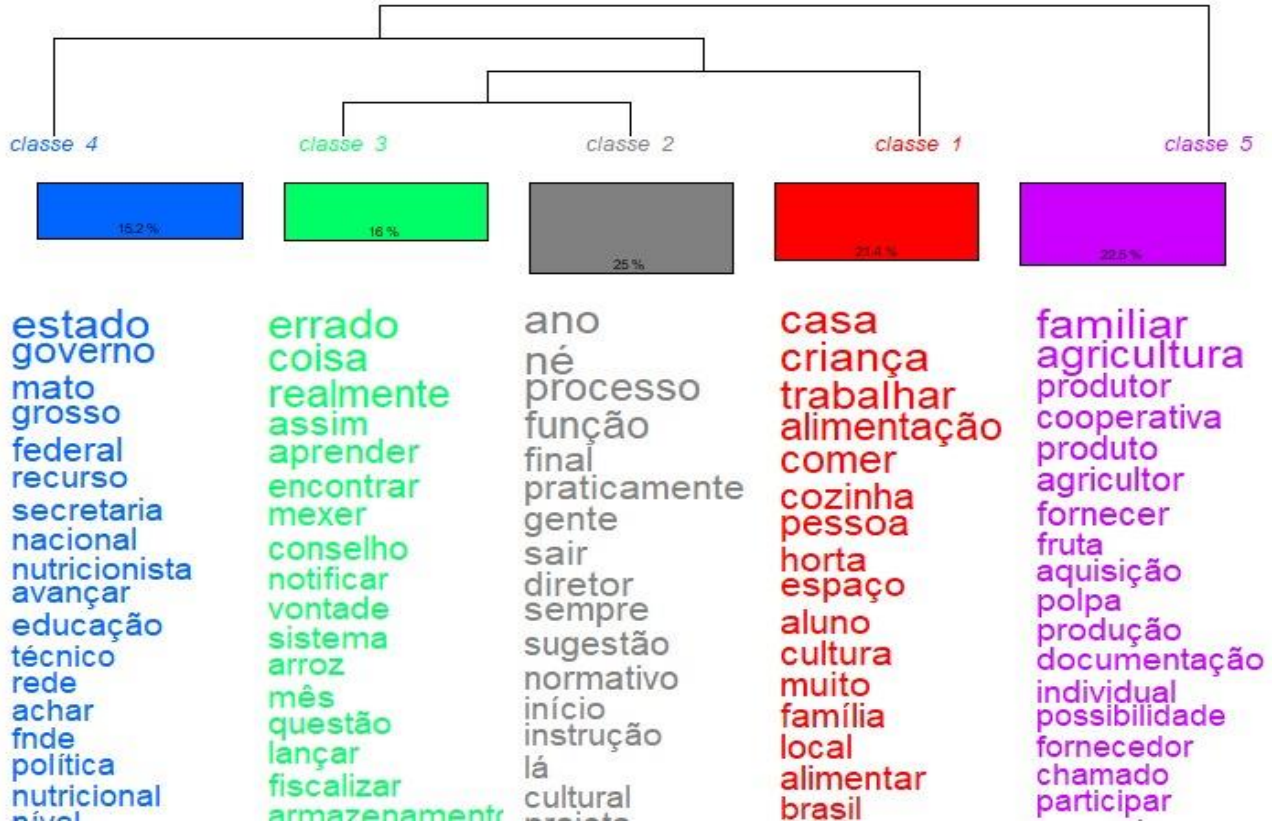
A partir do *corpus*, os segmentos de textos apresentados em cada classe foram obtidos das palavras estatisticamente significativas, permitindo que a análise qualitativa dos dados fosse realizada.

Finalizada essa fase do processamento e o agrupamento quanto às ocorrências das palavras, a CHD cria o dendograma das classes. Essa figura, além de apresentar as cinco classes, demonstra a ligação entre elas, pois estão associadas entre si.

O dendograma permite dividir as palavras em categorias de termos mais fortemente correlacionados, com a respectiva indicação do percentual de ocorrência das palavras de uma mesma categoria, no *corpus* textual analisado no estudo.

Em suma, percebe-se, a partir do dendograma, que o *corpus* textual foi dividido em grandes categorias. Na figura 13, a classe 2 apresenta 25% das ocorrências; a classe 5 com 22,5%; seguida da classe 1, com 21,4%; a classe 3 apresenta 16%; e, bem próximo desse índice, a classe 4 com 15,2% das ocorrências, permitindo analisar que as ocorrências entre as classes apresentam certo equilíbrio entre os termos mais relacionados, demonstrando a ligação entre elas.

Figura 13 – Dendograma com a porcentagem em cada classe e palavras.



Fonte: Iramuteq – elaborado a partir dos dados da pesquisa – fevereiro/2020.

Considerando a imagem, pode-se perceber cinco classes de palavras divididas. Ao analisar as classes, percebe-se que os grupos enquadram determinados discursos que podem ser renomeados em temas, considerando a ordem de incidência, ou seja, as classes em que as palavras são mais citadas, sendo elas:

Classe 1 – 21,4% de incidência – Alimentação escolar

Nos trechos constituintes desta classe, presentes nas falas dos entrevistados, verificam-se os termos referentes à alimentação escolar, a trabalhar a cultura alimentar nas crianças, estimulando hábitos

alimentares saudáveis que serão levados para a família, despertando o interesse, por exemplo, de plantar uma horta em casa:

> *A gente vê isso, eles gostam da alimentação que é servida, que é ofertada a eles. Só não tem esses conhecimentos de alimentação saudável, dos hábitos, do cuidado com as plantas, de tudo isso que pode e deve ser englobado na escola como ação pedagógica, como um todo [...] tem que preparar o aluno para mexer, para tomar gosto, porque ele também leva esse conhecimento para casa. E não precisa ser uma horta grande, vamos fazer hortas verticais, vamos fazer horta com material reciclado. Para que? Para que o aluno também pegue esse conhecimento e leve para casa. Para que na casa dele ele também possa produzir isso (Entrevistado 4).*

> *Então, principalmente as escolas do campo, elas trabalham ainda porque têm mais espaço, trabalham com horta escolar, até porque a cultura da própria escola também. Das escolas da cidade, algumas têm canteiros pelo menos de temperos, de ervas, cheiro-verde, cebolinha. [...] Tenho conhecimento que nas cantinas é proibido vender refrigerante, doces, os salgados têm que ser assados, não podem ser fritos, os sucos têm que ser suco natural, e tem que seguir essa norma para promover a alimentação saudável, porque o que adianta, na hora do recreio, você oferecer uma alimentação saudável e lá na cantina da escola, as que tem cantina, não são todas, né, aí oferecem refrigerante, fritura, não dá, né (Entrevistado 5).*

> *Que fosse servido alimentação mais saudável para as nossas crianças, né. Que alimentasse sem agrotóxico, que tivesse acesso a que as crianças mudassem a cultura, ao invés de comida muito doce passe a alimentar com saladas com frutas (Entrevistado 1).*

Nos trechos acima, os entrevistados relatam os aspectos que devem ser observados referentes aos hábitos de alimentação saudável no ambiente escolar.

Conforme citado na Lei 11.947/2009, em seu Art. 2º, são diretrizes da alimentação escolar:

> I – O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

> II – A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Percebe-se, nos trechos acima, que os entrevistados conhecem as diretrizes do PNAE, porém essas nem sempre são cumpridas.

O artigo 3º da Resolução nº 38 do FNDE também trata das diretrizes do PNAE – o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; e o apoio ao desenvolvimento sustentável.

O documento aborda ainda outros aspectos, como as propostas de educação alimentar e nutricional, as medidas para o controle da qualidade da alimentação e as formas de gestão, atuação do Conselho, aquisição dos gêneros alimentícios, repasse e utilização dos recursos, fiscalização e prestação de contas, apontando a descentralização das ações e a articulação entre as esferas do governo, através de um regime de colaboração.

De acordo com o artigo 13 da Resolução, a educação alimentar e nutricional corresponde ao conjunto de ações formativas que estimulam a adoção voluntária de práticas alimentares saudáveis e contribuem para a aprendizagem, saúde e qualidade de vida do aluno. Para desenvolver tais ações, são sugeridas algumas estratégias, das quais, dentre elas, destacam-se: “oferta da alimentação saudável na

escola, a implantação e manutenção de hortas escolares pedagógicas, a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar [...]" (BRASIL, 2009b, p. 6).

Malaguti (2015, p. 16) destaca: "Os desafios operacionais do PNAE são enormes, como a falta de conhecimento do programa e do mercado, carências de estruturas e logística, falta de integração com outras políticas públicas, falta de vontade política dos atores governamentais, falta de produtos na região, entre outras". Para superar esses desafios é fundamental a formação para operacionalizar o programa. Os gestores escolares podem promover a realização de eventos, oficinas, palestras, cursos, que abordem em suas discussões temas que promovam a alimentação saudável, como melhoria de qualidade de vida. Assim, esses profissionais podem atuar diretamente na sensibilização da comunidade escolar quanto às políticas de promoção de alimentação saudável dentro da escola, tendo em vista que:

> É importante destacar a necessidade de integração dos profissionais docentes e não docentes, pais e parceiros, na construção coletiva de um projeto pedagógico em que a inclusão transversal desse tema seja contemplada no currículo, oportunizando uma aprendizagem significativa na direção das escolhas alimentares saudáveis (CAMOZZI, 2015, p. 36).

Diante disso, percebe-se que os gestores escolares estão diretamente ligados à parte prática e teórica do PNAE, sendo imprescindível o seu auxílio para a melhor execução do programa, tendo em vista que são um dos atores que participam do PNAE que mais têm relação com os seus processos, acompanhando-os da teoria até a prática. Dessa forma, esses profissionais colaboram para a fiscalização das atividades e melhor cumprimento das normas, atentando-se também para as limitações presentes na realidade, fato que distancia a teoria da prática.

Classe 2 – 25% de incidência – Gestão do PNAE

Nos trechos constituintes desta segunda classe, observa-se a relação que os entrevistados fazem entre a gestão do programa com a função de diretores. Praticamente no primeiro momento em que assumem a função lhes são exigidos conhecimentos específicos que somente serão adquiridos no processo, na prática diária da gestão.

> *Eu costumo dizer que o Estado, ele possui uma caneta mágica. Deu uma canetada, você saiu de sala de aula, você é diretora. Puff, você sabe tudo. Se transformou. Você sabe tudo de legislação, legislação específica de licitação, legislação específica de gestão. [...] E vem uma outra dificuldade, você está na gestão da escola, aí começa a chegar Instrução Normativa, gestão escolar você tem que fazer isso porque se não vai mexer, formar turma e tal, atribuição de aula, porque se mexe no bolso. Para-se tudo e todo mundo vai ler essa instrução normativa. [...] Chegou uma instrução normativa da Coordenadoria de Alimentação Escolar, gente, esse aqui dá para esperar, vamos focar nesse aqui primeiro, porque esse daqui envolve o profissional, e a outra instrução ficou. Aí às vezes a instrução da alimentação escolar nem é lida. Ah, todo ano é sempre a mesma coisa, e ela vai ficando. Então existem orientações que saem da Coordenadoria de Alimentação Escolar que nem são lidas, porque elas não são priorizadas por causa de outras instruções que chegaram concomitantemente. (Entrevistado 4)*
>
> *Mas é dar orientação, eu acho que essa questão da orientação é muito forte, porque eu entrei sem nunca nem entender de gestão escolar e muito menos de alimentação escolar. [...] Então, por exemplo, um diretor que não tem ninguém na escola hoje, que passou por uma gestão, que*

> *soubesse de como fazer, seria muito mais difícil para ele, ou tem que ficar o dia inteiro na assessoria pedagógica tentando entender como que funciona todo o processo (Entrevistado 3)*
>
> *[...] Aí direto a gestão da escola fazendo a gestão dentro da sua comunidade, acho que avançou muito, a gente precisa avançar agora na qualidade. (Entrevistado 1)*

Nos depoimentos acima se pode notar a problemática no tocante à gestão do PNAE, principalmente em relação à ausência de formação específica, ou uma apresentação básica do programa e quais as competências dos gestores escolares.

Abreu (2014) afirma que os gestores públicos, muitas vezes, não estão preparados para gerir o PNAE, desconhecendo a legislação pertinente e não tendo compreensão sobre a importância da aquisição de alimentos da agricultura familiar local.

Além dessas dificuldades, Almeida detectou outros entraves que comprometem a operacionalização do programa em Mato Grosso:

> Tendo em vista os resultados apresentados sobre as dificuldades de execução do PNAE – MT, destacamos o alto índice de técnicos contratados que nem sempre permanecem no quadro escolar, as escolas não conseguem mantê-los uniformizados devido à alta rotatividade dos técnicos Em nutrição, o treinamento também é dificultado tanto em nível pessoal quanto em uma contribuição para o desenvolvimento de projetos de educação nutricional, quase inexistentes nas instituições escolares. A falta de valorização profissional leva ao desinteresse na apresentação pessoal de acordo com a determinação de regulamentos atuais, o não uso de equipamentos de proteção individual (EPI) para a proteção de riscos suscetíveis, ameaçando a segurança e a saúde ocupacionais e a falta de priorização do cartão de saúde (ALMEIDA, 2019, p. 15).

De acordo com os resultados da pesquisa que realizou sobre o programa,

> Para que o PNAE – MT alcance os objetivos propostos, é necessário oferecer melhor condição física das instalações e realização pessoal satisfatória dos que o executam, adaptação necessária de diferentes profissionais que trabalham e interagem: na aquisição de alimentos, preparação, elaboração e no servir (ALMEIDA, 2019, p. 2).

O poder de decisão normativo manteve-se centralizado na estrutura burocrática do governo federal, inclusive no tocante às regras de repasse, finalidade e circunstâncias em que os recursos podem ser utilizados. Essa relação expõe uma tensão quase que permanente entre a autonomia municipal e a coordenação federativa exigida pelo PNAE (BONDUKI, 2017).

Classe 3 – 16% de incidência – Uso do sistema de informação

Nos trechos constituintes da classe, é demonstrada a inquietação sobre o uso correto do sistema de gerenciamento da informação, utilizado pela secretaria estadual de educação, no qual registram-se as informações referentes ao programa.

> *Então, a escolha do cardápio desse ano funcionou da seguinte forma: para cada escola foi disponibilizado no sistema 4 cardápios, né, e aí os diretores tiveram acesso e puderam escolher dentre os 4 qual daquele que se adequava melhor para sua unidade escolar. (Entrevistado 5)*
>
> *A questão de número de nutricionistas para atender a rede tinha bastante dificuldade, nós tínhamos um grupo concentrado de nutricionistas na sede da secretaria que elaborava os cardápios, colocava os cardápios no sistema à disposição das escolas, mas na realidade havia sempre a solicitação de que pudesse ter uma nutricionista pelo menos regionalmente para fazer a interlocução. (Entrevistado 2)*

> *Sendo que isso, por uma formação, ele já conseguiria resolver, uma formação realmente efetiva, entrar no sistema e ensinar mesmo como faz, então isso realmente nós não tivemos. [...] Mas não tem uma formação específica nem em relação ao lançamento das notas fiscais no sistema, ninguém me ensinou por formação nenhuma como que eu teria que lançar no sistema, eu aprendi com quem já fazia isso. [...] Por exemplo, às vezes, você vai lançar um item, eu comecei a lançar errado, os códigos dos alimentos estavam todos trocados, não tinha o valor que tinha no meu contato, já fiquei desesperada, entendeu? Então assim, esse valor está errado, então você pega todas as opções, não aparece o valor que você precisa, então a primeira que eu lancei estava lá um saldo devedor de dez centavos. Como assim? Que que eu fiz de errado? Aí você vai olhar que o valor está errado porque não acompanha o valor que você tem no contrato, isso é algo que deveria ser imediato. (Entrevistado 3)*

Diante das falas dos entrevistados, nota-se que a instituição utiliza um sistema de gerenciamento da informação, porém não proporciona formação para o uso do mesmo, suscitando dúvidas, pois os orientativos disponibilizados pela Secretaria de Educação não suprem essa necessidade dos gestores que operacionalizam programa nas unidades escolares.

Os gestores escolares possuem importantes atribuições dentro do PNAE, pois têm relação direta com a alimentação escolar, ao passo que ajudam a gerir a alimentação servida nas escolas, ficando muitas vezes ao seu encargo a fiscalização e a resolução de problemas que aparecem ao longo do processo de execução. Além disso, Garcia et al. (2014) afirmam que:

> O gestor deve garantir o acesso universal, equânime, regular e contínuo à alimentação saudável; apoiar o desenvolvimento sustentável e o controle social; promover o resgate dos hábitos alimentares regionais; planejar e monitorar as ações de oferta da alimentação e as ações de educação alimentar e nutricional (GARCIA et al., 2014, p. 1734).

Dessa forma, os gestores escolares possuem fundamental importância para o programa, pois além de tentar solucionar os problemas que acometem, buscando melhores modos de executá-lo, a fim de atender as necessidades dos alunos de forma mais efetiva, eles também cumprem concomitantemente o papel de fiscalização, tendo em vista que acompanham de perto os processos que compõem o PNAE dentro da escola, acompanhando atividades que vão desde a lista de compras, recebimento de alimentos e preparo das refeições até o serviço da alimentação final e avaliação da refeição pelos escolares.

Entretanto, por mais que eles precisem cumprir as exigências do sistema e também seguir a legislação vigente no programa, muitas vezes acabam resistindo ao que exige a teoria, pois às vezes, a mesma não condiz com a prática, sendo inviável a sua execução.

É possível que os gestores escolares sejam aqueles profissionais que mais sofram com a incompatibilidade entre a teoria e a prática que envolvem o programa, ficando apenas atrás dos manipuladores de alimentos. Isso acontece pelo fato de que os gestores escolares são os que mais estão inseridos na realidade e execução do PNAE, sendo os que se responsabilizam por colocar em prática a execução do programa e o preparo das refeições até o seu estágio final. Assim, eles acabam tendo que adequar os processos do programa à realidade da escola, de forma que tente viabilizar da melhor maneira possível o processo de execução das atividades pertencentes ao PNAE (GARCIA et al., 2014).

De acordo com Machado (2011), os cursos de formação para os gestores escolares devem utilizar metodologias diferenciadas e oportunizar algumas possibilidades para trocas de experiências, dentre as quais a "[...] formação de redes, o intercambio, os seminários de relatos de casos e o autoestudo [...]", afirmando a necessidade de uma contextualização, para que os conteúdos discutidos dialoguem com a prática dos profissionais e a troca de experiência. Para transformar esse cenário, as formações precisam se pautar em atividades, como a resolução de problemas, uma prática mais dinâmica de construção do conhecimento.

Lück (2009, p. 24) explica o significado de gestão escolar, que é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e compromissado com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações).

Conforme relata Libâneo (2004, p. 217):

> [...] existem algumas atribuições ao diretor de uma instituição: supervisionar atividades administrativas e pedagógicas, promover a integração entre escola e comunidade; conhecer a legislação educacional, buscar meios que favoreçam sua equipe, dentre outras. No exercício dessas atribuições é importante estar em formação continuada, ou seja, estudar constantemente na busca do aprimoramento e amadurecimento, criando, dessa maneira, uma bagagem de experiências enriquecida e que, compartilhada com os pares, favorece o desenvolvimento profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 217).

Diante dessa realidade, ampliar, atualizar e revisar constantemente os conhecimentos são atitudes que fazem parte do cotidiano do gestor escolar, desde que haja um processo de capacitação a esse serviço, de modo que desenvolva competência para o avanço efetivo das funções de gestor e colaboração para a sua execução.

Classe 4 – 15,2% de incidência – Política Pública

Nos trechos constituintes da classe, os entrevistados fazem referência a termos diretamente a políticas públicas.

> *Então, eu acho que depois do Programa Nacional de Alimentação Escolar, depois da estrutura que hoje é o MEC, FNDE, municípios e estados, essa estrutura nacional, eu falo que é uma política que aproximou os entes federados. O governo federal tem uma responsabilidade, o governo estadual, os governos municipais, e aí direto a gestão da escola fazendo a gestão dentro da sua comunidade, acho que avançou muito, a gente precisa avançar agora na qualidade, que a estrutura, ela é razoável, o modelo, a descentralização, principalmente aqui no estado. [...] Esse Programa é um programa constitucional que faz parte da política de superdotação e de programas adicionais que ajudam a criança a ficar na escola, como é o Bolsa Família, que exige que os pais mantenham os estudantes matriculados e frequentando. Então assim, a gente está vivendo um momento de bastante turbulência, porque, por mais que o programa dê certo, e está dando certo no país inteiro, é um programa avaliado, já muitas vezes avaliado, e única coisa que é colocado, é que o dinheiro é pouco. (Entrevistado 2)*

> *Então, esse investimento melhora a questão da formação, articular as políticas de educação e de agricultura familiar no Estado de Mato Grosso, fazer os governadores, quem é eleito, entender que isso é uma política abrangente, pública, e que chega em todas as casas, né. (Entrevistado 1)*

> *Falta isso, legislação que acompanhe, porque a legislação nossa é antiga, é de 1989, e melhorar também no sentido dos recursos que estão muito tempo sem reajustes aí. [...]. E quanto menor a escola, mais problemas, mais dificuldades. Por exemplo, a gente acaba recebendo ao longo do ano escolas que solicitam complementação de recursos e o estado acaba complementando, porque a escola contraiu dívida porque o recurso não foi suficiente. (Entrevistado 2)*

> *Aí depois que eu fui aprender a parte legal. Aí eu fui evoluindo para auxiliar a construção de políticas públicas nesse sentido, e agora, com a parte de fiscalização. Então eu realmente conheço um pouco do programa. [...] porque ele é uma política pública. Uma política de fomento do homem do campo. Se eu consigo dar, transferir renda para o homem do campo, ele não precisa inchar as cidades. (Entrevistado 4)*

Os trechos destacados acima demonstram que os entrevistados reconhecem a importância do PNAE como uma política pública, que veio sendo construída ao longo do tempo no país, com mudanças significativas que asseguraram a participação dos envolvidos nesse processo de construção, visando atender às necessidades do seu público-alvo, os alunos das escolas públicas. Reconhecem que há fragilidades que precisam ser revistas, principalmente no sentido de aumentar o valor *per capita* do recurso repassado às unidades executoras do programa.

O PNAE, devido sua caraterização, é uma política pública que envolve diversos setores pertencentes às três esferas, segundo Malaguti (2015, p. 25),

> Essa política pública de caráter intersetorial é realizada em parceria com os três níveis de governo, formulada no nível federal e implementada nos níveis estaduais e municipais. Esse caráter de intersetorialidade e de inter-relações entre os vários níveis de governo é um grande desafio para a implementação do programa, persistindo, ainda, muitos problemas, devido às diferenças regionais, econômicas, sociais e culturais que se potencializam na execução do mesmo.

Política pública se faz com a participação do cidadão, desse modo, o PNAE é uma política pública em construção e que precisa ser atualizada para garantir que atinja seu objetivo de proporcionar uma alimentação saudável aos alunos enquanto estiverem na escola.

Cabe aqui destacar a participação dos movimentos sociais que lutam pela democratização da sociedade brasileira e buscam o direito de intervir nas políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social. Controle social é o compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um meio de demonstração da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de interferir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal.

O controle social pode ser efetivado tanto na definição das políticas a serem implementadas, quanto na fiscalização, no acompanhamento e na avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros propostos à implementação de uma política pública. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, o controle social está assegurado na participação da

comunidade nos Conselhos de Alimentação Escolar, através de ações de fiscalização, monitoramento e acompanhamento da execução do programa tanto nas unidades escolares, como nas Câmaras de Negócios.

A sociedade também tem o papel importante de cobrar para que sejam garantidos os mecanismos de controle social previstos em lei, bem como o acesso às informações necessárias para efetivar o controle.

A participação da comunidade no controle social consolida as políticas públicas, tornando-as mais efetivas às necessidades do povo e ao interesse público, e mais eficientes. Assim, quando a população está atenta para o que ocorre na escola, conhecendo as políticas direcionadas à educação, temos um melhor resultado em termos de qualidade desta política, contribuindo com o controle social e a democratização da gestão pública, através do envolvimento de diversos atores da sociedade.

No sentido de garantir participação da comunidade no controle social, tratando mais especificamente acerca da participação efetiva dos sujeitos da agricultura familiar, enfrenta alguns desafios a serem superados, como evidencia Gomes (2017): por um lado, na venda de produtos não perecíveis, a logística praticada pelos agricultores se aproxima da modalidade logística aceitável segundo conceitos da área. Em relação aos gêneros perecíveis, por outro lado, a prática de fornecimento não se enquadra em uma modal logística dentro dos parâmetros aceitáveis. A logística de fornecimento da agricultura familiar, como aspectos burocráticos e falta de planejamento dos agricultores e suas organizações, diminui a participação esperada dessa categoria de produtores como fornecedores da alimentação escolar mesmo dentro do percentual mínimo obrigatório exigido por lei, que é de 30% dos recursos, segundo a Lei nº 11.947/2009.

Em se tratando de políticas públicas voltadas ao meio rural, particularmente as voltadas para a agricultura familiar, onde se encontram consideráveis dificuldades em relação à produção e à comercialização dos produtos, buscam oferecer novos mecanismos aos agricultores familiares, a fim de que estes possam aumentar sua renda e permanecer no campo com suas famílias, comercializando os mais diversos tipos de produtos/alimentos (SOCHER, 2008).

A Lei 11.947/2009 buscou, com as mudanças no PNAE, envolver em seu intuito a população escolar e contribuir com o desenvolvimento sustentável regional, principalmente da população rural. No entanto, o êxito da política nestes moldes depende inteiramente dos interesses políticos e das possibilidades sociais e econômicas. Neste sentido, como evidenciado por Siqueira et al. (2014), ainda existem inúmeros obstáculos na implementação plena do PNAE, como

> A omissão ou insuficiente atuação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) no acompanhamento e fiscalização do programa; a oferta de refeições monótonas, que desconsideram preferências e cultura alimentar dos beneficiários; a inexistência de um programa sistemático de Educação Alimentar e Nutricional contendo definição clara das propostas pedagógicas e procedimentos didáticos para formação de práticas alimentares saudáveis, a permanência de situações de desvio ou uso indevido de verba, entre outros. [...] o PNAE é um programa de larga abrangência onde, inevitavelmente, as mudanças transcorrem com ritmo e impacto distintos e condicionados a interesses sociais, políticos e econômicos dos estados e municípios (SIQUEIRA et al., 2014, p. 308).

Classe 5 – 22,5% de incidência – Agricultura Familiar

Nos trechos constituintes da classe, é demonstrada a relevância da Agricultura Familiar para que o PNAE seja operacionalizado com êxito.

> *Então, essa aquisição leva em conta produção dos agricultores da agricultura familiar aqui do município, da região, até porque o próprio cardápio, o quantitativo que é disponibilizado, já leva em conta o que é que tem na região. [...] Com a mudança dessa lei, como tem que atender os 30% da agricultura familiar, então isso foi maravilhoso para o produtor, para o pequeno produtor, porque mesmo que ele não consiga entrar como fornecedor individual, mas ele estando cooperado, estando associado, né, ele consegue ainda ter uma renda daquilo que ele produz, porque ele entrega para a cooperativa e ele vai receber. É uma certeza, digamos, da venda da produção. [...] Agora não, agora tendo que atender primeiro a agricultura familiar com no mínimo 30%, né, então fortalece mais a agricultura familiar, fortalece mais o pequeno produtor, principalmente os da região, entendeu?, que produzem as coisas que vão ser consumidas nas escolas, então já gera um fortalecimento para esse pequeno produtor. (Entrevistado 5)*

> *Como eu disse, Mato Grosso tem Assessorias Pedagógicas nos municípios, acho que essa interlocução dos órgãos da educação com os órgãos da agricultura é de fundamental importância, porque 30% é o mínimo, você comprar 100% da agricultura familiar e aí você fomenta as pequenas cooperativas, as organizações dos produtores. [...]entre os gestores da secretaria de educação e da secretaria de agricultura no estado principalmente, um secretário da secretaria de agricultura familiar e a secretaria de educação tem que ter um planejamento comum que possa colocar esse dinheiro à disposição do fomento da agricultura familiar, porque aí é como disse, a falta de informação faz com que não avance. (Entrevistado 1)*

> *Porque hoje eu vejo que nós temos uma Agricultura Familiar organizada, isso está muito claro dentro do programa de alimentação escolar. Na verdade, eu só acho que a gente tem que ter mais suporte para poder desempenhar isso melhor, depois dessa fase na execução. (Entrevistado 3)*

Destacam-se, nas falas dos entrevistados acima, o reconhecimento da importância do fomento à agricultura familiar, da qualidade dos produtos oriundos desses agricultores, entretanto, destaca-se também a obrigação de fazer chegar até esses sujeitos participantes do programa as informações necessárias, no tocante a vários aspectos, como os procedimentos para participar, a orientação acerca da documentação necessária que os habilite, esclarecer as dúvidas e instrumentalizar a fim de possibilitar a ampliação da participação de outros agricultores familiares.

Com a atualização da lei em 2009, Peixinho (2013) destaca que o PNAE ousou ao se tornar um programa de alimentação escolar saudável para o universo da rede pública de educação básica e de jovens e adultos, e também por estabelecer que, no mínimo, 30% dos repasses sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A autora salientou ainda que

> O PNAE passou a incorporar em suas estratégias técnico-operacionais de execução junto aos estados e municípios (entidades executoras do programa) os seguintes princípios para a gestão e a execução da alimentação escolar: equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais (PEIXINHO, 2013, p. 915).

Contudo, apesar de assegurar a participação dos agricultores familiares neste mercado institucional, observa-se também a carência de conhecimento do agricultor familiar em relação à legislação do PNAE; à elaboração de projetos de vendas de gêneros alimentícios para a participação nas Chamadas Públicas; às exigências sanitárias; a princípios de logística (armazenamento, embalagem e acondicionamento, transporte e conservação), controle de custos etc. A ausência desses conhecimentos dificulta a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para o PNAE. É importante aqui destacar que, de acordo com o gestor, a unidade escolar pesquisada, no ano letivo de 2019 conseguiu atender à exigência legal de adquirir 30% dos recursos da agricultura familiar, porém o mesmo não ocorre em âmbito estadual, pois, de acordo com o Coordenador de Alimentação Escolar (CAE), o Estado de Mato Grosso atingiu apenas o índice de 13% do montante dos recursos na aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar.

Falta muito para que o Estado de Mato Grosso atinja os objetivos da política pública. Consolidar a política pública passa pelo apoio e assistência técnica aos agricultores. Gregolin et al (2017, p. 200), afirmam:

> Nesse sentido, o apoio aos agricultores familiares, de modo a incentivar a produção de alimentos sustentáveis, é fundamental, tanto pela possibilidade de melhorar a qualidade e a diversidade de produtos na alimentação escolar, como também, pela capacidade de incremento de renda e ocupação aos agricultores familiares, através da garantia de um importante canal de comercialização de seus produtos durante todo o ano letivo. Além de que, permite resgatar a cultura e os hábitos alimentares da região através do fornecimento de alimentos frescos e/ou com processamento mínimo, sazonais e com menor teor de agroquímicos, ou isentos destes, no caso dos orgânicos/agroecológicos, possibilitando uma conexão entre o campo e a cidade.

Ou seja, o PNAE é uma política pública inclusiva, importante para consolidar o desenvolvimento local sustentável, mas precisa de um maior esforço institucional para a sua melhor efetividade.

Dando continuidade ao processamento do *software* Iramuteq, outra análise possível é a nuvem de palavras. Termos e maneirismos da fala dos entrevistados, como “super”, “muito”, “não” e “né” foram omitidos da nuvem de palavras por não representarem, por si só, nesta figura, uma informação relevante.

A figura 14 ilustra a Nuvem de Palavras proveniente da análise das entrevistas transcritas e agrupadas em um único arquivo, de modo que as palavras mais importantes são aquelas que apareceram em modo mais recorrente nos comentários.

Figura 14 – Nuvem de palavras – entrevistas

Fonte: Iramuteq – elaborado a partir dos dados da pesquisa – fevereiro/2020

Percebe-se, ao observar a nuvem de palavras, que o termo “escola” é o mais recorrente no discurso dos entrevistados, em suma, esta centralidade revela a importância da “escola” na operacionalização do PNAE, pois o objetivo principal do programa está centrado em ofertar alimentação escolar aos alunos das escolas públicas, ou seja, é o principal espaço onde evidenciará o resultado da execução do programa.

Nas normas e orientações do FNDE que estabelecem as diretrizes do programa, percebe-se a centralidade da escola da rede pública, de modo que, através da alimentação escolar, assegura o respeito à cultura alimentar regional, desenvolve hábitos de alimentação saudável aliados à valorização da agricultura familiar.

> Para os alunos da rede pública de ensino, é o acesso regular e permanente a produtos de melhor qualidade nas escolas: um passo adiante para a garantia de alimentos e hábitos saudáveis, com respeito à cultura e às práticas alimentares regionais. A inclusão dos alimentos produzidos em âmbito local nos cardápios das escolas pode ser um potente indutor da abordagem da temática do significado simbólico da alimentação associada à tradição e à cultura local. Além disso, promove no ambiente escolar a discussão das formas alternativas e mais saudáveis de produção e consumo dos alimentos e da importância da agricultura familiar local para o desenvolvimento econômico e social associado à proteção ambiental (FNDE, 2012).

A escola pública é o local em que o programa se efetiva, com a legítima função de promover a construção de conhecimento, a partir do cumprimento do objetivo principal do programa, fazendo com que a alimentação escolar possa contar com produtos diversificados e saudáveis.

Ainda com foco na nuvem de palavras, constata-se a ênfase de termos que remetem a sujeitos ou órgãos/instituições que participam do programa sendo responsáveis diretos, como “secretaria” e “estado”, ou sujeitos que recebem o produto do programa: “aluno” e “criança”.

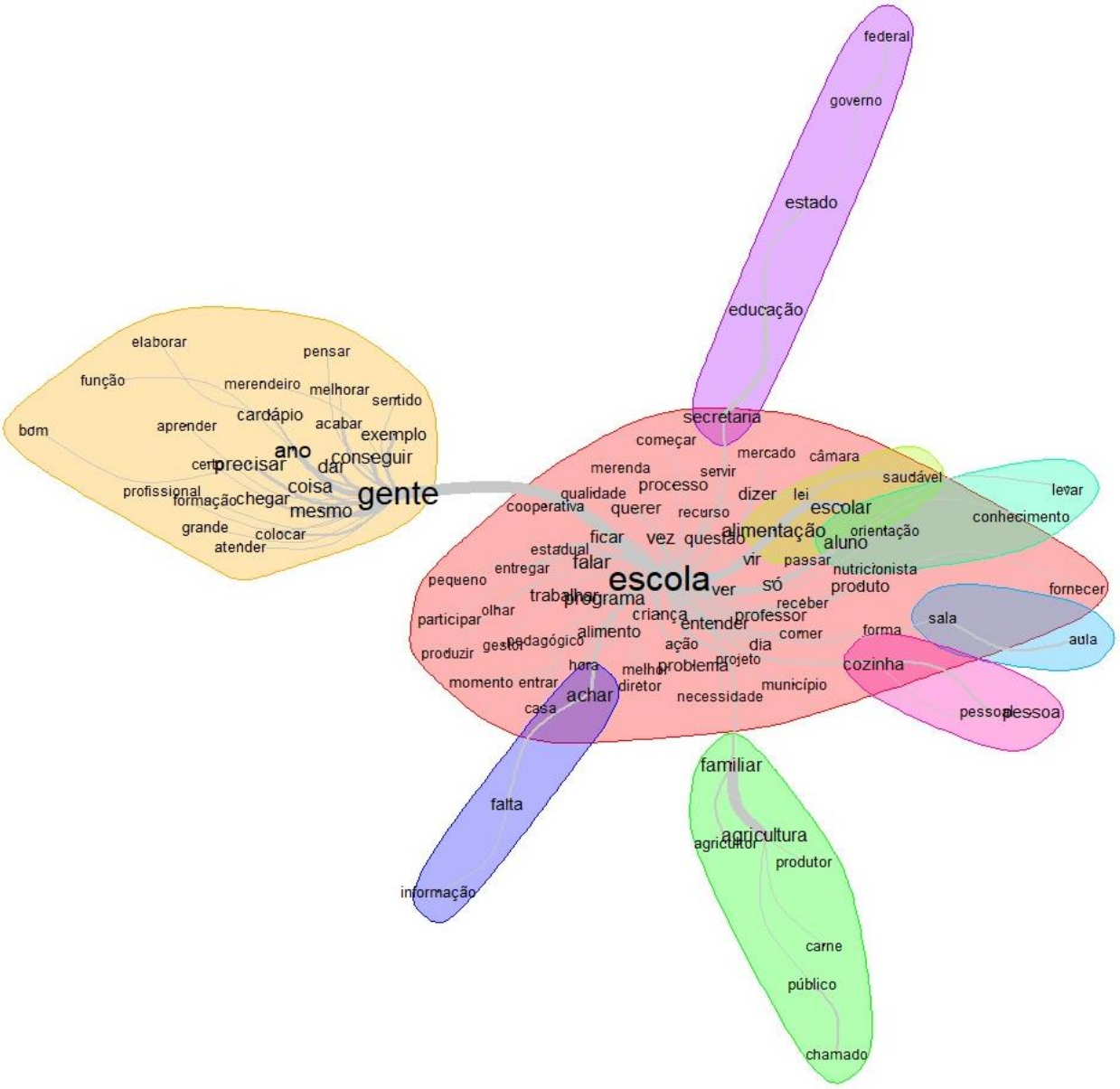
É possível distinguir na nuvem de palavras termos como “agricultura familiar”, “alimentação escolar”, “cozinha”, “cardápio”, os quais evidenciam a estreita ligação destes termos presentes nas legislações e nas normas para execução do programa, como demonstrado nos trechos abaixo:

> *A alimentação escolar é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, né. Hoje a gente sabe que na situação que vive o país, a alimentação, ela contribui bastante para a questão do processo de evasão. (Entrevistado 2)*
>
> *No Brasil, ainda a Alimentação Escolar é algo de fundamental importância. Nós temos crianças que ainda vão para a escola e a melhor alimentação do dia é a alimentação que vem da escola. (Entrevistado 1)*
>
> *O PNAE, juntamente com outros programas, é apresentado como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar através da comercialização de produtos dos agricultores familiares para a alimentação escolar. (Entrevistado 5)*

Portanto, observa-se que os entrevistados possuem conhecimento do PNAE, bem como de sua importância para os sujeitos que o executam, e, fundamentalmente, para garantir o direito à alimentação escolar de qualidade.

Com o propósito de compreender o modo como as palavras relacionam-se umas com as outras dentro das falas dos entrevistados, elaborou-se a análise de similitude, que cria *clusters* de palavras, separados por cores, as quais aparecem de modo recorrente nos textos (mais de vinte vezes) e que se relacionam mutuamente, como pode ser observado na figura 15.

Figura 15 – Análise de similitude dos termos mais fortemente relacionados nas entrevistas



Fonte: Iramuteq – elaborado a partir dos dados da pesquisa – fevereiro/2020

Com os *clusters* de palavras (essas formas geográficas de cores diferentes na figura 16), percebe-se que o termo "escola", especificamente, no *cluster* de cor rosa, surge novamente na centralidade da imagem, numa forte relação, por sua vez, com "criança", "aluno", "programa", "trabalho", "receber", "local" e "estrutura".

Em outra área da figura, há um *cluster* cujo destaque é o termo "gente", que está rodeado de outros termos, como: "precisar", "formação", "profissional", "melhorar" e "conseguir", termos esses que destacam novamente a percepção dos entrevistados sobre a necessidade de formação, profissionalização, para melhorar a operacionalização do programa.

> *Como a nossa formação aqui, primeiro o Arara Azul, depois o Pró-funcionário, que deu toda uma estrutura, que ajuda o PNAE a avançar, porque o programa nacional de alimentação escolar e você têm um grupo de profissionais com formação para atender dentro deste programa. Então acho que nesse sentido avançou bastante. (Entrevistado 1)*

Em suma, esse *cluster* nutre ligações com outros oito grupos menores de palavras. Um desses agrupamentos menores reúne as palavras “familiar”, “agricultura”, “produtor”, “carne”, “chamada”, “pública”, caracterizando um aspecto fundamental do programa que visa fomentar a agricultura familiar, através da realização das chamadas públicas para aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar, que são muito bem aceitos pelos gestores das escolas estaduais, como na fala a seguir:

> *E por exemplo, a carne foi muito elogiada. A carne que a gente adquiriu pela agricultura familiar, até as nossas merendeiras o ano passado [...] E foi muito elogiado porque a qualidade era outra. (Entrevistado 3)*
>
> *Os gestores das escolas têm essa preferência para os produtos da agricultura familiar, pela qualidade e também até pelo preço, porque na chamada pública que atende a agricultura familiar, eles têm que cumprir com o preço que já vem no edital, né, de acordo com a pesquisa que a gente faz antes, então é um preço mais acessível que o pregão, então se vê essa valorização dos gestores em relação aos produtos da agricultura familiar, principalmente a carne, tem muito mais qualidade do que as que são vendidas no mercado. (Entrevistado 5)*

Em síntese, o *cluster* sob análise permite inferir que as falas dos entrevistados estão de acordo com as normas do programa, que asseguram a participação dos produtores da agricultura familiar visando garantir a qualidade da alimentação escolar ofertada nas escolas estaduais, para alcançar o objetivo do PNAE.

Cabe aqui destacar a importância da realização desse processo de chamadas públicas e a relevância da participação dos agentes envolvidos:

> As chamadas públicas devem ser divulgadas de acordo com as normativas do FNDE, nos espaços de grande circulação de pessoas, nos jornais e rádios locais e também no diário oficial. Vale ressaltar que por mais que haja divulgação nestes moldes apregoados, se não houver uma discussão mais ampla e horizontal, através dos agentes de desenvolvimento rural, sejam eles da EMATER, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Secretaria Municipal de Agricultura ou de entidades de apoio, que esclareçam sobre o programa e seu funcionamento, a compreensão por parte das famílias agricultoras não é alcançada, e consequentemente, torna-se um entrave para o programa. (BRITO et al, 2018, p. 190).

A participação das famílias agricultoras acontece pelo acesso às chamadas públicas. As famílias, segundo as regras, devem atender todo o processo burocrático exigido: apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; documentos pessoais que comprovem a situação que a família se encontra dentro da lista de prioridades e o projeto de venda. Conforme Brito et al (2018) demonstram, sem o auxílio técnico dos extensionistas na elaboração dos projetos de venda e demais trâmites burocráticos os agricultores familiares não conseguem participar do PNAE.

A seguir, apresentam-se os dados obtidos na pesquisa demonstrados no quadro 13, ilustram a opinião dos participantes em relação às possibilidades e os limites na execução do PNAE.

Quadro 13 – Opinião dos entrevistados – possibilidades e limites na execução do PNAE.

Possibilidades	Limites
Promover ações pedagógicas, como: eventos, palestras, implantar o projeto horta escolar, despertando a cultura do cultivo do próprio alimento e consumo de alimentos mais saudáveis.	Ausência de formação específica sobre o PNAE direcionada aos gestores escolares.
Incluir o tema transversal sobre "alimentação saudável" no currículo da unidade escolar de modo específico no Projeto Político Pedagógico, promovendo ações pedagógicas a serem realizadas como proposta de toda escola e não apenas tópico do componente curricular de ciências.	Dificuldade de operar o sistema de gerenciamento de informações adotado pela Secretaria de Estado de Educação, gerando dúvidas nos procedimentos.
Solicitar junto aos responsáveis (CAE e Câmara de Negócios) formação para os sujeitos executores do PNAE nas unidades escolares e aos agricultores familiares.	Ausência de monitoramento da produção da agricultura familiar no Estado.
Estreitar a relação da unidade escolar com a agricultura familiar, visando maior valorização dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares.	Deficiência no quadro de nutricionistas da Secretaria de Educação.
Promover formação específica aos técnicos de alimentação escolar via "Sala de Educador" enfocando o PNAE.	Ausência de revisão e adequação no valor *per capita* do recurso enviado pelo governo federal ao governo do estado.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

O quadro 13 evidencia os resultados encontrados através dos entrevistados, explicitando a necessidade de formação para os gestores das unidades escolares, para os técnicos de alimentação escolar e, ainda, para os agricultores familiares a fim de capacitá-los para a execução do programa, tanto no sentido da operacionalização do sistema de gerenciamento de informações que é utilizado nas escolas estaduais, quanto no sentido de oferecer orientações claras aos agricultores familiares das condições necessárias para participar do programa. Evidenciou-se, ainda, a necessidade de promoção de ações pedagógicas na unidade escolar pesquisada a fim de sensibilizar para a adoção de hábitos mais saudáveis na alimentação dos alunos, de modo que possam incorporar esses hábitos e praticá-los além da escola. As possibilidades são colocadas no sentido de minimizar os limites encontrados.

Conforme estudos no decorrer desta pesquisa, foi possível analisar o contexto histórico que encaminhou o PNAE ao modo como hoje ele se constitui, tendo suas leis, diretrizes e portarias definidas, baseando-se em um processo que teve início nos anos de 1955.

Assim, o PNAE sofre mudanças desde sua criação, a fim de obter um melhor ajuste com as necessidades da atualidade, que exige por soluções a curto, médio e longo prazo, seja para resolver problemas como a desnutrição infantil ou até mesmo a obesidade, que afeta parte da população brasileira na atualidade. O PNAE precisa ser parte integrante do projeto de educação pública no Brasil, visto que é uma das políticas estratégicas para a promoção do hábito de alimentação saudável nas crianças e jovens que cursam a Educação Básica.

Programas de amplitude nacional como o PNAE necessitam de mais atenção em relação à diversidade dos estados e municípios, considerando suas características locais, já que a implementação do Programa se dá de acordo com as possibilidades da região em seguir as diretrizes normativas e com a vontade política dos burocratas. Como assegura Nogueira et al. (2016):

> Em um país grande como o Brasil, que apresenta grandes diferenças regionais sociais e econômicas, a administração do programa não tem sido uniforme entre seus municípios e governo federal. [...] avaliações da administração do PNAE no nível municipal são necessárias, já que é dentro das cidades que o PNAE atinge a população. Entretanto, é necessário estabelecer um diálogo direto com gestores (secretários de educação) e responsáveis técnicos (nutricionistas) do PNAE, os principais implementadores do programa, para que as dificuldades não despontem por conhecimento insuficiente ou por práticas políticas que interferem na sua implementação (NOGUEIRA et al., 2016, p. 264).

Contudo, apesar de conhecidas todas as propostas, pretensões e anseios apresentados pelo PNAE, é claro que o programa não vem alcançando seus objetivos plenamente, estando ainda distante de sua implementação ocorrer de maneira ideal, atingindo os objetivos conforme o esperado durante a evolução dessa política pública. Tendo isso em vista, essa pesquisa buscou perceber os principais limites e desafios que causam o distanciamento entre o que é proposto na teoria e o que realmente se concretiza na prática do programa.

Saraiva et al. (2013) destaca que os agricultores familiares necessitam do apoio de políticas públicas como o PNAE, uma vez que possibilitam geração de emprego e renda, produção de maior diversidade de produtos e oferta de alimentos com maior qualidade, menor custo de transporte, além de promover uma aproximação entre produtores e consumidores.

A pesquisa apontou que a ausência de monitoramento da produção da agricultura familiar no estado, assim como a falta de informação são alguns dos desafios que devem ser superados. Nesse sentido, Brito et al. (2018) assegura que a falta de informações atualizadas, de boa qualidade e fácil compreensão, disponível para o agricultor é outro grande entrave observado no processo para promover a participação da agricultura familiar no PNAE.

Percebe-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido a fim de vencer as dificuldades para a plena implementação do programa, e para que se avance na compreensão de toda a operacionalização e ampliem-se os resultados em favor da agricultura familiar e do objetivo central do PNAE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa "Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: possibilidades e limites da gestão do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da Serra – MT" teve como objetivo geral analisar o processo de operacionalização do PNAE a partir da Lei 11.947/2009 na visão de gestores públicos educacional e escolar que operam essa política no âmbito das escolas estaduais em Mato Grosso.

A execução do PNAE no Brasil, ao longo de mais de seis décadas de história, apresentou um progresso institucional bastante vantajoso, pois ao mesmo tempo que no início tratava-se de uma ação com tendência assistencialista, dispersa e subordinada a programas internacionais, atualmente o programa pode ser considerado uma política pública forte, com aplicação em todo o território nacional, de ampla complexidade normativa e com diretrizes de intervenção que perpassam diversos setores de governo.

Assim, é evidenciado por Malaguti (2015, p. 102):

> O PNAE é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas é uma política pública intersetorial, de tal modo conta com a participação de várias instituições públicas, cada qual com suas funções e responsabilidades, a fim de garantir o êxito na operacionalização do programa para atingir o seu objetivo maior de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

Com base nisso, durante o andamento da pesquisa, foi possível constatar que o PNAE carrega diversas problemáticas que inviabilizam a melhor execução das atividades do programa, fazendo com que o mesmo não alcance efetivamente seus objetivos, ao passo que não consegue solucionar os problemas que surgem durante sua implementação. Portanto, ao juntar os limites existentes no decorrer do processo de execução, os objetivos finais (tais como a promoção de hábitos alimentares saudáveis) tornam-se ainda difíceis de serem alcançados por completo.

A Lei nº 11.947/2009 determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar para serem ofertados na merenda, porém os gestores escolares nem sempre conseguem cumprir essa determinação, tornando este um desafio das equipes gestoras nas escolas públicas estaduais, as quais encontram dificuldades na aplicação dos recursos na agricultura familiar para atender a lei. Percebe-se a apreensão dos gestores em cumprir essa exigência legal, além de outras ocorrências, como os atrasos nos repasses dos recursos e uma série de outros fatores que interferem na operacionalização dessa lei.

Verifica-se que a grande maioria dos gestores não cumpre a obrigação de comprar institucionalmente alimentos da agricultura familiar em Mato Grosso, as principais justificativas para o não cumprimento da lei são a falta de interessados na participação das chamadas públicas e a falta de alimentos em quantidade na região, provenientes da agricultura familiar, que possam ser utilizados na alimentação escolar.

No que diz respeito ao PNAE da Rede Estadual de Mato Grosso, foi possível concluir que o programa tem passado por avanços consideráveis e tende a alcançar seus objetivos, no entanto, é preciso salientar que ainda necessita ser mudado para que seja implementado de forma ideal conforme estabelecido em lei. Uma das mudanças que o PNAE ainda espera é a regionalização dos cardápios e a sistemática de sua escolha por parte das unidades escolares, a fim de adequar-se aos costumes e hábitos dos estudantes. É preciso destacar que essa medida tende a despertar ainda mais o desejo do aluno usufruir da alimentação escolar com mais prazer e mudar seus hábitos alimentares.

Neste sentido, é destacado por Sousa et al. (2015, p. 218)

> Que apesar do avanço das diretrizes, é necessário fortalecer estratégias para resgatar hábitos alimentares e produzir alimentos compatíveis com tais diretrizes, além de planejar cardápios que contemplem a diversidade e sazonalidade de alimentos regionais e o mapeamento de agricultores ecológicos para nortear a demanda e a oferta programadas.

Além disso, a pesquisa também revelou a problemática que interfere negativamente nesse processo, que é a insuficiência de recursos humanos pertencentes ao quadro técnico do PNAE. Fato que faz com que profissionais, como gestores escolares e merendeiras ou técnicas em nutrição escolar, sofram pelo excesso de atividades em seus processos, não conseguindo muitas vezes cumprir a demanda dos alunos nas unidades escolares. Entretanto, não apenas os gestores e merendeiras lidam com essa situação, mas as nutricionistas também sofrem para realizar um trabalho mais eficaz e preciso, haja vista que não conseguem visitar regularmente as escolas que são de sua responsabilidade, sentindo-se sobrecarregadas e sem condições adequadas para desempenhar plenamente sua função. Dessa forma, percebe-se a carência de ampliar o quadro de profissionais que trabalham com o PNAE para atender as escolas da rede estadual, para que haja melhoria no serviço prestado.

Outro fator que a pesquisa destaca é a deficiência na estrutura das escolas públicas, com equipamentos que são inexistentes ou insuficientes, o que reforça a insuficiência de profissionais, à medida que os equipamentos poderiam adiantar e beneficiar a realização de alguns procedimentos dentro da cozinha, auxiliando no preparo de uma boa alimentação, no entanto, a sua inexistência exige cada vez mais por um número maior de profissionais que possam atender a demanda das escolas.

A existência da Lei Federal nº 11.947/09 é fundamental para que conciliem esforços em realizar a compra da agricultura familiar. O governo estabelece um mercado institucional destinado aos agricultores familiares como forma de incentivo, e não de punição, aos que não conseguirem atender à exigência legal de adquirir no mínimo 30% dos recursos da agricultura familiar.

Embora haja entraves e barreiras que ainda precisam ser superados, fica evidente que a realização das compras públicas sustentáveis, através da realização da Chamada Pública do PNAE, fortalece a agricultura familiar, estimula o mercado consumidor para a produção agrícola local, gera renda e evita o aumento do êxodo rural. Também impulsiona a economia local, abastecendo escolas com alimentos

frescos e saudáveis, o que gera segurança alimentar e nutricional, reforça e estimula a cultura alimentar local.

Por fim, percebe-se que as aquisições da agricultura familiar, dentro da concepção e prática de compras sustentáveis, produzem cadeias alimentares curtas, cujas vantagens que mais se destacam são: a sustentabilidade ambiental; e o fato de que o alimento chega às escolas com suas características resguardadas, principalmente na condição *in natura*, permitindo uma alimentação saudável e segurança alimentar e nutricional para os alunos.

Dessa forma, alterações relevantes têm sido alcançadas na operacionalização do Programa que influenciam na melhoria da qualidade dos serviços. De acordo com Borges (2005), as mudanças na organização de compras, implantação de produção, alternativa de alimentos e utilização de maior volume de alimentos *in natura* foram os mecanismos incorporados ao PNAE, especialmente nas duas últimas décadas.

Por meio da participação no mercado institucional, o PNAE tem colaborado para fortalecer a agricultura familiar e proporcionar uma alimentação adequada a milhares de alunos da rede pública de ensino, indispensável ao desenvolvimento intelectual, possibilitando aos agricultores familiares um caminho mais seguro de geração de renda.

Nas afirmações de Borges (2005), de que a participação de diferentes atores sociais no processo de implementação do PNAE implica reconhecer que a execução tenderá a ser complexa, na medida em que diferentes interesses deverão ser negociados para que o programa possa ser operacionalizado, entende-se que o programa ainda tem um longo caminho a ser vencido em direção a sua plena execução.

Malaguti (2015, p. 101) assegura que

> A interligação do Programa Nacional de Alimentação Escolar com a agricultura familiar acontece no momento em que se realiza a comercialização dos produtos para as escolas. E para que isso aconteça são necessárias ações e entendimentos entre vários participantes do processo. Percebe-se que o sucesso de quaisquer políticas públicas como esta depende de um nível de articulações importantes para garantir o sucesso da implementação do processo. (MALAGUTI, 2015, p. 101).

Concluindo, ainda há muito a ser feito para encarar as dificuldades para integral implementação do PNAE, para compreender o modo de funcionamento das ações do programa e ampliar os resultados em benefício da agricultura familiar. No entanto, os resultados encontrados indicam a necessidade de se criar programas e políticas para capacitação dos agricultores familiares, tanto para variação da produção quanto para conhecimento burocrático dos procedimentos necessários para participar do PNAE.

Dessa maneira, pode-se perceber que ainda que o PNAE tenha sido aperfeiçoado ao longo dos anos, ainda hoje está longe de realizar sua implementação como estabelecido, devido à existência das problemáticas rotineiras, tratadas na pesquisa, causando problema na gestão de recurso público, a partir do momento que o programa não consegue alcançar plenamente seu objetivo. Assim, torna-se indispensável que as questões sejam analisadas e estudadas para promover ações que solucionem os problemas que afetam o programa.

Finalizando, ressalta-se que a pesquisa não encerra as discussões, de modo que aponta para que futuras pesquisas possam investigar como as cooperativas e associação de produtores da agricultura familiar estão lidando com a questão da participação no mercado institucional. Qual a visão desses sujeitos em relação à operacionalização do PNAE? E ainda, como se dá a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores, técnicos, merendeiras) no tocante ao conhecimento e acompanhamento do PNAE?

REFERÊNCIAS

ABREU, Kate Dayana Rodrigues de. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte**: implicações práticas e teóricas. 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Elizabeth. **Análise de resultados e intervenção pedagógica: programa nacional de alimentação escolar – PNAE – MT/Brasil**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019. 339 p.

ALMEIDA, Elizabeth Soares. **Surgimiento de la seguridad alimentaria y nutricional en Brasil y España – de las condiciones para la ejecución del Programa Nacional de Alimentación Escolar – PNAE – Brasil** / Emergence of Food and Nutrition Security in Brazil and Spain – Conditions for the execution of the National School Feeding Program – PNAE – Brazil. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 12, p. 30383-30401, 2019. ISSN 2525-8761.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/web/arquivos/documento/70/ f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf.> Acesso: 21/05/2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.
Lisboa: Edições 70, 2009.

BORGES, R. G. **Espacialização das prevalências de subnutrição e obesidade em pré-escolares e correlações socioeconômicas.** 2005. 126f. (Dissertação Mestrado em Alimentos e Nutrição) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, UNESP, Araraquara, 2005.

BONDUKI, M. R. C. **Entre chicotes e cenouras orgânicas: cooperação, coerção e coordenação na implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

BRASIL. **Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009, Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Planalto Gov, 2009a. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em:10-11-2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >. Acesso em: 17 de out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União. Poder Executivo, de 16 de julho de 2009b. Disponível em: Acesso em: 13 ago. 2019.

BRITO, Tayrine Parreira; PEREIRA, Viviane Guimarães; SANTOS, Adriano Pereira. Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. **Retratos de Assentamentos**, v. 21, n. 2, p. 190-222, 2018.

CAMARGO, B. V. & Justo, A. M**.** IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Revista Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAMOZZI, Aída Bruna Quilici et al. Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia?. **Cad. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-37, 2015.

CARNEIRO, Alexsander Ferreira. **Programa municipal de alimentação escolar**: análise do processo de gestão e implementação em São Luís – MA**.** 2017 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituição de Ensino: Universidade Federal Do Maranhão, São Luís Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, 2017.

DENARDI, Reni. **Agricultura familiar e políticas públicas:** alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. 2013. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf. Acesso em 04/10/2017

DIAS, Thiago Ferreira; SOUZA, Washington José de. Gestão Social e Economia Solidária: o caso da Associação dos Produtores e Produtoras Rurais da Feira Agroecológica de Mossoró – Aprofam, Mossoró – RN. Teoria e Prática em Administração, v. 4, n. 1, p. 261-294, 2014.

ESCOLA DA VIDA. **Histórico da Escola da Vida**. Tangará da Serra/MT, 2017.

FABRIS, Fabiane Maciel. **O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na interface com agricultura familiar no município de Criciúma – SC:** possibilidades e desafios. 2016. 237f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Instituição de Ensino: Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma, 2016.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas**, n. 308, p. 1, 2017.

FERNANDES, José Eduardo. **A formação para o trabalho da agricultura familiar camponesa:** os limites e desafios nos processos de resistência para a produção e comercialização na cidade de Uberlândia**.** 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFU – Universidade Federal De Uberlândia, 2015.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação &Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, Agosto/2002.

FONTANELLA, B. J. B.; LUCHESI, B. M.; SAIDEL, M. G. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388-394, 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). A terceirização da comida. **Revista Proposta.** v. 33, p. 57-61, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR – FNDE. **Sobre o PNAE. O que é?** Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/pnae. Acesso em: 23.03.2018

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR – FNDE. **Secretaria de Educação à Distância** – 6ª ed., atual. – Brasília: MEC, FNDE, 2014.

GARCIA, C. G. et al. Proposta e aplicabilidade de modelo para avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1731-1744, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ludmir dos Santos. **A logística de compras de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar:** o caso da aquisição de gêneros da agricultura familiar. Trabalho de Conclusão do Curso Logística Empresarial. Fortaleza: Universidade Estácio de Sá, mimeografado, 2017.

GREGOLIN, Graciela Caroline, et al. Política pública e sustentabilidade: possibilidade de interface no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Public policy and sustainability: possibility of interface in National School Meal Program – NSMP). **Emancipação**, v. 17, n. 2, p. 198-216, 2017.

HÖFLING. Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos da Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro/2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública:** uma qualidade restrita de educação escolar. 1ª ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LOCATELLI. Cleomar. **Política de descentralização na educação brasileira:** resultados e consequências. In.: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade Federal do Maranhão. 2011.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A pesquisa em educação; abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU. 10ed. 2007.

MACHADO, L. R. S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas: UNICAMPI, CEDES v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Campinas: Educação & Sociedade, 2006.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os desafios na inclusão dos produtos de agricultura familiar na merenda escolar de Itapecirica da Serra – SP. 2015.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986

MILHOMEM, André Luiz Borges; Gentil, Heloisa Salles; AYRES, Sandra Regina Braz. Balanço de produção científica: a utilização das TIC como ferramenta de pesquisa acadêmica. In: **Seminário de Educação** – SemiEdu, UFMT – Cuiabá/MT, 2010.

MORAES, Jorge Luiz Amaral. SCHWAB, Patrícia Ines. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura. **Revista do CEPE.** Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa:** iniciação. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. In: CALDART, Roseli S. et al (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. – p. 34-42.

NOGUEIRA, R. M. et al. Sixty years of the National Food Program in Brazil. **Revista de Nutrição**, v. 29, n. 2, p. 253–267, abr. 2016.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PEREIRA FILHO, José. **Metodologia do trabalho científico:** da teoria à prática. Tangará da Serra: Gráfica e Editora Sanches Ltda., 2013. 96p.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene & BROCH Djulia. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento Em Contexto – Gedecon.** v. 1, n. 1, 2013.
http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/viewFile/282/222

ROSSO, Debora Cristina Costa de. **Responsabilidade da gestão escolar nas escolas públicas estaduais da 27ª CRE do Rio Grande do Sul e a prestação de contas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituição de Ensino: Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, 2013.

SGUAREZI, S. B.; BÓGUS, L. M. M. Autogestão e economia solidária no Estado de Mato Grosso: limites e possibilidades. **Anais do Segundo Encontro Nacional de Pesquisa Sobre Economia Solidária "A Economia Solidária Sob Diversos Olhares" (II ENPES)**. São Paulo – SP, 2012. 22 de setembro de 2012.

SGUAREZI, Sandro Benedito. Economia solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária. **Guaju**, v. 4, n. 1, p. 25-42, 2018.

SEVERINO. Antônio Joaquim. Pós-Graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In.: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Org.). **A bússola do escrever:** desafios e estratégias na orientação escrita de teses e dissertações. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC. São Paulo: Cortez, 2006. (p. 67 – p. 87).

SIQUEIRA, R. L. de, et al. Analysis of the mainstreaming of the perspective of the Human Right to Adequate Food in the institutional design of the National School Nutrition Program. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 301–310, jan. 2014.

SOCHER, P. R. **Políticas públicas voltadas para o cidadão como ator principal da esfera pública.** 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em organizações e desenvolvimento) – UNIFAE Centro Universitário. Curitiba, 2008.

SODER, Tais Fatima. **O processo de gestão da educação alimentar e nutricional em contexto escolar**. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Instituição de Ensino) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, M. A. R.; WALL, M. L.; THULER, A. C. M. C.; LOWEN, I. M. V. & Peres, A. M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52. p. 1-7.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar.** In.: CALDART, Isabel Brasil; PEREIRA, Paulo Alentejano; FRIGOTTO, Gaudêncio. Dicionário de Educação do Campo – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TOLZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10.ed – São Paulo: Atlas, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** – 2.ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

APÊNDICE A – Carta de Apresentação

Cáceres, 04 de outubro de 2018.

Prezado (a) Senhor (a),

A mestranda Elariana Cristina Pedroso Gonçalves Barros, está realizando a pesquisa: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: possibilidades e limites da participação da agricultura familiar na operacionalização do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da Serra – MT.

Os resultados deste trabalho servirão de base para a dissertação de mestrado da pesquisadora. Essa pesquisa está sendo realizada junto aos gestores da secretaria de educação em âmbito estadual, assessor pedagógico, gestor de escola pública estadual de Tangará da Serra – MT.

Gostaríamos de contar com a sua contribuição para responder à entrevista necessária à realização da pesquisa. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e colocamo-nos à sua disposição para eventual esclarecimento.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi
Orientador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGEdu/UNEMAT/Cáceres.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA EMPREGADA NA ESTREVISTA COM GESTORES NO ÂMBITO ESTADUAL E ASSESSORA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU)

Formulário semiestruturado para dissertação de mestrado: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: possibilidades e limites da participação da agricultura familiar na operacionalização do programa em uma escola da rede estadual de Tangará da Serra – MT.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi.
Entrevistadora: Elariana Cristina Pedroso Gonçalves Barros.

Roteiro de entrevista para Pesquisa de Campo
Local: _____ Data:_____

Para motivar as discussões com os sujeitos que serão entrevistados, inicialmente, faremos a apresentação dos objetivos da pesquisa. A técnica da entrevista semiestruturada não exige um roteiro muito rígido, permitindo questões mais abertas, para o entrevistado poder argumentar sobre o tema proposto. As discussões com os sujeitos entrevistados serão registradas com a utilização de um gravador e tomada de notas.

1) Quanto tempo atua no município como gestora da assessoria pedagógica?

2) Como funciona a alimentação escolar nas escolas estaduais? E a aquisição de alimentos?

3) Tem conhecimento da Lei 11.947/2009 do PNAE/FNDE? Com a homologação da Lei 11.947, houve alteração na dinâmica da alimentação escolar nas escolas estaduais, especialmente no que diz respeito à aquisição de alimentos?

4) Quais alimentos provenientes da agricultura familiar são comprados para as escolas estaduais de Tangará da Serra? As escolas conhecem os alimentos provenientes da Agricultura Familiar que recebem?

5) De onde são os agricultores familiares que fornecem alimentos para o PNAE?

6) Com relação aos agricultores familiares de Tangará da Serra: quais são os motivos que permitem aos agricultores familiares participarem do PNAE no município?

7) Em sua opinião, quais os limites e as possibilidades que estes agricultores familiares locais têm em acessar mercados institucionais como o PNAE?

8) Qual é sua opinião sobre as ações desenvolvidas pelo poder público estadual no que tange à comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar? Cite pontos positivos e negativos.

9) O PNAE, juntamente com outros programas, é apresentado como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar através da comercialização de produtos dos agricultores familiares para a alimentação escolar. A senhora acha que o PNAE de fato se apresenta como uma possibilidade de fortalecimento destes agricultores?

10) Em relação aos Nutricionistas – Quantos são responsáveis pela alimentação escolar? Quanto tempo eles/elas atuam na Secretaria de Educação? São efetivos (as) ou contratados (as)? Têm especialização?

11) Além dos/das nutricionistas, há mais pessoas responsáveis pela alimentação escolar? Que funções desempenham?

12) Os nutricionistas é quem fazem o planejamento de compras para os cardápios?
( ) Sim ( ) Não. Por quê?

13) Desde qual período são incluídos nos cardápios alimentos adquiridos da agricultura familiar, conforme a existência da Lei 11.947/2009?

14) O Estado tem meta de ampliar a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar? Você acha que se houver maior consumo destes alimentos pelos alunos da rede estadual, isto poderá favorecer a SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) para eles e para os agricultores?

15) Há projetos ou programas para promoção de saúde e alimentação saudável nas escolas? Quais?

Espaço aberto para comentários, considerações e acréscimos que julgue pertinente em relação ao PNAE.

Fonte: questionário adaptado de Fabris (2016).

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA EMPREGADA NA ESTREVISTA COM GESTORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).
Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU).

Formulário semiestruturado para dissertação de mestrado: Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: limites e possibilidades da aplicação dos recursos na Agricultura Familiar nas escolas estaduais de Tangará da Serra – MT.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi.
Entrevistadora: Elariana Cristina Pedroso Gonçalves Barros.

Roteiro de entrevista para Pesquisa de Campo
Gestor: _____
Local: _____ Data:_____

1) Há quanto tempo atua como gestor (a) escolar?

2) Tem conhecimento da Lei 11.947/2009 do PNAE/FNDE? Com a homologação da Lei 11.947, houve alteração na dinâmica da alimentação escolar nas escolas estaduais, especialmente no que diz respeito à aquisição de alimentos?

3) Em sua opinião, quais as possibilidades e dificuldades que estes agricultores familiares locais têm em acessar mercados institucionais como o PNAE?

4) Qual é sua opinião sobre as ações desenvolvidas pelo poder público estadual no que tange à comercialização dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar? Cite pontos positivos e negativos.

5) O PNAE, juntamente com outros programas, é apresentado como alternativa para o fortalecimento da agricultura familiar, através da comercialização de produtos dos agricultores familiares para a alimentação escolar. A senhora acha que o PNAE de fato se apresenta como uma possibilidade de fortalecimento destes agricultores?

6) Quais alimentos provenientes da agricultura familiar são comprados para as escolas estaduais de Tangará da Serra?

7) Quanto a escola investe em merenda escolar? Desses recursos, qual o percentual investido na Agricultura Familiar?

8) Quais foram ou estão sendo os obstáculos para efetivação da Lei 11.947/2009?
( ) Desconhecimento da legislação vigente do PNAE;
( ) Não há articulação entre a educação e a agricultura local no contexto do PNAE;
( ) Não há agricultura familiar local;
( ) A agricultura familiar não está organizada;
( ) Desinteresse da agricultura familiar local;
( ) Desconfiança da agricultura familiar local em comercializar com as escolas;
( ) Entidade Executora não está preparada para operacionalizar a compra da Agricultura Familiar;
( ) Falta de capacitação dos atores envolvidos. Quais atores deveriam ser capacitados?

9) Quais são os pontos positivos da Lei 11.947/2009?

10) Comentários, críticas e/ou sugestões:

11) Elaboração dos cardápios – Quem são os responsáveis pela elaboração de cardápios? Os cardápios elaborados têm a participação de mais pessoas? Se sim, quais?
( ) Diretoras(es)
( ) Coordenadoras(es) Pedagógicas(os)
( ) Educadoras(es)
( ) Merendeiras
( ) Estudantes
( ) Mães/pais
( ) Conselho da Alimentação Escolar
( ) Outros: quais?

12) Como são elaborados os cardápios? Quais critérios são utilizados?

13) Cite os alimentos provenientes da agricultura familiar mais presentes nos cardápios. Quais foram os alimentos adquiridos desde o período de inclusão dos mesmos até o ano de 2018?

14) Você conhece os alimentos produzidos pelas cooperativas de agricultores familiares locais? Como obtém estas informações?

15) Há a aquisição de produtos orgânicos? Se sim, quais?

16) Quais foram os valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar entre os anos de 2014 a 2018? (Verificar dados na Prestação de Contas).

17) Você acredita que é possível ampliar a oferta de produtos provenientes da agricultura familiar para a alimentação escolar? ( ) Sim ou ( ) Não. Justifique sua resposta.

18) Na escola (diretores, professores, merendeiras e alunos) sabem quais são os alimentos fornecidos pela Agricultura Familiar?

19) Há projetos ou programas para promoção de saúde e alimentação saudável na escola? Quais?

20) Como são e por quem são desenvolvidas as ações de educação alimentar e nutricional nas salas de aulas? Com qual frequência?

Fonte: questionário adaptado de Fabris (2016).

PARECER CIRCUNSTANCIADO CEP – IMPRIMIR PDF